

TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXIII — FASC. II e III

SUBSIDIADO PELA DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
E PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN



PORTO — 1978

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA «DR. MENDES CORRÊA» — Faculdade de Ciências

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

Publicação da

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXIII—FASC. II e III

SUBSIDIADO PELA DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
E PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

PORTO

Sede da Sociedade: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DR. MENDES CORRÊA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Sobre algumas correlações crânio-faciais

POR

Flávio Vellini Ferreira

Professor Livre-Docente de Anatomia do Instituto de Ciências
Biomédicas da Universidade de São Paulo.
Professor do Curso de Pós-graduação em Anatomia
da Universidade de São Paulo.

RESUMO

O autor estuda, neste trabalho, algumas correlações entre medidas lineares do crânio e da face. Verifica que os dados retirados da literatura quando comparado a seus achados são bastante discordantes. Procura explicar esta variabilidade, não só através da hereditariedade, como também da acção do meio ambiente.

Evidencia que variáveis diversas das aqui estudadas podem influenciar nas comparações realizadas. Acentua que não fica fora de propósito a hipótese de que os efeitos das referidas variáveis deixem de ter carácter aditivo ou mesmo o modelo da regressão para o seu estudo não seja do tipo linear.

O presente trabalho faz parte de um programa de estudo iniciado há algum tempo na Universidade de São Paulo e cujo prosseguimento se realizou nos Laboratórios de Anatomia e Antropologia das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto na ocasião em que fomos contemplados com bolsa de estudo pelo Instituto de Alta Cultura de Portugal ⁽¹⁾. Seu objectivo primor-

⁽¹⁾ Aos Professores Dr. Germano da Fonseca Sacarrão, Dr. Abel Sampaio Tavares e Dr.^a Maria Augusta Maia Neto, nossos agradecimentos pela fidalga acolhida em seus Laboratórios, pondo-nos à disposição todo material necessário à confecção deste trabalho.

dial é o de pesquisar aspectos antropológicos de cabeças ósseas portuguesas, representando este estudo parte do muito que se há de investigar no terreno das correlações morfométricas crânio-faciais.

Em seus estudos sobre as correlações céfalo-faciais nas «raças humanas» OLIVIER & NISTRI⁹ focalizam o aspecto antropológico das possíveis associações entre algumas medidas do crânio e da face em duas séries de indivíduos com características bem distintas: um agrupamento de negros africanos e um agrupamento de indivíduos amarelos do Camboja. Além de analisarem as correlações existentes entre o comprimento, a largura e a altura da cabeça, face e nariz, repetem suas análises no tocante aos índices cefálico, facial e nasal. — Concluem que as dimensões da cabeça e da face estão ligadas, duas a duas, sobretudo nos grupos geneticamente mais puros; que a altura da face parece ser o elemento determinante do índice facial e que as dimensões transversais e longitudinais estão todas ligadas entre si. Mostram, de outra parte, que três outras correlações permanecem inexplicáveis: as relativas à largura da cabeça e à altura da face; entre o comprimento da cabeça e a largura do nariz e entre o comprimento da cabeça e a largura da face. Finalizam os autores afirmando que a estatura influi sobre as dimensões da cabeça mas não sobre o índice cefálico. OLIVIER & NISTRI⁹ ao assinalarem correlações relativamente elevadas entre as duas populações estudadas, interpretam este facto como traduzindo uma homogeneidade do património genético.

Em trabalho posterior, OLIVIER & TISSIER¹⁰ analisam novamente o problema das correlações estruturais entre os grandes diâmetros da cabeça a fim de testar a validade dos conceitos anteriormente exarados, uma vez que o comprimento e a largura máximas da cabeça apresentam correlações muito fracas. Apontam os autores que as correlações parciais dos grandes diâmetros cranianos, cujos crânios têm capacidade igual, fornecem um apoio à ideia emitida em 1954 por LESCHI⁷, de compensação destes diâmetros, ou seja, que numa população, a capacidade craniana tende a permanecer constante em conse-

quência das variações compensadoras dos três diâmetros cranianos. Assim se explica que, correlações positivas e significativas, sejam substituídas por correlações parciais negativas igualmente significativas. Rejeitam OLIVIER & TISSIER¹⁰ a opinião emitida por um deles em trabalho anterior⁹ e mostram que os diâmetros cranianos estão submetidos a influência de dois factores contrários: um de grandeza geral e outro de natureza compensatória. Os factores gerais, representados pela capacidade craniana, acarretam correlações fracas e positivas, enquanto que os factores de compensação provocam correlações negativas, características do homem. As correlações estruturais entre comprimento e largura e entre largura e altura, em crânios com capacidade iguais, mostram variações raciais que podem substituir as correlações simples nas indagações de interpretação genética. Por esta razão, elas estão incluídas no domínio da hereditariedade quantitativa.

KHERUMIAN & BOULANGER⁶ investigaram a natureza das relações entre as principais medidas do crânio, da face e do nariz. Afirmam que RETZIUS¹¹, ao propor o índice cefálico, este se tornou de uso corrente em Antropologia, em prejuízo das medidas absolutas. Assim, dizem os autores, para comparação dos grupos humanos, a importância discriminatória que se atribui aos índices não é justificável, a não ser em casos de correlação altamente significante, o que não ocorre com a extremidade cefálica. A determinação do índice cefálico e sua aplicação pura e simples para o estudo dos diferentes grupos humanos, não constitui elemento satisfatório para sua classificação étnica, pois que os diferentes diâmetros da cabeça comportam-se diversamente e segundo o grupo populacional observado. Para objectivar um tal estudo, o processo mais indicado é enunciar as distâncias, seus coeficientes de variação e de correlação. No entender dos autores, os índices são instrumentos auxiliares muito úteis, porém acessórios, para a análise antropológica das populações. Seu emprego abusivo, com exclusão das grandezas absolutas, poderiam conduzir a conclusões erróneas. Semelhante interpretação não é nova, e nesse sentido os índices foram e são severamente criticados. O facto de um

mesmo índice provir de distância com valores absolutos diferentes; o facto da maior largura do crânio estar situada algumas vezes no terço médio, outras no terço posterior da distância anteroposterior, e o facto de o índice cefálico ser insuficiente para diferenciar um negro de um branco, são razões invocadas por estes investigadores ⁶, quando criticam o emprego do índice cefálico. Como último argumento contra o emprego generalizado da relação centesimal em apreço, KHERUMIAN & BOULANGER ⁶, citam os coeficientes de variação, que sempre e sistematicamente são mais elevados que os coeficientes de variação dos diâmetros correspondentes. Ora, um carácter é tanto mais importante para a descrição do grupo quanto menos disperso. No caso ideal de dispersão nula, um só característico seria suficiente para o reconhecimento do grupo. É evidente que este ponto de vista, o qual poderia servir de base para a hierarquia dos caracteres diferenciais em Antropologia, se opõe à proeminência outorgada habitualmente aos índices. Dizem os autores que o estudo da evolução da forma e dimensões da cabeça no decurso do tempo, apresenta resultados tão diversos que se torna difícil uma interpretação dos factos. Acenam para possíveis influências hereditárias, mas são cuidadosos em afirmar que novos estudos sistemáticos deverão ser efectuados.

Baseando-se em informações relativas a mensurações do comprimento e da largura máximas da cabeça de numerosos indivíduos, DEFRISE — GUSSENHOVEN ³ conclui que há vantagem em se escolher caracteres que ofereçam menores erros de medida. Segundo seus dados, o comprimento máximo da cabeça apresenta menores erros de medida, enquanto a largura é a menos influenciada pelo meio. Tanto para os erros de medida como para as variações devido ao meio, o índice apresenta flutuações maiores que o comprimento e a largura. Lembra o autor que, se o tamanho da amostra utilizada é a média de um grupo numeroso, os erros de medida e as flutuações pessoais se compensam pela lei dos grandes números, tanto para o índice como para o comprimento e a largura. Ideia semelhante é esboçada por HJORTSJO & LINDEGARD ⁴.

Ressalta DEFRISE — GUSSENHOVEN³, embora não haja assim procedido, a necessidade de se estudar separadamente cada uma das dimensões absolutas da cabeça ao invés do estudo de sua relação centesimal ou índice. Neste sentido, propõe que se construa uma tabela de correlação comprimento-largura para uma população, que incluiria não somente o índice, mas as diversas combinações entre o comprimento e a largura do crânio. Nesta mesma ordem de ideias, seria interessante analisar, nas populações em que há tendência à braquicefalização, a disposição dos diferentes factores que poderiam provocá-la, isto é, aumento da largura, diminuição do comprimento ou a diminuição do coeficiente de correlação comprimento-largura.

Em diferentes investigações MENDES CORRÊA⁸ e BEALS¹, evocam a acção da hereditariedade e do meio ambiente, como possíveis factores causais das variações das dimensões do crânio. MENDES CORRÊA⁸ no entanto, assinala que muitos pontos ainda permanecem obscuros neste sector, merecendo especial atenção dos investigadores.

Em trabalho concernente à distribuição dos valores relativos ao comprimento e largura máximas do crânio de brasileiros, brancos e negros de ambos os sexos, VELLINI FERREIRA¹⁴ conclui que no sexo masculino o crânio do branco é significativamente mais largo que o do negro. No sexo feminino, o crânio do negro é mais longo que o do branco, também com significação estatística.

O autor acredita que a diversidade dos valores encontrados é devida à variabilidade das distâncias anteroposterior e transversal do crânio, e que a caracterização dos pontos antropométricos utilizados para a determinação do índice cefálico parece ser desprovida de significação morfológica, confirmando a hipótese de maior estabilidade da base do crânio¹⁵.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do presente trabalho examinamos 932 crânios de portugueses, de ambos os sexos, como se vê na Tabela I.

TABELA I

	Distâncias estudadas	Abrevia- turas	Sexo		Total
			M	F	
Crânio	Anteroposterior máxima	G-O	466	466	932
	Transversal máxima	Bi-Eu	466	466	932
	Vertical	V	466	466	932
	Anteroposterior iniaca	Ap-I	466	466	932
	Bi-auricular	Bi-Au	466	466	932
	Násio-ínio	N-I	466	466	932
Face	Largura da face	Bi-Zi	466	466	932

M = masculino
F = feminino

Realizadas as observações e medições, valemo-nos a seguir do método estatístico para a sua caracterização e interpretação.

RESULTADOS

Incluímos, na análise matemática de nosso material, os dados relativos às diversas variáveis (tabela I) e distribuídas separadamente de conformidade com o sexo. A avaliação das relações entre as medidas enunciadas na tabela I, objecto de nossa pesquisa, é convenientemente efectuada pela análise de correlação entre as distâncias lineares do crânio e da face. Calculamos para as observações realizadas, em cada sexo, e referentes a cada variável estudada, as seguintes estatísticas: média aritmética e seu respectivo erro padrão, desvio padrão da média, variância e coeficiente de variação de Pearson. A tabela II resume estes achados. Nela também se encontram os valores do teste «t» que nos mostra a significação estatística das diferenças sexuais entre as medidas estudadas.

TABELA II — Estatística das distribuições das medidas lineares originais, em crânios de indivíduos masculinos e femininos

Variável	Sexo	m	s	$\frac{s}{\sqrt{r^*}}$	V %	t
G-O	M	185,193	6,395	0,296	3,453	21,406 **
	F	176,590	5,682	0,272	3,339	
Bi-Eu	M	137,923	5,514	0,255	3,997	13,416 **
	F	133,307	4,976	0,231	3,733	
V	M	134,109	5,294	0,245	3,948	19,958 **
	F	127,515	4,779	0,221	3,748	
Ap-I	M	178,236	6,610	0,306	3,708	23,042 **
	F	168,487	6,303	0,292	3,741	
Bi-Au	M	120,751	5,306	0,246	4,394	16,625 **
	F	115,403	4,479	0,208	3,882	
N-I	M	174,639	6,319	0,293	3,618	18,657 **
	F	167,037	6,058	0,281	3,626	
Bi-Zi	M	127,725	5,635	0,261	4,412	25,108 **
	F	119,037	4,856	0,225	4,078	

Para a abreviatura das variáveis, vide Tabela I:

M — masculino

F — feminino

m — média aritmética

s — desvio padrão

*n — número de casos (466 masculinos e 466 femininos)

V% — coeficiente de variação (em percentagem)

t — teste «t» de Student

** — significante ao nível de 5 %

A avaliação estatística, em campo exploratório, das relações dimensionais entre as medidas da abóbada, da base do crânio e da face, é com vantagem, efectuada pela análise de correlação entre as medidas lineares obtidas. Para tanto computamos os dados originais com o auxílio do programa «step-

TABELA IV — Coeficientes de correlação entre as medidas lineares originais, em crânios masculinos

G - O	0,209 .			
Bi-Eu	0,324 .			
V	0,208 .	0,814 .		
Ap - I	0,223 .	0,207 .		
Bi - Au	0,337 .	0,658 .	0,807 .	
N - I	0,185 .	0,152 .	0,241 .	
Bi-Zi	0,238 .	0,271 .	0,508 .	
	0,895 .	0,212 .		
	0,177 .	0,311 .		
	0,776 .			
	0,249 .			

-wise» de regressão múltipla do SSP/360⁵, segundo o método referido por BENNETT & FRANKLIN². As tabelas IV e V nos mostram os coeficientes de correlação simples entre as variáveis estudadas, em crânio de indivíduos masculinos e femininos, respectivamente.

TABELA V — Coeficientes de correlação entre as medidas lineares originais, em crânios femininos

G - O	0,272 .			
Bi- Eu	0,344 .			
V	0,252 .	0,808 .		
Ap - I	0,210 .	0,305 .		
	0,319 .	0,534 .	0,794 .	
Bi- Au	0,165 .	0,182 .	0,330 .	
	0,375 .	0,254 .	0,411 .	
N - I	0,888 .	0,238 .		
	0,298 .	0,363 .		
Bi-Zi	0,751 .			
	0,310 .			

Para as abreviaturas das variáveis, vide Tabela I:

. * significativo ao nível de 1 %

: = significativo ao nível de 5 %

DISCUSSÃO

Pesquisando e procurando interpretar as «correlações estruturais entre os grandes diâmetros cranianos», OLIVIER & TISSIER¹⁰ fornecem interessantes elementos para discussão do problema, sob o ponto de vista antropológico. Ao encontrarem em trabalho anterior⁹ correlações significativas entre as dimen-

sões do crânio e da face, ligadas duas a duas, interpretaram o facto como devido a uma homogeneidade do património genético. Realmente, em indivíduos negros, o coeficiente de correlação mostrou-se com valor igual a 0,49 para o comprimento e a largura máxima do crânio; 0,41 para a largura da face e comprimento máximo do crânio e, finalmente, 0,49 para a largura da face e a largura máxima do crânio. Já em indivíduos amarelos, encontraram valores de r iguais a 0,48; 0,33 e 0,61 respectivamente e para as mesmas medidas. Os achados de OLIVIER & NISTRÍ⁹ concordam com os de KHERUMIAN & BOULANGER⁶.

Estes autores⁶ ao analisarem o grau de associação entre o comprimento e a largura máximas do crânio, em vários agrupamentos étnicos, encontraram:

Número de observações	Agrupamento Étnico	Coeficiente de Correlação
98	Judeus iranianos	$r = 0,12$
601	Búlgaros	$r = 0,02$
157	Franceses (médico-legal)	$r = 0,05$
119	Albaneses	$r = 0,08$
388	Armênios	$r = 0,14$
174	Iranianos	$r = 0,15$
136	Iraquianos	$r = 0,16$
219	Alemães	$r = 0,17$
218	Militares franceses	$r = 0,18$
248	Ucranianos	$r = 0,26$
600	Daguestanianos	$r = 0,26$

A hipótese de uma correlação orgânica entre os diâmetros do crânio não parece se impor com evidência. O exame dos coeficientes apresentados sugere que toda a ligação entre as medidas esteja em relação com factores geográficos. Assim sendo, os diâmetros do crânio apareceriam como variáveis independentes nas quais a ligação poderia ser assegurada por uma barreira geográfica, isolando e protegendo as combinações genéticas fortuitas.

Posteriormente, OLIVIER & TISSIER¹⁰ voltam ao assunto das correlações cranianas, e afirmam que a hipótese anteriormente formulada por OLIVIER & NISTRÌ⁹, só poderia ter validade se fosse constantemente confirmada. Rejeitam, destarte, suas opiniões antigas e mostram que os diâmetros cranianos estão sujeitos à influência de dois factores: um de grandeza geral e outro de compensação. Para estes autores¹⁰ as correlações parciais dos grandes diâmetros cranianos (crânios com capacidade cranianas iguais) fornecem uma demonstração da exactidão da ideia de compensação de LESCHI⁷. Assim sendo, em uma população, a capacidade tende a permanecer constante, em consequência das variações compensadoras dos três diâmetros cranianos (comprimento e largura). Desse modo se explica que as correlações positivas (significativas) sejam substituídas por correlações parciais negativas, igualmente significativas.

Para qualquer das correlações mencionadas anteriormente, encontramos comparativamente aos nossos resultados, ora diversidade, ora coincidência de valores. Assim sendo, a grande divergência dos valores de r apresentados e a presença de coeficientes pouco significativos, parecem evidenciar que as variáveis em questão estão submetidas à acção de factores numerosos, como querem KHERUMIAN & BOULANGER⁶. O estudo da forma e das dimensões cranianas, apresentam, pois, resultados muito divergentes, a tal ponto que KHERUMIAN & BOULANGER⁶, DEFRISE-GUSSENHOVEN³, HJORTSJO & LINDEGARD⁴ acenam para a necessidade de se estudar, preferentemente, os diâmetros cranianos ao invés dos índices. DEFRISE-GUSSENHOVEN³ propõe mesmo que seja feita uma tabela de correlação comprimento-largura do crânio para diversos agrupamentos étnicos com consequente análise dos dados. Nas matrizes de correlação apresentadas no capítulo de resultados (tabelas IV e V) vemos que a maioria dos valores de seus coeficientes são significantes ao nível de 1%. Contudo, a interpretação destes factos permanece ainda em um campo bastante especulativo. KHERUMIAN & BOULANGER⁶ afirmam que as lacunas de nossos conhecimentos são tais que parece prematuro avançar em hipóteses sobre o efeito da hereditariedade e do meio sobre o complexo crânio-

-facial humano, ou mesmo a propósito da correlação de seus diâmetros. No entretanto, MENDES CORRÊA⁸ e BEALS¹ falam na hereditariedade e no meio ambiente como possíveis factores causais das variações dimensionais da cabeça. Contudo, MENDES CORRÊA⁸ é bastante precavido ao assinalar que muitos pontos permanecem obscuros nesse sector. Um só caminho se descortina como verdadeiro para a solução do problema, infinitamente complexo, o estudo sistemático das linhas familiares e os agrupamentos étnicos isolados.

Assim sendo, sob o ponto de vista antropológico, pensamos ser nosso trabalho uma contribuição útil para julgar quanto aos volores de eventuais observações futuras.

Fazendo-se uma análise global dos coeficientes de correlação encontrados para as variáveis estudadas em nossa amostra, vemos que de um modo geral todas as dimensões do crânio e da face estão fracamente associadas. Fazem excepção aquelas medidas que têm a mesma direcção e estão muito próximas (ex. glabella-opistocrânio e násio-ínio) e a distância bi-auricular com a largura da face. Estas últimas foram as medidas que, entre o crânio e a face, melhor se correlacionaram, apresentando um valor de $r = 0,776$ para os homens e $r = 0,751$ para as mulheres.

Os dados comparativos retirados da literatura nos mostra uma grande discordância nos resultados dos estudos relativos às correlações crânio-faciais. Daí as razões para a interpretação destes factos serem as mais divergentes possíveis. Os autores têm procurado explicar essa imensa gama de variabilidade através da hereditariedade (KHERUMIAN & BOULANGER⁶, DEFRISE-GUSSENHOVEN³, OLIVIER & NISTRI⁹), da acção do meio ambiente (MENDES CORRÊA⁸, BEALS¹), de factores de compensação e de grandeza geral (LESCHI⁷, OLIVIER & TISSIER¹⁰). Outros, como RICKETTS et alii¹², SOLOW¹³, afirmam que a compreensão da natureza da morfologia crânio-facial depende de numerosos factores e deve ser avaliada por um grande número de medidas lineares desta parte do esqueleto. Contudo, consoante KHERUMIAN & BOULANGER⁶, não nos podemos esquecer que a maioria das dimensões estudadas do crânio e da face apresentam um

coeficiente de correlação com significação estatística, porque todas as medidas estão ligadas entre si em razão de uma harmonia geral. É necessário interpretarmos, todavia, com muito cuidado esses coeficientes, lembrando que o seu significado não está ainda perfeitamente esclarecido.

Trabalhos futuros poderão evidenciar outras variáveis, diversas das aqui expostas, como eventualmente influenciando neste tipo de estudo.

Não ficam fora de nossas cogitações a hipótese de que os efeitos dessas variáveis deixem de ter carácter aditivo ou mesmo o modelo de regressão para o seu estudo não seja do tipo linear, como o que tivemos oportunidade de analisar.

CONCLUSÕES

Face aos resultados obtidos no estudo de 932 crânios humanos adultos, de ambos os sexos, julgamos poder concluir que:

- 1 — Todas as distâncias lineares estudadas, no crânio e na face, mostraram-se sempre significativamente maiores nos indivíduos de sexo masculino, quando comparadas aos indivíduos do sexo feminino.
- 2 — Afora as correlações entre as distâncias násio-ínio e básio-vértice, em crânios femininos, que se mostraram significativas ao nível de 5 %, as demais que se correlacionaram em ambos os sexos, o foram ao nível de 1 %.
- 3 — Manifestaram correlação positiva de alta significância, os seguintes valores relativos aos crânios masculinos e femininos: distância glabella-opistocrânio com as distâncias glabella-ínio e násio-ínio; distância glabella-ínio com a distância násio-ínio e, finalmente, a distância bi-auricular com a distância bi-zigomática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BEALS, K. L. — Head form and climatic stress. *Amer. J. phys. Anthropol.*, **37** (1): 85-92, July, 1972.
- 2 BENNETT, C. A. & FRANKLIN, N. L. — Statistical analysis in chemistry and the chemical industry. New York, John Wiley e Sons, 1954.
- 3 DEFRISE-GUSSENHOVEN, E. — De l'hérédité des dimensions céphaliques. *Bull. Inst. r. Sci. nat. Belg.*, **25** (18): 1-12, Juil, 1949.
- 4 HJORTSJÖ, C. H. & LINDEGARD, B. — Critical aspects on the use of indices in physical anthropology. *K. fysiogr. Sällsk. Lund. Förh.*, **23** (8): 1-9, 1953.
- 5 I.B.M. — System/360 Scientific Subroutine Package (360 A — CM — 03X) Version III/Catálogo.
- 6 KHERUMIAN, R. & BOULANGER, J. — Contribution a l'étude biometrique des principaux diamètres et indices cranio-faciaux. *Bull. Mém. Soc. Anthropol. Paris*, **10** (1/3): 70-88, 1949.
- 7 LESCHI, J. — Stabilité relative de la capacité cranienne, caractère de premier ordre dans l'évolution du genre Homo. *C. rend. Acad. sc.* **233** (13): 1447-8, Mars, 1954.
- 8 MENDES CORRÊA, A. — Homo. Coimbra, Ed. Atlântida. 1926 apud POURCHET, M. J. op. cit. ref. 57.
- 9 OLIVIER, G. & NISTRÉ, R. — Les corrélations céphalofaciales dans les races humaines. *Bull. Mém. Soc. Anthropol. Paris*, **3** (1/2): 31-46, 1957.
- 10 OLIVIER, G. & TISSIER, H. — Les corrélations structurales entre grands diamètres craniens. *C. R. Ass. Anat.*, **5** (154): 1109-16, Juin, 1972.
- 11 RETZIUS, A. — *Ethnologische Schriften*. Stockholm, Norstedt, 1864.
- 12 RICKETTS, R. M. et alii — An overview of computerized cephalometrics. *Amer. J. Orthodont.* **61** (1): 1-28, Jan, 1972.
- 13 SOLOW, B. — Computers in cephalometric research. *Comput. Biol. Med.*, **1**: 41-9, 1970.
- 14 VELLINI FERREIRA, F. — Distribuição dos valores relativos ao comprimento (glabella-opisthocranion) e largura (bi-euryon) máximas do crânio cerebral, em brancos e negros brasileiros, de ambos os sexos. *Rev. Antrop.* **15/16**: 91-8, 1967/68.
- 15 VELLINI FERREIRA, F. — Estudo comparativo entre as distâncias glabella-opisthocranion, nasion — inion, bi — euryon e bi — auriculare, em crânios humanos adultos de ambos os sexos. São Paulo, 1966. Tese — Doutorado — Faculdade de Odontologia.

As gravuras rupestres do Outeiro Machado

(Val d'Anta — Chaves)

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. jub. da Fac. de Ciências da Universidade do Porto
e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia

As gravuras rupestres são uma das manifestações da chamada Arte Rupestre, ou seja arte em pedra, do latim *rupes*.

Têm sido múltiplos os conceitos atribuídos à Arte de tal modo que esta palavra tem vários significados, e daí o ser difícil dar-lhe uma precisa definição.

No entanto, no sentido estético de ordem superior, pode dizer-se que a Arte é a aplicação das qualidades ou faculdades superiores do Homem e da Ciência, para a realização daquilo que se concebeu, imaginou ou projectou.

Pode ainda definir-se como o conjunto de meios de que o Homem dispõe para a realização daquilo que idealizou, impondo-lhe atributos que lhe confirmam um maior ou menor grau de beleza.

Recorde-se, porém, que o sentido do belo tem variado ao longo dos tempos e varia de povo para povo.

Em Arqueologia como manifestações de Arte Rupestre têm sido consideradas as pinturas, os desenhos e os baixo-relevos, executados pelo homem pré ou proto-histórico nas paredes ou no tecto de grutas ou cavernas, nos esteios ou coberturas dos dólmenes ou antas, nas paredes de simples palas ou abrigos, ou em rochedos ao ar livre.

Até agora não têm sido consideradas como arte rupestre as remotas estátuas de animais, nomeadamente de porcos e de touros.

Pelo conhecimento que há, na Espanha e em Portugal, e cá especialmente em Trás-os-Montes, de grande número de estátuas de touros, de porcos e de outros animais, urso, bode, carneiro e vaca, esculpidos em pedra e conhecidos pela designação geral de *berrões*, está criado na Arte Rupestre o novo capítulo da estatuária (1).

Julgo oportunas breves considerações de ordem geral sobre as gravuras em rochedos ao ar livre, de que Outeiro Machado é espécime notável.

Este tipo de gravuras na superfície de rochedos, é relativamente frequente em muitas regiões de Portugal, sobretudo em Trás-os-Montes, Minho e Beira Alta.

No trabalho *Arte Rupestre* (2), que apresentei em 1940 aos Congressos do Mundo Português, registei 109 estações deste tipo, das quais apenas 5 ao sul do Mondego, e a maioria, 53, em Trás-os-Montes, onde a sua profusão é notória.

O conhecimento do importante núcleo de gravuras rupestres em Trás-os-Montes deve-se, em grande parte, ao incansável investigador e arqueólogo de assinalado mérito, Abade de Baçal.

O número de estação deste tipo no nosso país era já grande, mas, de 1940 para cá, novas estações de arte rupestre têm sido

(1) J. R. dos Santos Júnior, *A Cultura dos Berrões no nordeste de Portugal*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Vol. xxii, Porto, 1975, págs. 353 a 515, 3 figs. (desenhos) e LIII est. com 100 fotografuras.

Idem, *Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes*, in id. id. Fasc. I.º, Vol. xxiii, Porto 1977, pág. 5 a 18, 8 figs. (desenhos) e X Est. com 22 fotografuras.

(2) J. R. dos Santos Júnior, *Arte rupestre*, comunicação apresentada ao I Congresso do Mundo Português, «Pré-história e Proto-história», vol. I, Lisboa, 1940, págs. 327 a 376, 26 figs.

descobertas, e o seu número muito aumentará, seguramente, com novas e sistemáticas pesquisas.

Um exemplo: em Outubro de 1971 foi descoberta a estação de gravuras litotrípticas de Fratel, a primeira do notável complexo de arte rupestre do Vale do Tejo. Este complexo tem alguns milhares de sinais antropomórficos, zoomórficos e geométricos, gravados nos xistos das margens, por vezes aprumadas, do rio Tejo, numa extensão de 40 km, entre os rios Ocreza e Sever, este a fazer fronteira com a Espanha. O complexo abrange 11 núcleos ou estações com 1.002 conjuntos.

É, no seu género, um dos mais importantes complexos europeus de arte rupestre ⁽¹⁾.

Em Portugal as mais notáveis estações de gravuras rupestres em pedras ao ar livre, em nosso parecer, são as seguintes:

O referido complexo do Vale do Tejo.

O penedo do Outeiro Machado (Val d'Anta — Chaves) ⁽²⁾.

As gravuras rupestres de Gião — Arcos de Valdevez ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Eduardo da Cunha Serrão, Francisco Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de los Angeles Querol, Susana de Oliveira Jorge e Victor de Oliveira Jorge, *O complexo de Arte Rupestre do vale do Tejo (V.ª V.ª do Rodão a Nisa) — Primeiras hipóteses e programa de trabalhos*, in «O Arqueólogo Português», série III, Vol. VI, Lisboa, 1972, págs. 63-77, xiv Est. com 20 Figs.

Eduardo da Cunha Serrão, Francisco Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro e Maria de los Angeles Querol, *Notícia de novas descobertas no complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo*, separata das «Actas das II Jornadas Arqueológicas», Lisboa, 1973, Vol. I.º, 11 págs. e ix Est. com 11 Figs.

⁽²⁾ A. A. Mendes Corrêa, *Art rupestre en Trás-os-Montes (Portugal) — 1.º Petroglyphes de la Vallée de l'Avelames — 2.º Le sanctuaire d'Outeiro Machado*, in «Revue Archéologique», Paris, 1929, págs. 121-136, 12 Figs.

⁽³⁾ Joaquim Fontes, *Sobre algumas figuras rupestres do santuário pré-histórico de Gião*, in «Revista de Arqueologia», Vol. I, Lisboa, 1932, págs. 75-82, 2 Figs.; id., *Figuras rupestres astraís no santuário pré-histórico de Gião (Arcos de Valdevez)*, in «Homenagem a Martiño Sarmento», Guimarães, 1938, págs. 120-121, e I Fig.; id., *Várias modalidades do sinal cruciforme no santuário pré-histórico de Gião (Arcos de Valdevez)*, in «Revista de Arqueologia», Lisboa, 1934, 9 págs. e 13 Figs.

A pedra escrita de Ridevides-Vilariga-Alfândega da Fé ⁽¹⁾.
 Gravuras do Murancho-Parambos-Carrazeda de Ansiães ⁽²⁾.
 A pedra letreira dos Amieiros — freguesia de Alvares —
 concelho de Góis ⁽³⁾.
 As gravuras rupestres da Solhapa-Duas Igrejas-Miranda
 do Douro ⁽⁴⁾.

A grande maioria das estações rupestres ao ar livre são em rochedos de granito. Há porém um certo número, embora muito menor, em que, para a realização de tais monumentos, foram utilizadas rochas de xisto.

A técnica seguida na realização das insculpturas é também variável. Na grande maioria dos casos as gravuras devem ter sido feitas com instrumento agudo picando a pedra, e marcando nela o sinal respectivo por ablação de pequenas lascas sucessivas, que se fariam saltar segundo delineamento prévio.

Estas gravuras designei-as *litostícticas* ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ J. R. dos Santos Júnior, *As gravuras litotrípticas de Ridevides — Vilariga*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, Vol. 19.º, págs. 111-144, 2 desenhos e xviii Est. 32 Figs.

⁽²⁾ O *Murancho* além de outro interesse tem a particularidade das figuras em rosário (vd. Figs. 22 e 23 do meu trabalho *Arte Rupestre*, 1942, cit.) Por não ter tido ensejo de fazer desenhos do conjunto e de pormenores, continua inédito.

⁽³⁾ João de Castro Nunes, A. Nunes Pereira e A. Melão Barros, *A pedra letreira*, publicação do Museu Municipal de Góis, Góis, 1959, 36 págs., 13 desenhos 1 estendido, e x Est. com 14 Figs.

⁽⁴⁾ António Maria Mourinho, *O abrigo rupestre da «Solhapa» em Duas Igrejas (Miranda do Douro)*, in «O Arqueólogo Português», Lisboa, 1972, Série III, Vol. VI, págs. 33 a 61, vários desenhos por numerar e xviii Est. com 28 Figs.

⁽⁵⁾ O meu embaraço para conveniente designação dos dois tipos de gravuras, por picotagem ou picado e por fricção ou abrasão, foi resolvido pelo ilustre Professor e distinto filólogo, Dr. Francisco Torrinha, que teve a gentileza de, à consulta que lhe fiz sobre o assunto, criar os dois vocábulos seguintes: LITOSTÍCTICO, do grego *lithos* — pedra e *stirtos*-picado; de *stizein*-picar, imprimir marca ou sinal com instrumento agudo ou ardente e LITOTRÍPTICO, do grego *lithos* e *tripsis*-fricção; de *tribein*-esfregar.

Noutros casos, e isso é bem patente em algumas gravuras em xistos, os sinais foram obtidos por fricção, manejando em repetido movimento de vai-vém, de encontro à superfície a ornamentar, um instrumento duro, terminado em gume ou ponta. As gravuras deste tipo passei a designá-las *litotrípticas*.

As gravuras rupestres do Outeiro Machado podem ser consideradas do primeiro destes tipos, isto é *litostícticas*.

Delas se ocupou o Prof. Mendes Correia no trabalho *Art Rupestre em Trás-os-Montes*, cit.

Na companhia do Dr. Liberal Sampaio, aquele Professor foi ver o penedo de Outeiro Machado em 23 de Setembro de 1928. Depois, lá tornou várias vezes na companhia de Rui de Serpa Pinto.

Este meu amigo e lealíssimo companheiro de trabalho no Instituto de Antropologia da F. C. do Porto, foi, certamente, quem fez os desenhos que figuram no citado trabalho do nosso Mestre comum.

Mendes Correia deu a conhecer, em primeira mão, as gravuras do Outeiro Machado, que estudou nas suas linhas gerais com justa propriedade, o que lhe permitiu considerá-las, como já se disse, «o mais importante grupo de gravuras rupestres do noroeste peninsular».

Encarregou-me, então seu Assistente, de fazer o desenho por escala do conjunto daquelas gravuras, o que fiz em Janeiro de 1930 (Fig. 1).

Agora, e prestando homenagem à memória daquele meu querido Mestre, volto a ocupar-me do Outeiro Machado.

O meu papel é como o daquele pobre que vem no fim da feira para comprar barato coisas vistas por outros e por eles deixadas, pelo seu aparente, e de facto, menor valor.

As gravuras do Outeiro Machado mereciam um estudo pormenorizado.

São mercadoria que eu, como pobre feirante, venho analisar na sua complexidade, embora sejam muitos os embaraços em perscrutar o seu justo significado e utilização, por serem muitas as incógnitas ao querer averiguar a sua origem, certamente remota; serem muitas as dificuldades com que se depara

ao tentar esclarecer o simbolismo daquelas gravuras, que, é de crer, deve estar fortemente imbuído de sentimento religioso, na evocação propiciadora de forças sobrenaturais a favor, e em proveito, dos gravadores daquelas siglas.

Por isso lhe cabe a justa designação que lhe conferiu o Prof. Mendes Correia de Santuário do Outeiro Machado.

Mas a região de Chaves, que é rica em monumentos arqueológicos de várias naturezas e vária cronologia, tem outras estações de arte rupestre além da do Outeiro Machado, que a seguir se indicam.

As gravuras rupestres do *Outeiro do Salto*, no Casteianchos, em Mairós, quase na linha da fronteira.

O *Outeiro da Moeda*, com gravuras em «certã» ou «pá», também no termo de Mairós, e não longe do Castro da Tróia.

A *Pedra do Vale da Via*, que assim podemos designar porque fica no sítio assim chamado, ou *Pedra da Fonte dos Foros*, por ficar a poucos metros da fonte deste nome. Aquela pedra fica à borda da estrada de Val d'Anta a Soutêlo, a cerca de 1 km de Soutêlo, e tem umas duas dúzias de gravuras semelhantes às do Outeiro Machado.

O ano passado foi descoberto o *Penedo das Cruzes*, nas Ameijoadas, de Sanjurge, que tive ensejo de visitar na companhia de alguns amigos. Como o próprio nome indica predominam os cruciformes gravados pelo menos em três pedras, todas relativamente pequenas.

Ultimamente, em Maio de 1978, foi descoberta uma nova estação de arte rupestre, *Penedo do Vale do Salgueiro*, na freguesia de Sanjurge, a 200 metros da capela da Senhora da Aparecida, com sinais em colher e cruciformes, e com mais de 40 covinhas.

Dela me deu conhecimento o amigo Rev.º P.º Adolfo Magalhães, que me enviou o jornal «Notícias de Chaves» de 2 de Junho de 1978, que refere e descreve a descoberta de mais esta estação da arte rupestre flaviense.

Outras, muito provavelmente, virão a ser descobertas.

O penedo do Outeiro Machado

Situação, morfologia, características

O penedo do Outeiro Machado fica no sítio do Boqueiro, a 5 km a poente de Chaves, em termo da freguesia de Val d'Anta, não longe das povoações de Aboboleira, que fica a leste, e da aldeia de Soutêlo, que fica a poente ⁽¹⁾.

Trata-se de um penedo granítico cujo eixo maior com cerca de 18 metros se orienta na linha nordeste, com um pouco mais de 6 m na largura máxima, e com cerca de 3 m de altura, acima do terreno circundante, na parte central.

O dorso é boleado no sentido leste-oeste, sendo a vertente de leste de pendor acentuado, o que limita a área ocupada pelas gravuras (Fig. 1).

É ao longo da parte média do penedo, um tanto aplanada, que se distribuem os sinais e as covinhas. Em 1930 pude desenhar e contar 405 sinais e 119 covinhas, ou seja um total de 524 insculpturas. Já por este número, já pela natureza de alguns daqueles sinais, que, na iconografia da arte rupestre do norte de Portugal aparecem raras vezes ou pela primeira vez, Outeiro Machado ocupa posição de especial realce.

Noutra pedra, que fica a cerca de 8 m a sudoeste do penedo, há 36 sinais e 20 covinhas (Fig. 5).

Ao lado do penedo há três pedras, cada uma com seu sinal. Dois são cruciformes. O terceiro é considerado como representando um machado, perfeitamente encabado a que não falta o engrossamento da marra e a cabeça do cabo, excedendo ligei-

(1) Uma outra pedra com gravuras rupestres semelhantes às do Outeiro Machado fica ao lado da estrada de Val d'Anta a Soutêlo e a cerca de 1 km de Soutêlo.

É uma pedra pequena aplanada, ligeiramente inclinada e pouco alta. Fica no sítio chamado *Val da Via* a poucos metros da *Fonte dos Foros*.

Tem umas duas dezenas de sinais em certã ou pá e em colher, como os do Outeiro Machado.

ramente o olho do encabamento. Este facto feriu a sensibilidade do povo da região que passou a designar aquela estação de arte rupestre Outeiro Machado.

Naquela notável estação arqueológica de arte rupestre, em 1930, havia 405 sinais e 119 covinhas, ou seja, 524 insculpturas, como já se disse.

Alguns sinais, no todo ou em parte, estão bastante apagados. Tive dúvidas em considerar alguns deles. Sempre que pude procurei esclarecer as dúvidas. No entanto quando estas persistiam deixei de os desenhar. Preferi deixar um ou outro sulco em falta, do que os tomar em consideração, para não correr o risco de me atribuírem engenho inventivo.

De um modo geral muitos daqueles sinais foram distribuídos ao acaso na utilização de espaços livres; ao menos é a impressão que se colhe ao apreciar aquele conjunto.

Mas no grande penedo, podem distinguir-se os três grupos em parte reproduzidos nos três desenhos parcelares das Figs. 2, 3 e 4.

O primeiro, a contar da ponta noroeste com 4,5 m de comprimento por dois de largura, tem 65 gravados e 11 covinhas; o segundo, o maior, vai dos 5 aos 13 m, segundo o eixo maior do penedo, tem 4,5 m de largura e nele se contam 170 gravuras e 67 covinhas; o terceiro grupo, da ponta sudoeste do penedo, tem os sinais um tanto dispersos, comparativamente com os do grupo anterior, aqui distribuídos num comprimento que vai dos 13 aos 17 m, tem de largura 2,5 m, com 68 sinais e 23 covinhas.

Um quarto grupo é o da pedra, melhor, das 2 pedras que ficam a 8 m a sudoeste do penedo. A pedra maior tem 2 m de comprimento por 2 de largura, com 36 sinais e 20 covinhas; a segunda pedra, mais pequena, tem apenas dois sinais.

Há ainda 3 sinais em 3 pedras ao lado do bordo sudoeste do penedo e deles separadas de 1 a 3 metros.

São especialmente de seis tipos as insculpturas do Outeiro Machado, a saber: 221 cruciformes, 129 covinhas, 110 colheres, 41 ferraduras, 18 pás e 5 alteres.

Passemos a analisar sucintamente cada um destes tipos.

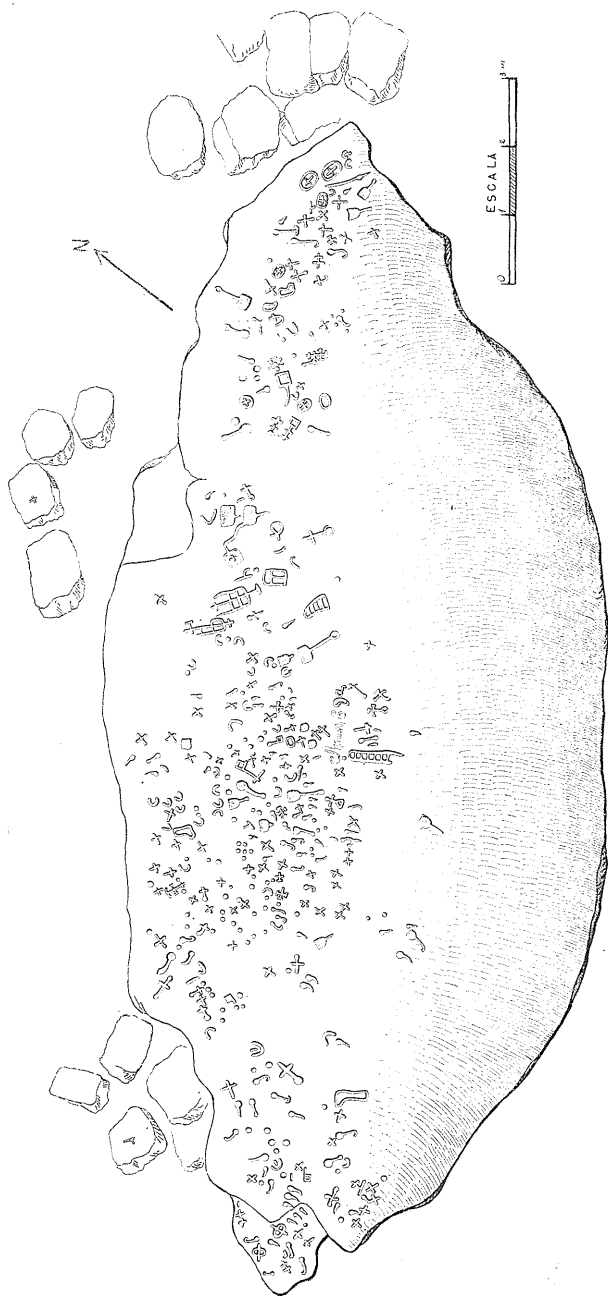


Fig. 1 — Conjunto das gravuras rupestres do Outeiro Machado.

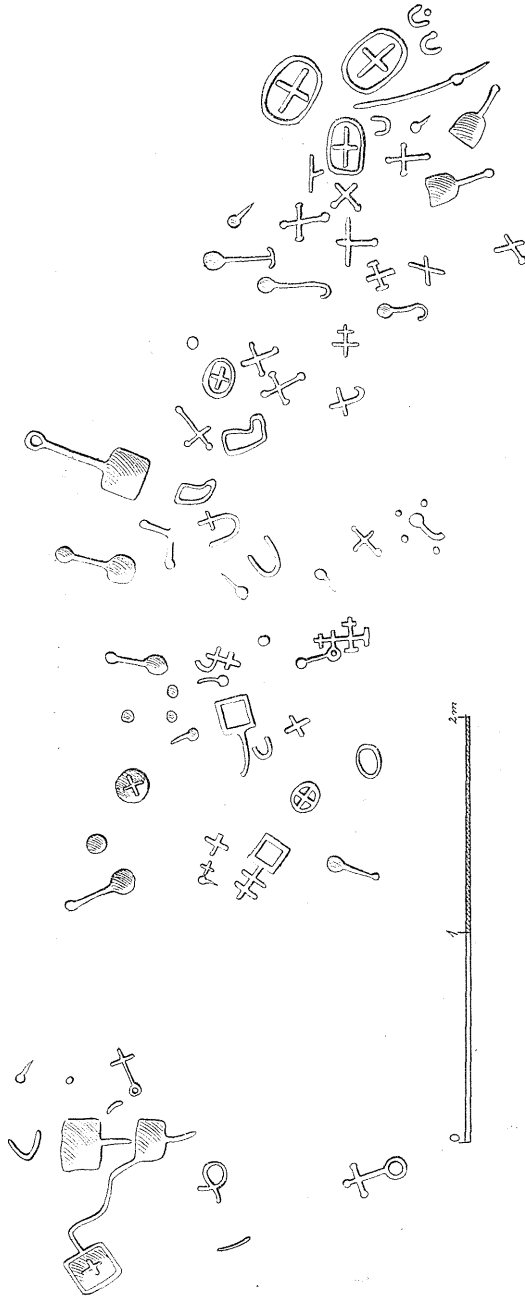


Fig. 2 — Terço do lado Norte.

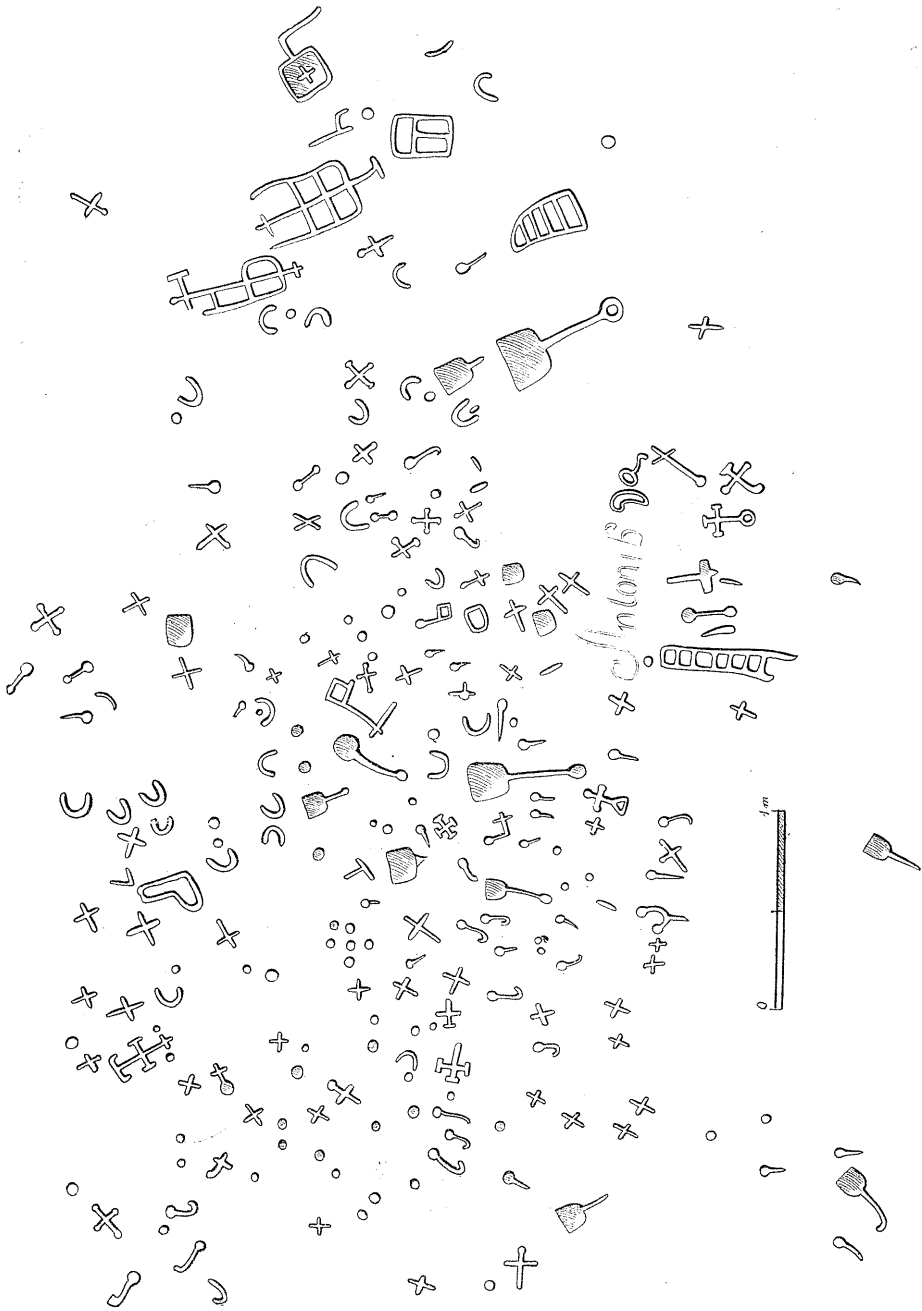


Fig. 3 — Terço médio.

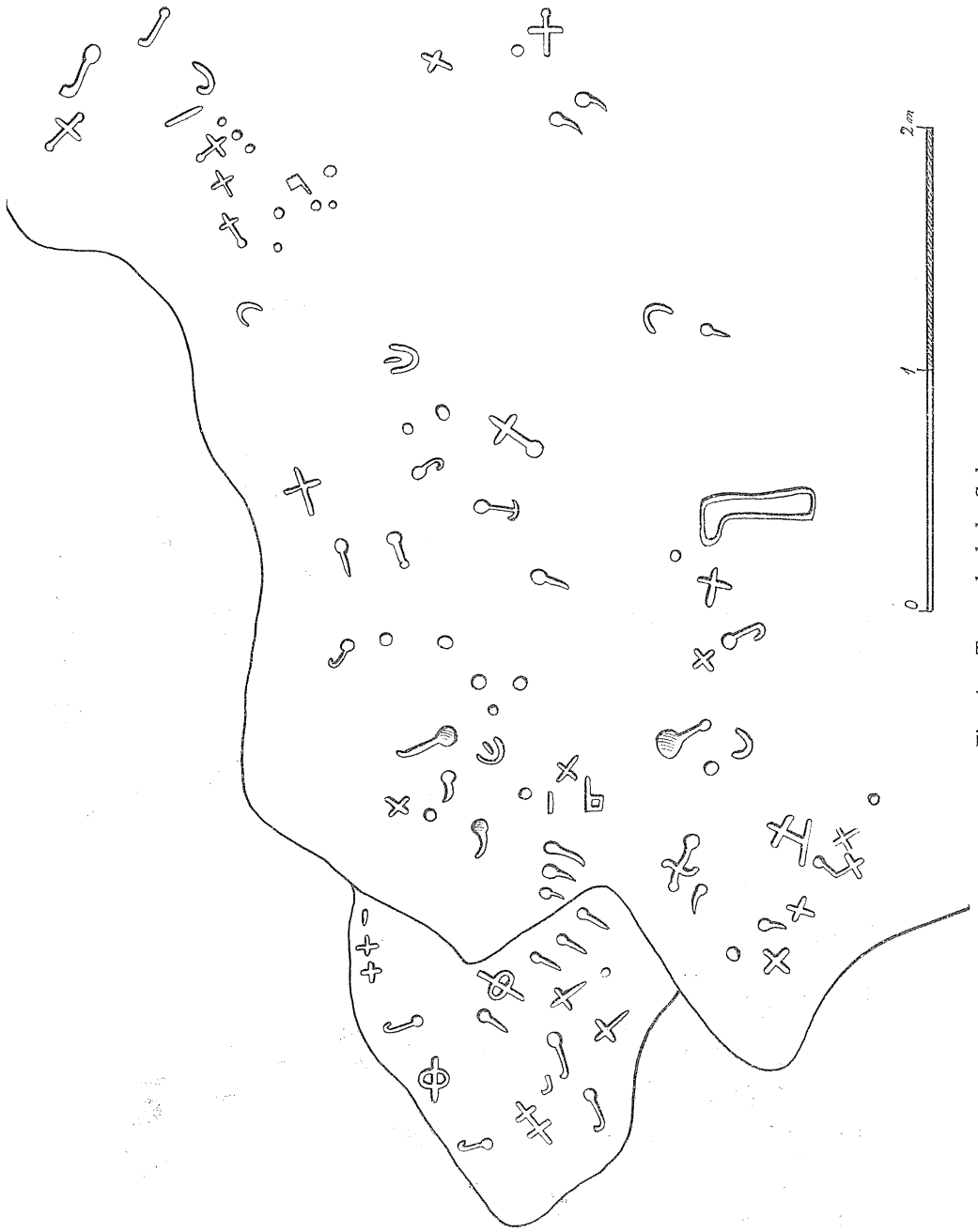
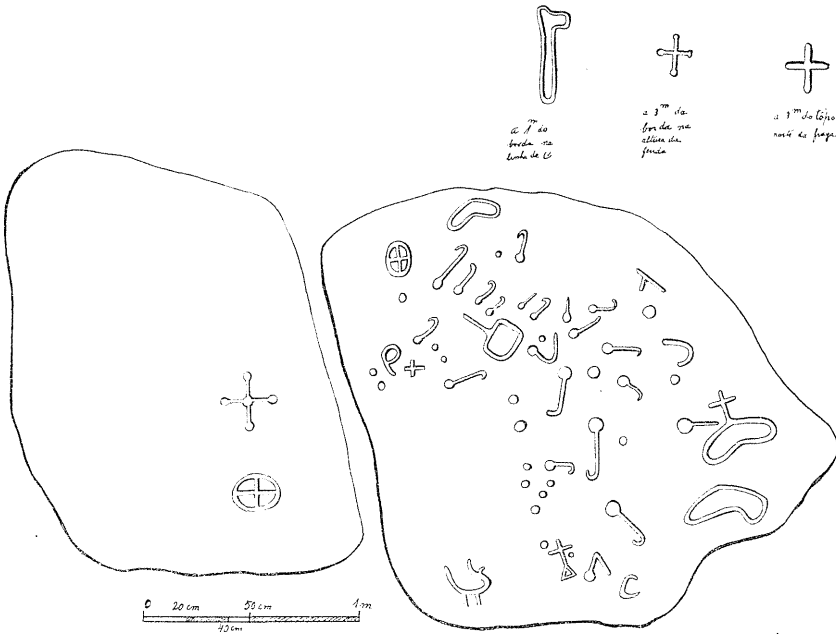


Fig. 4 — Terço do lado Sul.

Na Fig. 5 vão desenhadas as gravuras das pedras isoladas do grande penedo, em 3 das quais figuram cruciformes e um machado típico.



Cruciformes

A grande maioria dos gravados do Outeiro Machado são cruciformes.

Em 1930, quando o Prof. Mendes Correia me encarregou de ir fazer o desenho daquelas insculpturas, contei e desenhei 221 sinais em cruz, ou em que a cruz aparece em alguns complexos como mostram os desenhos da Fig. 7.

As gravuras com a cruz isolada, independente de quaisquer outros sinais, são de nada menos de 29 tipos ou modalidades diferentes (Fig. 6).

Há mais seis tipos em que a cruz se continua em ligação directa com outros sinais formando com eles conjuntos unitários, certamente cada um deles com seu significado próprio (Fig. 7).

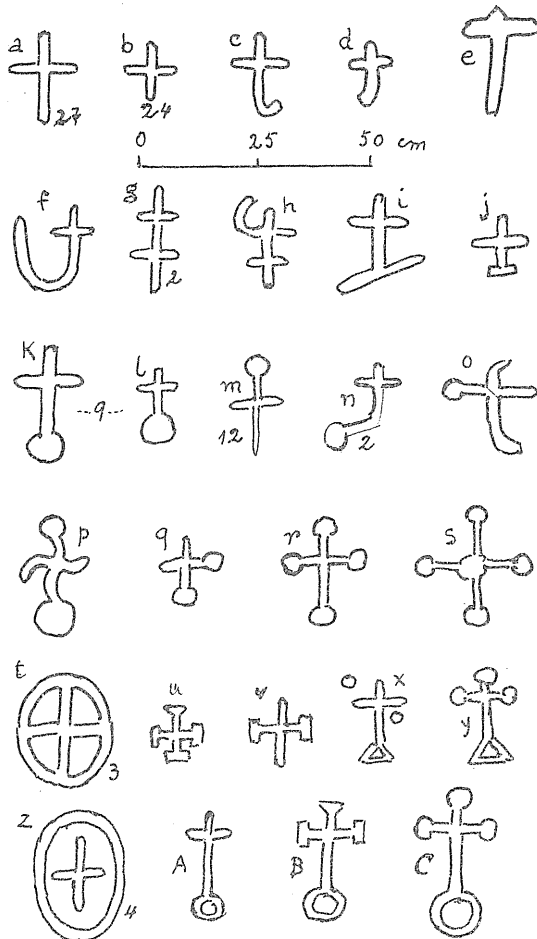


Fig. 6 — Modalidades de cruciformes.

Os tipos ou modalidades mais frequentes são as cruzes simples do tipo *a* da Fig. 6, que aparece 27 vezes, e as do tipo *b* que aparecem 24 vezes. Indicamos os tipos ou modali-

dades na mesma Fig. 6, e a seguir a cada tipo de gravura o algarismo indica o número de vezes que foi contada. As que não levam algarismo aparecem só uma vez.

Os desenhos tornam desnecessária a descrição dos trinta e tantos tipos ou modalidades em que aparecem insculpidos os cruciformes no Outeiro Machado.

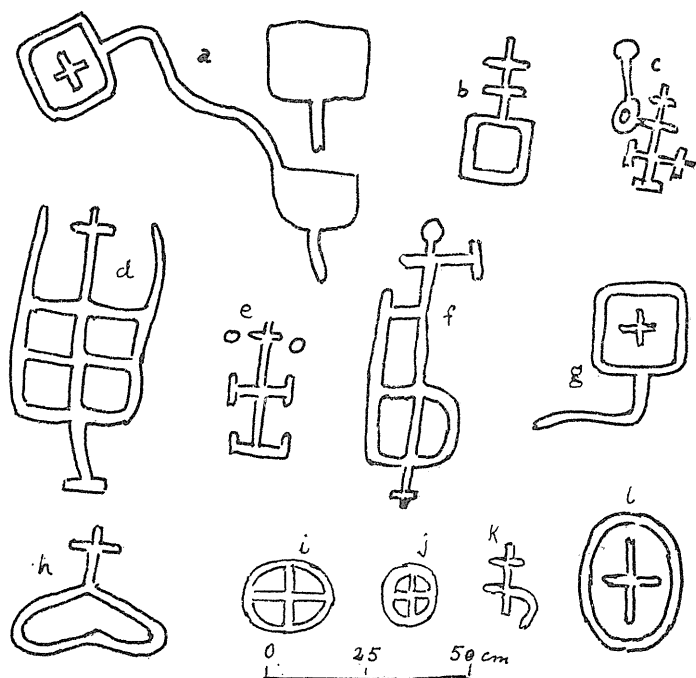


Fig. 7 — Gravados em que figura a cruz. À parte os sinais *j* e *k* de que há mais um e o *l* de que há mais 3, todos os outros são únicos.

COVINHAS

As covinhas são em número de 129, assim distribuídas.

No primeiro terço à ponta nordeste do penedo, com 6 m de comprimento por 2 de largo, há 11 covinhas.

No terço médio, com 6 m de comprimento por 4 de largura, há 65.

No terço da ponta do sudoeste há 20.

As duas pedras a 8 m a sudoeste do penedo têm 23 covinhas.

As covinhas encontraram-se irregularmente distribuídas por entre os sinais gravados, algumas vezes postas em fiadas de duas ou de três, e só num caso se vê um grupo de seis, 5 das quais dispostas segundo duas linhas em cruz.

Algumas covinhas estão estreitamente associadas a alguns sinais dos quais fazem parte integrante (Fig. 6, x, Fig. 7, e).

COLHERES

O povo da região assim designa as gravuras formadas por uma covinha circular seguida de sulco mais ou menos longo, por vezes, mesmo muito curto, sulco umas vezes rectilíneo, outras vezes encurvado, ou terminado em gancho.

A covinha será a concha da colher e o sulco o cabo da mesma.

A comparação é perfeita.

Contamos no conjunto 110 destes sinais que se distribuem por vários tipos (Fig. 8). Colheres de cabos ou apêndices rectilíneos e geralmente curtos, são em número de 37; de cabos ligeiramente encurvados na ponta são 26, dos quais 7 de curvatura para a direita e 19 de ponta encurvada para a esquerda; de ponta do cabo dobrada em gancho ou em anzol são 32, sendo 12 com o gancho para a direita e 20 de gancho para a esquerda; com a ponta do cabo terminada por travessão ligeiramente arqueado à maneira de âncora são 2. Há 10 em que a covinha correspondente à concha da colher é relativamente grande, e o cabo termina por pequena covinha de muito menor diâmetro (Fig. 8, m, n, o, p, e q).

Os três sinais da esquerda da última fila desta mesma fig. 8, podem considerar-se sinais em alter, se bem que só o primeiro é típico.

Há ainda dois sinais em colher com o cabo em ferradura ou em V, como mostram os dois desenhos da última fila da mesma Fig. 8.

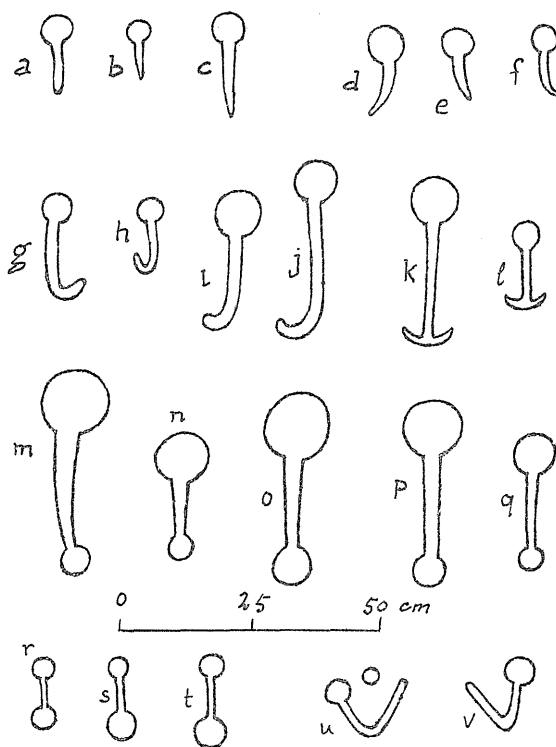


Fig. 8 — Sinais em colher nas suas várias modalidades da concha e do cabo. Na última fila três sinais em alter de que só o primeiro é típico pela igualdade das duas covinhas, as bolas.

Nas estações de gravuras rupestres do norte de Portugal visitadas ou de que há publicações, não me ocorre ter visto sinais em colher, que no Outeiro Machado são muitos e de vários tipos.

Que razões teriam levado a gravar tantos sinais em colher?

Porquê os cabos dos diferentes tipos referidos?

Parece que cada tipo, e até cada tamanho, se possa admitir que tenham significado diferente.

São mais uns problemas, e tantos são os que estão postos em torno das gravuras rupestres, para os quais até agora não se encontrou solução satisfatória, e, em muitos casos, nem sequer hipóteses plausíveis.

Uma hipótese que talvez se possa pôr quanto a estes sinais, e apenas para os de apêndice rectilíneo, seria considerá-los como representando bolas ou pedras de arremesso. O cabo, que seria empunhado pelo atirador, permitiria que ao atirar, a pedra, volteada à maneira de funda, fosse despedida com maior velocidade.

Mas, como explicar o significado dos outros tipos de cabos encurvados nas pontas, arqueados em anzol ou terminados por travessão arqueado à maneira de âncora.

É de crer que a cada um destes três últimos tipos correspondesse significado próprio.

FERRADURAS

Contaram-se 41 sinais em ferradura distribuídos pelos oito ou nove tipos da Fig. 9.

Na opinião geral dos arqueólogos, os sinais em ferradura são considerados como a estilização extrema, da figura humana; as simples como representando mulheres; as com um sulco entre os ramos como homens.

A maioria, em número de 23, são dos tipos *a* e *b* da Fig. 9; são muito abertas, de ramos curtos, quase sempre iguais e não muito arqueados; 2 têm a forma de V, com os ramos rectilíneos; 5 têm um dos ramos mais curto e ligeiramente arqueado; em 4 é o ramo direito o mais curto e só numa o esquerdo é o mais curto.

Só há uma ferradura de ramos bem arqueados (Fig. 9 *e*).

Há 6 ferraduras tendo entre os ramos um sulco mais ou menos longo e algo salientado, e 2 com uma pequena covinha entre os ramos (Fig. 9 g e h).

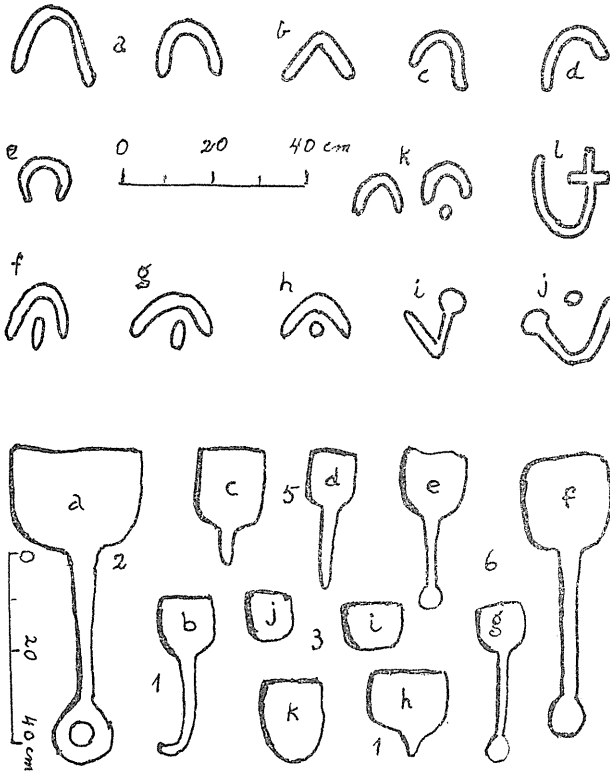


Fig. 9 — Em cima várias modalidades do sinal em ferradura. Em baixo vários tipos de pás.

Há ainda 2 sinais com um dos ramos terminados em covinha mesma Fig. 9, *i* e *j*. Um deles dobrado em V; o outro arqueado em ferradura, e com covinha entre os ramos.

Por último o sinal em ferradura com um dos ramos terminado em cruz, é sinal de carácter duplo, em ferradura e cruciforme.

Ainda na mesma Fig. o desenho *k* reproduz um grupo de dois sinais em ferradura, que podem representar um casal. No entanto o sinal da direita que pode representar o homem, tem uma covinha em vez do habitual sulco linear.

Terá a covinha a mesma significação do traço ou sulco linear, símbolo do órgão sexual masculino?

É bem possível que não. Qual? Não nos ocorre que significado possa ter aquela covinha.

As gravuras rupestres em ferradura são muito frequentes na arte rupestre portuguesa, e muito especialmente em Trás-os-Montes.

Das 15 estações que no meu trabalho *Arte rupestre*, 1942, cit. indico com nome de *Ferraduras*, 12 são trasmontanas, 2 da Beira Alta e 1 do Minho. Em Trás-os-Montes a designação geral é *Fraga das Ferraduras*, e são assim distribuídas: 1 em Macedo de Cavaleiros, 3 em Vinhais, 3 em Bragança e 5 em Carrazeda de Ansiães.

PÁS

Escavadas em quadrado ou rectângulo, com um sulco apendicular a meio de um dos lados, alguns sem apêndice, foram consideradas pelo povo da região como sertãs para fritar, «poêles à freire» ou «pelles», como o Prof. Mendes Correia referiu no seu citado trabalho.

Como as sertãs ou frigideiras são geralmente circulares e as gravuras são subquadradas ou rectangulares, e esta forma se aproxima mais de pás do que de sertãs, à falta de melhor passarei a chamar-lhe pás. São 18 no Outeiro Machado.

Como a Fig. 9 mostra há-as de dois tipos fundamentais, pá sem apêndice ou com apêndice. Este pode ser rectilíneo, e, neste caso, comprido, ou curto, ou mesmo incipiente; pode ser encurvado na ponta ou terminado em covinha ou em roda.

Há 6 de apêndice rectilíneo, 6 de apêndice terminado em covinha, 1 de apêndice incipiente, 3 sem apêndice e 2 com apêndice terminado em roda.

Não são frequentes na nossa arte rupestre.

Quanto a este tipo de sinais merece especial referência a *Pedra dos Cantinhos*, na Bouça Velha, entre a povoação das Benfeitas e Carregal de Destriz, referência dada pelo Prof. A. Amorim Girão no seu trabalho *Arte Rupestre em Portugal (Beira Alta)*, «Biblos», vol. I, n.º 3, Coimbra, 1925, 17 págs. 8 figs.

Na pág. 6 e fig. 2 publica um desenho esquemático dos sinais gravados na *Pedra dos Cantinhos*, onde se contam nada menos de 17 gravuras em forma de pás, numa pedra que mede cerca de 2,50 m de comprimento por outro tanto de largura.

Na pág. 40 o Prof. Amorim Girão atribui aos sinais dos Cantinhos «um paralelismo muito acentuado com as pinturas do Cachão da Rapa».

Em Outubro de 1930 tive a sorte de redescobrir estas pinturas ⁽¹⁾. Para estabelecer um tal paralelismo suponho insuficiente a singela forma rectangular dos sinais escavados em pá.

Na pág. 15 do seu trabalho, o Prof. Amorim Girão volta a falar da *Pedra dos Cantinhos* dizendo que o povo ali vê «uma presumível mulher dançando e um moinho de vento».

A seguir escreve: «É certo que, pelo menos em alguns dos conjuntos dos gravados que aí ficam aparece representada uma cena em que intervêm diversas figuras de mulher bailando em torno de uma figura de varão despido, às vezes substituído por um *phallus*, como em mais do que uma composição pintada do país vizinho se tem reconhecido».

Parece pois que o Prof. Amorim Girão quiz ver em alguns dos sinais subquadrados ou rectangulares da *Pedra dos Cantinhos* a esquematização de mulheres dançantes.

Tal parecer deve ter sido, talvez, suggestionado pela hipótese de Cabré que ao examinar uma reprodução das pinturas do Cachão da Rapa, invertida de 180 graus, quiz ver em algumas daquelas pinturas mulheres em cenas de dança.

⁽¹⁾ Santos Júnior, *As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa*, Trab. Antrop. Etnol., Vol. VI, Porto, 1933, pág. 185-222, 11 Figs. e 9 Est.

Reproduzi as pinturas na sua posição justa. As reproduções que corriam apareciam invertidas, pelo que há que rodar de 180 graus os sinais analisados por Cabré, em que as mulheres estariam a bailar de pernas para o ar.

Sem dúvida que a dança desempenha papel importante nos povos de civilização remota e não é estranho que nas gravuras rupestres possam aparecer esquematizações coreográficas; no entanto, nem quanto à *Fraga dos Cantinhos*, nem quanto ao Cachão da Rapa, tanto uns como outros dos sinais das duas estações rupestres, em nosso parecer, não podem interpretar-se como conjuntos coreográficos ⁽¹⁾.

ALTERES

São poucos, apenas 5, os sinais que podem considerar-se como de tipo em alter (Fig. 8 *r*, *s* e *t*); se bem que só o do desenho *r* se pode considerar como um alter típico, por serem iguais as covinhas extremas.

A desigualdade das covinhas aproxima-os dos sinais em colher.

O alter típico está associado a uma ferradura. Está posto muito perto e quase no alinhamento do ramo esquerdo da mesma. No alinhamento do ramo direito um sinal em colher de cabo rectilíneo, sensivelmente do mesmo tamanho do alter. Tal pequeno grupo dos três referidos sinais é possível que tenha significado especial.

⁽¹⁾ No abrigo com pinturas rupestres do Caningui, Angola, existe um grupo de figuras humanas empunhando armas, em manifestas atitudes de dançantes. As pinturas deste abrigo estudei-as em 1970 com o Dr. Carlos M. N. Ervedosa, então meu Assistente no Departamento de Zoologia e Antropologia da Universidade de Luanda. As pinturas rupestres do Caningui, in «Ciências Biológicas», revista da F. C. da Univ. de Luanda, 1971, Vol. 1, págs. 93-142, 112 Figs. sendo 40 desenhos e XLIV Est. com 71 gravuras. Publiquei à parte o trabalho *Uma dança milenária*, in «Trabalhos de Antro. e Etnol.» rev. Soc. P. A. E., Porto, 1971, págs. 75-80, 5 Figs.

SINAIS SINGULARES

Além dos 6 tipos mencionados, cada um em maior ou menor número, que vai desde os 221 cruciformes até aos apenas 5 em

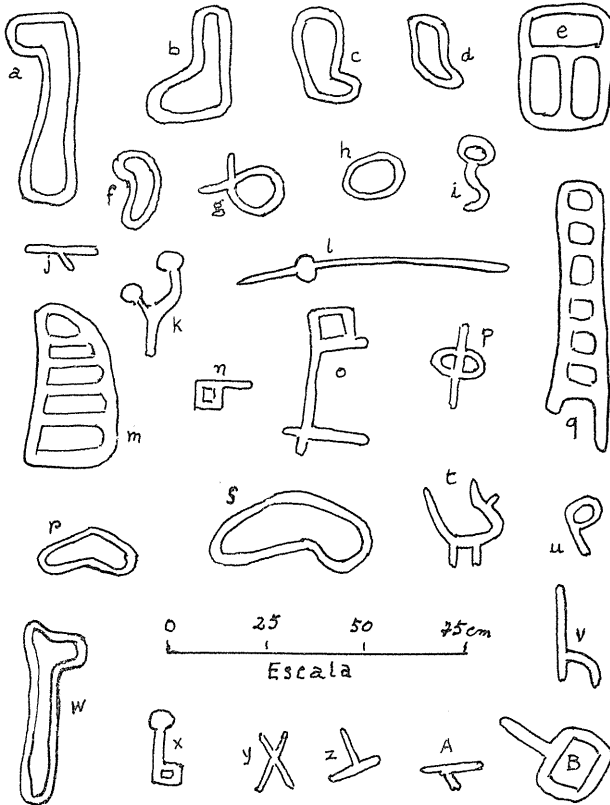


Fig. 10 — 28 sinais fora dos 6 tipos, mais representativos cruciforme, ferraduras, em colher, em pá, e alter. A parte do sinal ϕ , marcado nesta figura com a letra p, de que há no Outeiro Machado um outro igual e dele distante apenas uns 35 cm, todos os outros só aparecem uma vez.

alter, há muitos sinais que são exemplares únicos ou aparecem apenas duas vezes como por exemplo o sinal em fi.

Na Fig. 10 desenhei 27 destes sinais singulares, que dispensam descrição. Entre eles figuram 2, o a e o w que têm sido

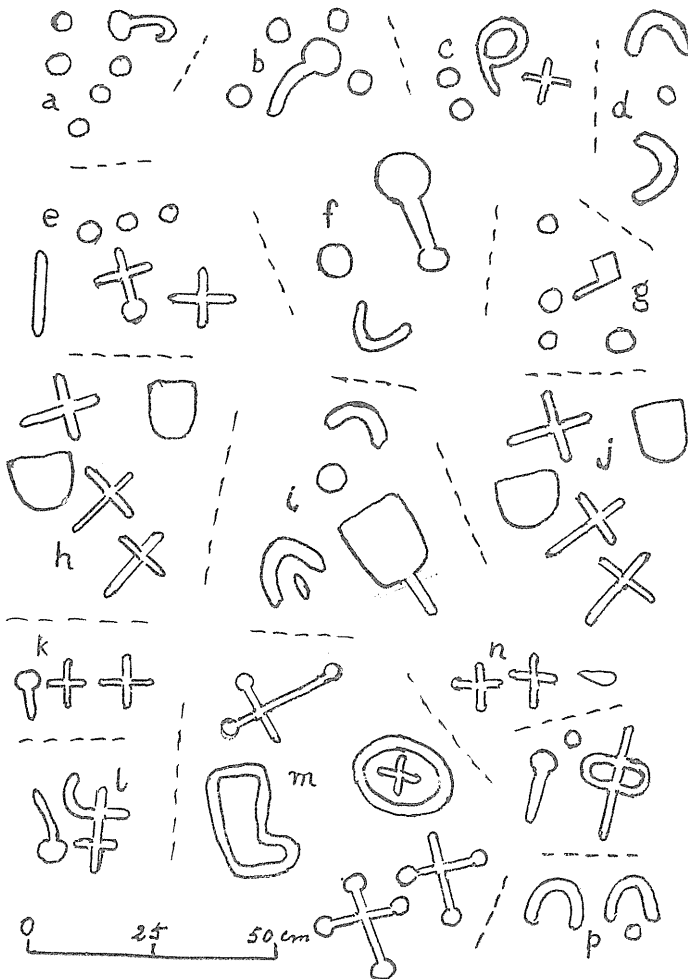


Fig. 11 — Alguns grupos de sinais, que, pela sua proximidade, se poderão considerar como conjuntos de especial significado.

considerados machados, especialmente o desenhado em w. Não sei que outra interpretação lhe possa ser dada.

ASSOCIAÇÕES

Um grande número, mesmo o maior número podem considerar-se como sinais independentes, isto é, não associados a outros sinais.

Há no entanto alguns, que, dada a sua proximidade, podem considerar-se como formando conjuntos à parte.

Além do grupo referido da ferradura associada a alter e colher, podem-se considerar mais alguns conjuntos à parte, que, naturalmente, devem ter significado próprio.

Na Fig. 11 desenhei aqueles que me pareceram mais objetivos, embora ainda outros possam isolar-se.

Os 16 conjuntos dessa figura dispensam a sua descrição.

CONCLUSÕES

Tudo leva a pensar que aquelas várias centenas de gravuras do Outeiro Machado tenham sido obra de muitas pessoas e feitas em várias tarefas ao longo de vários anos, talvez mesmo de muitos anos.

Insculpir um sinal abrindo no granito um sulco mais ou menos fundo, ora direito ora curvo, ora em elipses ou circunferências, se é certo que não demanda grande esforço, necessita porém de ferramenta adequada e leva algum tempo a abri-lo e a afeiçoá-lo.

É lógico pensar que cada sinal seria começado por picar a granito com instrumento, ou pedra, de ponta aguçada e dura, quer empunhado à mão quer martelado. Assim se obteria um sinal picotado ou litostíctico. É possível que alguns sinais ficassem neste estado, mas outros poderiam ser aperfeiçoados, alisando os sulcos com instrumento duro, quicá uma singela pedra manejada em movimento de vai-vém.

Desta forma a técnica litostíctica seria completada pela técnica litotríptica.

Os sinais de cada tipo estão gravados em muito diversas posições. Assim, se tomarmos como referência de posição base o eixo maior do penedo, e exemplificarmos com a cruz, verifica-se que as há em diversas posições, isto é, em vários graus de inclinação. Há-as a prumo, há-as mais ou menos inclinadas, quer sobre a direita quer sobre a esquerda, até deitadas, e em inversão total por rotação de 180 graus.

O mesmo se verifica quanto às diversas posições ou inclinações dos outros sinais.

Isto leva a crer que cada sinal foi gravado à parte, no espaço livre que melhor pareceu ao gravador, e o delineou no aprumo correspondente à posição por ele tomada.

O simbolismo da maioria daqueles sinais afigura-se-nos misterioso.

O grande número de gravuras e a repetição de temas leva a concluir que tudo aquilo foi feito com propositada finalidade, e não como simples diversão ou passatempo.

Como há vários tipos de símbolos, cruzes, covinhas, colheires, ferraduras, pás, alteres e outros sinais singulares, é lícito imaginar que cada uma das modalidades daqueles tipos de gravuras tivesse o seu significado próprio, e tivessem sido insculpidas com vários propósitos.

É justo, portanto, considerar o Outeiro Machado como um santuário, no qual, é de crer, aqueles muitos sinais de simbolismo misterioso, estejam fortemente imbuídos de sentido religioso, na evocação propiciatória de forças estranhas e poderes sobrenaturais, a favor, e em proveito, dos gravadores daqueles muitos sinais.

O Prof. Mendes Correia, atentando nas representações de machados, considera aquela estação rupestre como dedicada ou consagrada ao culto do machado.

Seguramente que o significado das numerosas estações de arte rupestre não deve ser o mesmo em todos os casos, embora em todos deva haver o mesmo fundo de religiosidade e de magia, ligado a velhos cultos de propiciação e outros, dos quais a alma humana ainda hoje não está de todo isenta, apesar de

muitos séculos terem rolado sobre os venerandos rochedos cobertos de siglas indecifráveis, que os líquenes revestem e os musgos por vezes escondem.

A cronologia das gravuras rupestres é difícil de estabelecer com segurança.

O Dr. Sobrino Buhigas, que estudou na Galiza muitas gravuras rupestres, e que foi especialmente consumado em tal matéria, no seu belo livro *Corpus Petroglyphorum Gallaecia*, publ. do «Seminário de Estudos Galegos», Santiago de Compostela, Galiza, a pág. 28, escreveu: «Attamen per multa petroglypha manent quibus difficilimum est tempus certum stabilire».

Não há, que se saiba, notícia de achados arqueológicos nos terrenos à roda, ou melhor, junto do Outeiro Machado, que poderiam guiar-nos na atribuição de provável datação.

Muitos argumentos têm sido aduzidos para a datação das gravuras rupestres. Num pequeno número têm sido consideradas neolíticas. Outras seriam da idade do bronze, durante a qual foram construídos os monumentos megalíticos, dólmenes ou antas, menhires, cromeleques, etc., e cujo início se tem fixado à roda de 2 500 anos a. C. Porém a maioria das gravuras rupestres são consideradas posteriores, e atribuídas aos períodos de «Halstat» e de «la Tène» da Idade do Ferro. É muito provável que as gravuras do Outeiro Machado sejam desta última idade.

Tenho pensado muito na dificuldade de datar as gravuras rupestres, e, à força de pensar no caso, ocorreu-me o seguinte:

É provável que pelo exame microscópico de lâminas delgadas da rocha interceptando o fundo dos sulcos, se possam detectar alterações nos vários minerais da rocha, e daí inferir o tempo, maior ou menor número de anos, em que o sulco foi aberto e o seu fundo ficou exposto à acção directa do tempo. A comparação de lâminas delgadas da rocha dos fundos de dois sulcos da mesma pedra, é de crer possam fornecer elementos de cronologia relativa.

Não sei até que ponto certos líquenes poderão modificar o ritmo da alteração progressiva dos minerais da rocha, e bem

assim a maior ou menor demorada acção da água das chuvas nos sulcos, o que está dependente da maior ou menor horizontalidade da superfície da pedra.

De qualquer modo afigura-se que convirá ensaiar a técnica da pesquisa cronológica, pelo estudo microscópico das lâminas delgadas da rocha.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Junho de 1978

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR



Fig. 12 — O penedo do Outeiro Machado visto do lado nascente.



Fig. 13 — O Outeiro Machado visto do nordeste, mostrando a ponta do lado norte quebrada a dinamite.



Fig. 14 — O penedo do Outeiro Machado visto do topo do lado sul.



Fig. 15 — O topo do lado norte do Outeiro Machado que foi quebrada a dinamite.



Fig. 16 — Grandes pedaços da ponta norte do Outeiro Machado que foi despedaçada a tiros de dinamite.

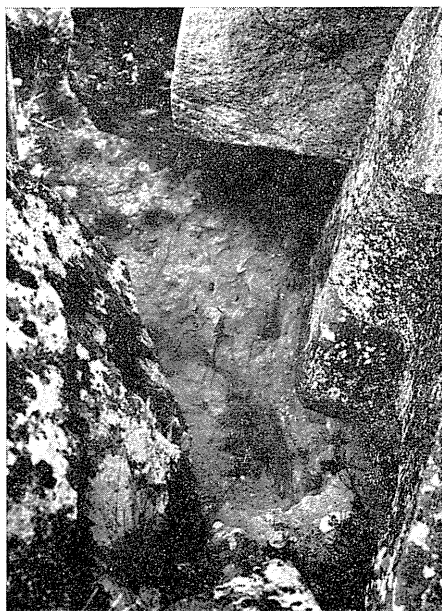


Fig. 17 — Na escassa porção de terra junto do topo norte do Outeiro Machado, vê-se o campo de acção de um pesquisador de terrenos, que a lenda diz ser a busca de um bezerro de ouro.

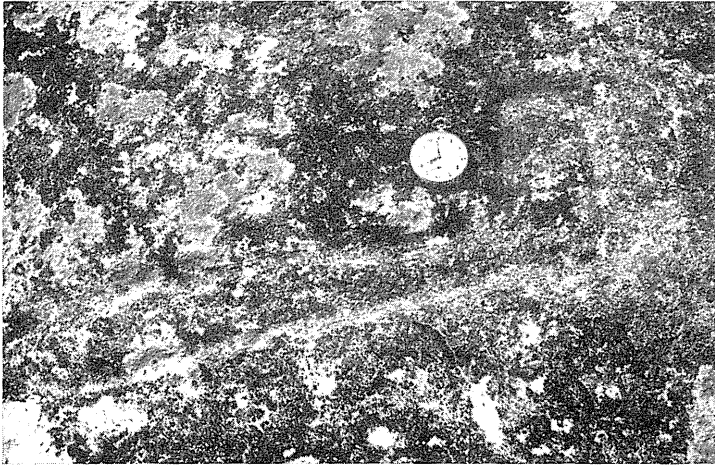


Fig. 18 — Gravura de um machado, parcialmente oculto por abundante camada de líquenes.

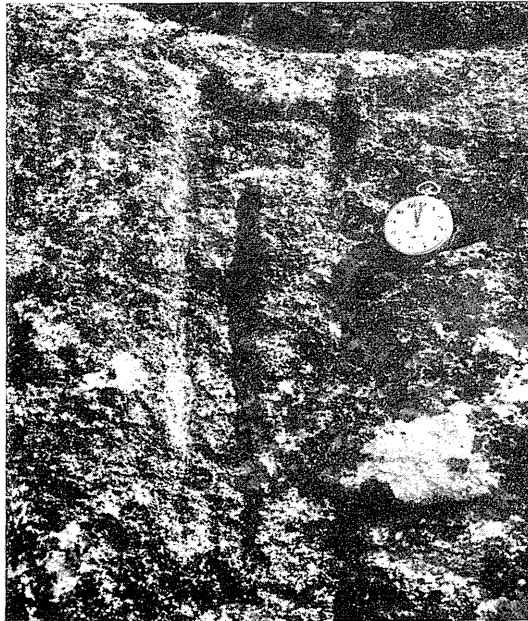


Fig. 19 — Outra gravura de um machado numa pedra isolada, a poucos metros do grande penedo.



Fig. 20 — Gravuras do penedo do Outeiro Machado. Ao lado do cruciforme a gravura que o povo considera como uma bota e que tem sido considerado como representando um machado.

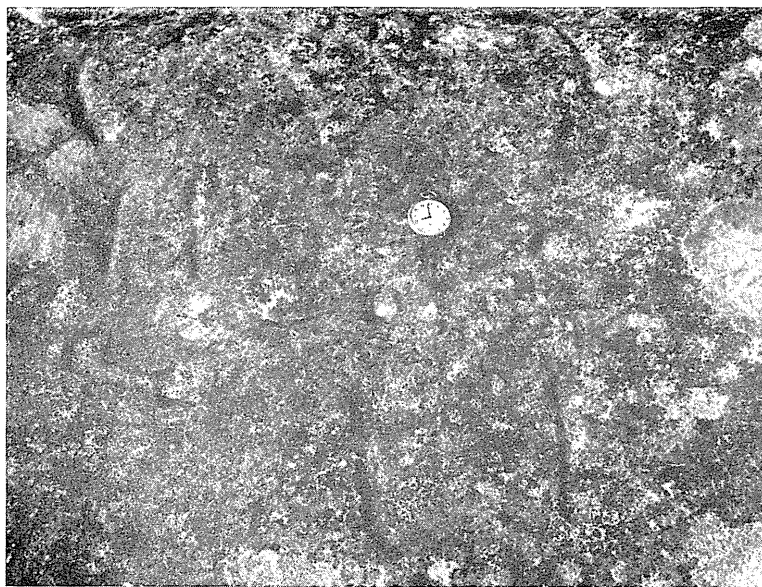


Fig. 21 — Conjunto de gravuras bastante apagadas em que sobressaem dois sinais em colher com o cabo terminado em gancho de anzol.

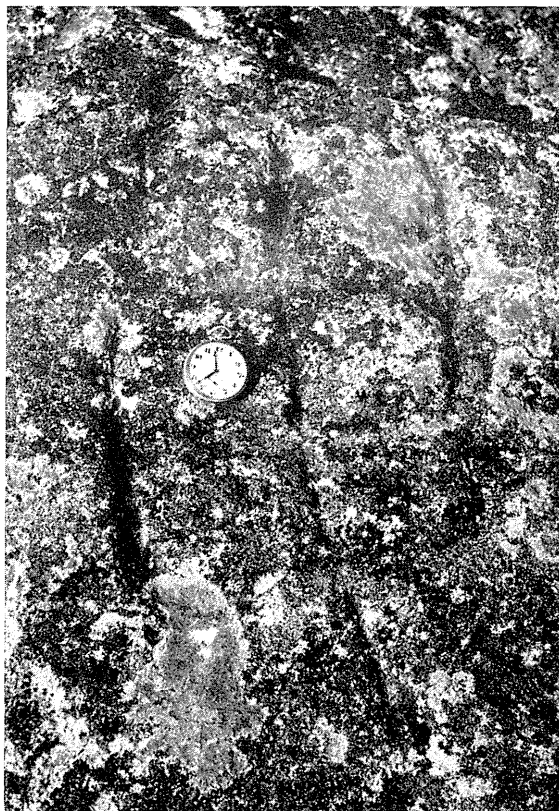


Fig. 22 — Fotografia da gravura do desenho *d*
da Fig. 7.

A quantidade de líquenes é tão grande que
alguns sulcos são por eles apagados.

Estação arqueológica do Olival das Fragas

Quinta da Terrincha—Vilarica—Moncorvo

POR

J. R. dos Santos Júnior

Antigo Director do Inst. Antrop. «Dr. Mendes Correia»
e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia

A Quinta da Terrincha, em termo da freguesia da Cardenha, concelho de Moncorvo, é uma grande propriedade, que foi do Conde de Pinhel, e hoje pertence ao grande proprietário Sr. António José Seródio.

O Vale da Vilarica, que vai da Foz do Sabor à Burga, no sopé da Serra de Bornes, tem 25 km de comprimento por cerca de 10 e meio de largura. A seguir aos lodeiros das afamadas *courelas*, seguem-se algumas quintas, dentre as quais avulta a Quinta da Terrincha. Esta grande quinta atravessada pela estrada n.º 102, fica na margem esquerda da Ribeira da Vilarica encostada à parte média da Fragada dos Estevais e da Cardenha, que vai da Portela à Adeganha, numa extensão de 4 a 5 km; propriamente vai do Castro do Baldoeiro (*Civitas Baniensium*) ao Castro da Adeganha. A Fragada separa a Vilarica do Vale do rio Sabor, que lhe corre pelo nascente. Sobranceiro ao extremo norte da Quinta da Terrincha fica o Castro da Senhora do Castelo.

A Vilarica tem fornecido materiais arqueológicos de certo interesse. Referir-nos-emos apenas aos que respeitam à Quinta da Terrincha ou à Quinta do Carrascal que lhe fica pegada e fronteira do lado de lá, margem direita, da Ribeira.

Na Quinta da Terrincha apareceram duas lápides funerárias no *Olival dos Pardieiros* que fica a poente da estrada,

das quais damos desenhos esquemáticos na Fig. 1. Em 1973 vi as lápides que estavam num canto de um armazém onde a luz era insuficiente para tirar fotografias. Limitei-me a fazer um esboço. Quando voltei com o propósito de lhes tirar fotografias informaram que as lápides tinham sido levadas para Sabrosa do Douro.



Fig. 1 — Três lápides da Quinta da Terrincha. As duas da esquerda lápides funerárias, encontradas no Olival dos Pardieiros. A da direita, ilegível, não se sabe onde foi descoberta. Está embutida na parede de um armazém.

Pardieiros é palavra que designa casas em ruínas, pelo que se pode concluir que ali teria existido um remoto núcleo populacional.

Na parede do armazém da Quinta da Terrincha está embutida uma pedra pequena, de uns 40 cm de altura por 25 a 30 de largura, com estranha inscrição, que reproduzo na mesma Fig. 1 e na Est. VIII, Fig. 19. É lícito concluir que aquela pedra deve ter aparecido nas proximidades.

Da estrada sai um caminho que corre em terreno da Quinta da Terrincha, e, depois de atravessar a Ribeira, leva à Quinta do Carrascal.

Ali fui com o colega e velho amigo Doutor Carlos Teixeira, Professor de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, em prospeção geológica no Vale da Vilarça.

Depois de atravessar a Ribeira vi à borda do caminho uma pedra posta ao alto à maneira de banco. Parei o automóvel e fui vê-la. Era uma ara.

Na Quinta do Carrascal, fomos gentilmente recebidos pelo Sr. Francisco Guilherme Miller Guerra, filho do proprietário da quinta.

Dei-lhe conta do achado da ara, com o natural entusiasmo que um achado de tal natureza sempre determina. Pronta e amavelmente me ofereceu, pelo que, mais uma vez, testemunho agradecimento.

O gentil ofertante informou que a lápide fôra encontrada havia pelo menos 15 anos numa sua vinha, da margem direita da Ribeira, no sítio chamado *Barral da Ribeira*. Posteriormente foi colocada na borda do caminho, a servir de banco. Tem 62 cm de altura, por 29 de largura e 22 de espessura. É uma ara consagrada às ninfas com a seguinte legenda:

D.NYM que foi interpretada assim:
 PHIS.V
 POSVI D(iis) ou D(eabus) NYMPHIS V(otum) POSUIT
 T.SIMP S(olvit) L(ibens) (Animo), ou seja, Às deusas
 LICIA
 S.L.(a) *Ninfas, Simplicia erigiu de boa mente esta ara.*

O «foculus» do topo superior tem 6 cm de diâmetro por 6 cm de fundo (1).

É de crer que a ara tenha sido dedicada às Ninfas da fonte n.º 1 da Água de Bem Saúde, que fica umas centenas de metros a montante, e de lá tenha sido arrastada pelas enxurradas das cheias da Ribeira.

A primeira notícia desta singular estação arqueológica do Olival das Fragas, foi-me dada por meu filho J. Norberto dos Santos.

(1) Juntamente com outras, esta ara foi publicada no trabalho *Ex-votos às Ninfas em Portugal*, por J. R. dos Santos Júnior e Coronel Mário Cardoso, in *Homenagem a César Moran Bardon*, separata da revista «Zephyrus», Salamanca, 1953, págs. 53 a 68, e 5 Figs.

Este meu filho e o comum amigo Dr. João Leonardo, Subdelegado de Saúde em Moncorvo, foram ao Olival das Fragas em princípios de Dezembro de 1975.

Trabalhos de plantação de oliveiras e amendoeiras tinham posto a descoberto restos arqueológicos de certo interesse.

Nessa altura apanharam algum material, uma parte do qual vai reproduzido nas fotografias das Figs. 15, 16 e 20.

Quando vi esse material, e nomeadamente a cerâmica, micácia e granosa, nitidamente de tipo castrejo, concluí que devia tratar-se de um remoto povoado, se bem que não lhe pudesse chamar castro, porquanto assenta na base de encosta pedregosa em terreno de pequeno pendor.

Nas férias de Natal, em 21 de Dezembro de 1975, fui ao Olival das Fragas.

Deparei com três fiadas de paredões de certa feição, que fazem lembrar muralhas.

Aqueles paredões, mais ou menos ondulados, estendem-se por entre velhas oliveiras no terreno encostado ao cabeço rochoso que lhe fica sobranceiro. Na primeira porção daquele amontoado rochoso de grandes pedras de granito, o meu filho viu uma sepultura antropomórfica parcialmente destruída (Est. IV, Fig. 11), que depois fotografei. Resta a cabeceira que mostra ter sido feita em pedra solta. Tratar-se-ia pois de sepultura móvel.

PAREDÕES

A primeira vez que fui ao Olival das Fragas, foi, como já disse, numas férias de Natal, em 21 de Dezembro de 1975. Voltei em 5 de Outubro de 1976 e, pela terceira vez, em 26 de Dezembro de 1977. De cada vez ali passei algumas horas.

Logo na primeira visita me impressionaram o número e a extensão de uns paredões que chegam a atingir 2 m de largura, e um deles atinge 2,50 m de altura. Poder-se-lhe-ia chamar muralhetas, dada a pequena altura da maior parte, e a sua largura ser também pequena, em média 1,50 m.

Esquemáticamente podemos considerar 3 linhas de paredões ou muralhetas (Fig. 2).

O primeiro, quem sobe a encosta de pendor suave, tem uma abertura que não parece ter sido portada, pois não se vêem as pedras dispostas em ombreiras, como se vê na porta da segunda linha. Fica-se com a impressão de o paredão ter sido desfeito naquele sítio para dar passagem.

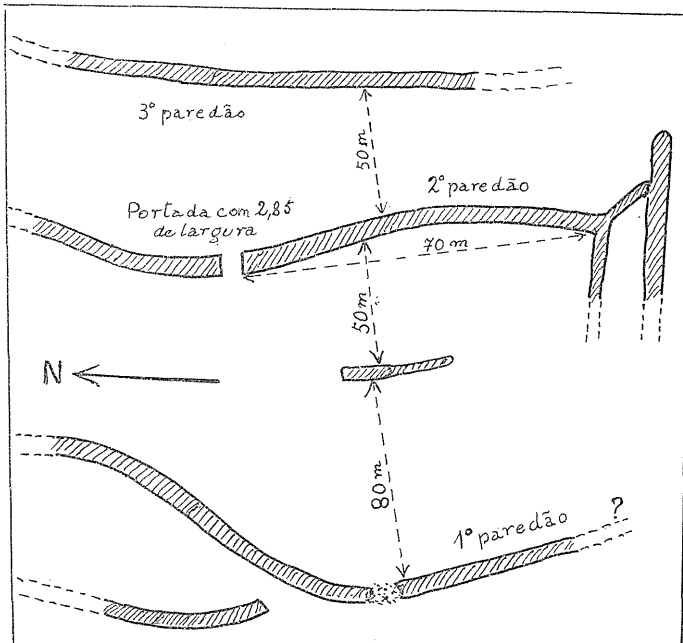


Fig. 2 — Esquema do delineamento dos três paredões do Olival das Fragas (Terrincha).

A seguir àquela abertura rasgada no paredão que fica a uns 40 a 100 m do segundo paredão, o seu alinhamento ondula para norte em S esticado, que, vai aproximar-se da segunda linha a cerca 40 m.

Entre o primeiro e o segundo paredão há uma pequena parede de 10 m de comprimento e pouco alta, que só se pode

explicar ter sido feita para simples arrumo de pedras. Aliás é esta a impressão que se colhe para o conjunto daqueles extensos paredões.

A segunda linha (Est. I, Fig. 5) tem uma portada com 2,85 m de largura. O paredão prolonga-se para sul numa extensão de cerca de 70 m, e termina sobre um pequeno penedo quase ao rés da terra. Esta porção de paredão tem, a meio, a largura de 2 m e altura da face poente de 2,50 m, e apenas 90 cm na face oposta e cimeira.

A seguir ao penedo o paredão continua-se em parede ligeiramente ascendente que, como indica o esquema da Fig. 2, vai entestar com outro paredão de alinhamento sensivelmente leste-oeste.

Como mostra a fotografia da Est. II Fig. 8 o arranjo das pedras dos paredões sai fora dos moldes habituais das muralhas dos castros. Uma das hipóteses a pôr para aqueles paredões, é a de terem sido feitas para suporte das terras como barrancos. No entanto o pendor do terreno é tão pouco acentuado que, parece não ter grande justificação a existência de tão grossos paredões e com ondulações inexplicáveis para o conveniente suporte da terra.

Impõe-se o levantamento topográfico daquele conjunto de paredões e percorrê-los em toda a sua extensão, o que não pude fazer nas três curtas visitas que fiz ao Olival das Fragas, ocupado noutras observações e em colheitas de materiais à superfície do terreno.

ESPÓLIO

Nas visitas de prospecção viram-se algumas peças de granito, nomeadamente pedaços de mós manuais; abundantes fragmentos de cerâmica, pedaços de telhas, umas de rebordo (tégulas) e outras de caleira (imbrices), porções de bordos e de fundos de vasos de vários tamanhos; apenas três peças em metal, uma de ferro com três pontas, uma de bronze, com a ponta dobrada à maneira de anzol, e uma moeda de bronze do

Imperador Licínio I; dois únicos restos de animais, um dente e uma porção de mandíbula achados pelo meu filho aquando da sua primeira visita em companhia do Dr. João Leonardo, Subdelegado de Saúde em Moncorvo.

Peças de pedra

Viram-se uns 9 ou 10 pedaços de mós manuais de granito. Um destes pedaços era precisamente metade da mó com buraco bicónico.

Uma pedra de granito com 66 cm de comprimento por 22 de largura e 30 de altura, que, à falta de melhor, se pode dizer em parapeito ou em peitoril, que tem a forma como que de um traveseiro para descanso da cabeça, embora tal hipótese não seja de se pôr.

Está ornamentada, em cima, por sulco linear mediano, rodeado por dois lombos riscados cada um deles por 13 sulcos (Est. V, Fig. 13).

Num dos topos da face superior ornamentada, há um saliente em orelha ou meia lua, parcialmente mutilado. No outro topo, onde pousa o relógio, dada a natureza da fractura, é de crer que tenha existido um saliente semelhante ao que se vê no outro topo. Peça estranha de difícil interpretação. Na última visita que fiz ao Olival das Fragas já não a encontrei no sítio onde a colocara.

Outra peça de granito, paralelepípedica, com 1,10 m de comprimento, 45 cm de largura e 12 a 15 cm de altura, tem a superfície superior lisa, na maior parte polida, com um sulco linear de 90 cm de comprimento, 5 cm de largura e cerca de 1 cm de fundura (Est. V, Fig. 14). É pedra que também não sabemos interpretar, a não ser como soleira de porta.

Uma terceira pedra, um tanto globolosa, também de granito, tem um buraco circular, com o diâmetro de 12 cm e 6 cm de fundura. Talvez tenha servido de encaixe da couceira, onde giraria uma porta de gonzos (Est. IV, Fig. 12).

Uma outra peça de granito (Est. IV, Fig. 11) a que já atrás me referi, é uma parte, talvez um terço ou um quarto, de uma sepultura antropomórfica, reduzida à parte superior ou cabeceira.

A pedra, que é solta, tem cerca de 1 m de largura por 75 cm de comprimento no eixo do cavado sepulcral e a altura máxima de 47 cm.

O cavado para a cabeça tem 30 cm de largura no topo, com 16 cm nos lados e estreita para o pescoço. Ali alarga 14 cm para a direita e 9 para a esquerda formando as ombreiras, a que se seguem, mutiladas, as curtas paredes laterais do escavado, com 20 cm do lado direito e 21 do lado esquerdo, até à linha de fractura do fundo, que tem 61 cm de largura e apenas 9 a 10 cm de espessura. Do topo do cavado para a cabeça até à linha de fractura do fundo são 50 cm.

A fundura do cavado sepulcral difícil de determinar, por terem sido quebrados os lados ou paredes laterais, poderá computar-se em cerca de 25 cm ou pouco mais.

A pedra estava recoberta de musgo e líquenes, mas do lado da cabeceira vê-se um sulco arqueado, pouco fundo, a rodear o cavado sepulcral, e dele distante 14 a 17 cm.

Como é bem sabido as sepulturas antropomórficas, que têm sido consideradas proto-cristãs, são escavadas em penedos, maiores ou menores, às vezes em grupos, postas lado a lado.

O fragmento que descrevemos é solto, logo deve ter pertencido a sepultura móvel, facto que a torna digna de especial realce.

Há ainda que referir uma pia cavada num penedo de granito, com velha oliveira cravada na fenda do mesmo.

A pia, de forma subtrapezoidal de topos arredondados, é pouco funda, 20 cm no meio, tem de comprimento 96 cm e de largura máxima, a meio, 50 cm, estreitando para 43 cm num dos topos e no outro para 45 cm.

Fica para o extremo-norte daquela jazida arqueológica.

Ainda podemos juntar, como peças de pedra, os dois pesos de rede, um feito num calhau rolado circular e espalmado e o outro em xisto negro (Fig. 3, *a* e *b*).

Apanhei uma pedra negra e densa que vai reproduzida na Fig. 15. Impressionado pela cor negra e pelo peso levei-a ao departamento de Geologia da Faculdade de Ciências do Porto.

O 1.º Assistente Doutor J. Ávila Martins, estudou-a e deu-me dela a seguinte informação: «Rocha equigranular de

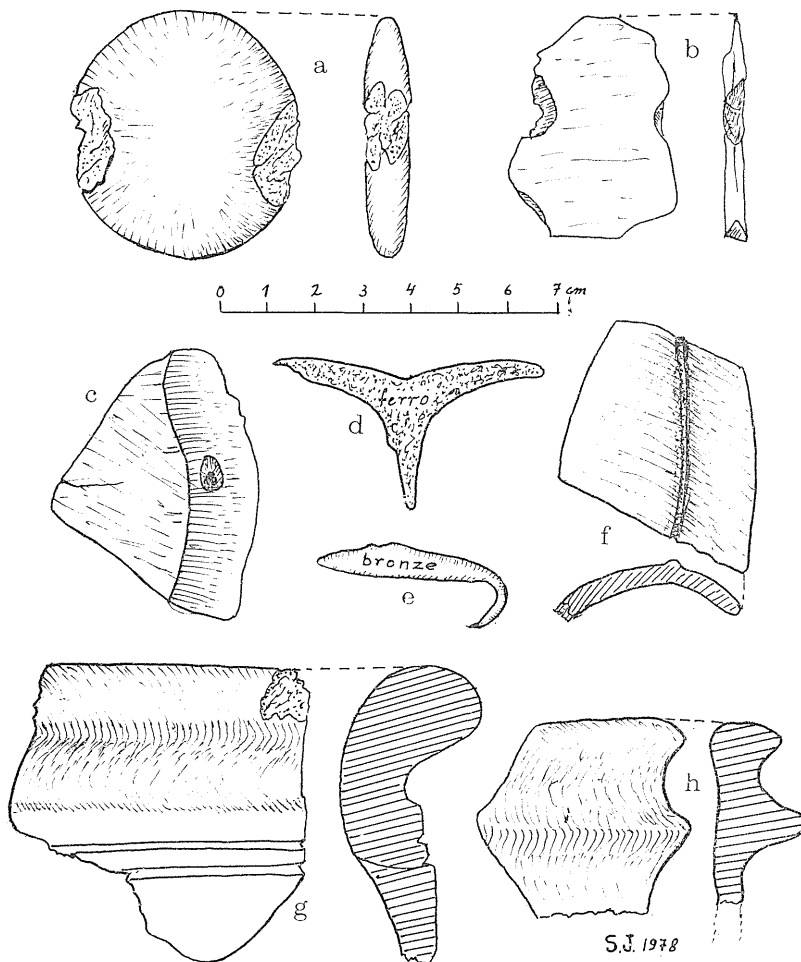


Fig. 3 — Dois pesos de rede, uma peça de ferro e outra de bronze e fragmentos de cerâmica do Olival das Fragas — Quinta da Terrincha.

grão médio, densa, que, *macroscopicamente* se apresenta quase exclusivamente constituída por minerais filotosos (biotite). Ao microscópico, além da biotite, observam-se anfíbolos e piroxenas, em cujo trama se individualizam o quartzo e feldspatos. Como minerais acessórios apatite abundante e alanite esporádica. Enquadra-se no grupo das rochas kersantíticas».

CERÂMICA

Grandes vasos

Encontramos pedaços relativamente grandes; são fragmentos de grandes vasos.

Porção de um bordo de grande vaso (talha?) de cor castanha amarelada com 16 por 10 cm, de pasta bem cozida, granosa, com grãos de areia miúdos. Pelo grau de curvatura daquela porção de bordo, a boca do vaso devia ter pelo menos uns 35 cm de diâmetro. Está ornamentada por um saliente em cordão e por dois sulcos pouco fundos e largura de 4 mm. O perfil da cabeça do bordo tem 3,5 cm de espessura e vai estreitando para 1,5 cm, no bojo, barriga ou pança da talha.

Um pedaço do bojo ou pança de grande vaso, de cor castanha por fora e castanho-avermelhado pela face interna, tem 15,5 por 10 cm, e espessura de 14 a 16 mm. Está ornamentado por encordoado feito às dedadas na pasta tenra (Est. VII, Fig. 18).

Outro fragmento de bojo de grande vaso de cor castanho-avermelhada clara, com 16,2 por 10,3 cm e a espessura de 1,8 a 2,0 cm está ornamentado por dois singelos sulcos pouco fundos (Est. VII, Fig. 18).

Um grosso pedaço de um fundo, é de pasta escura quase negra, bem cozida, com grãos de areia muito miúdos e pequenas palhetas de mica branca (moscovite). Tem de comprimento 14,5 cm, largura 5,5 e altura 5,7.

A curvatura do que resta da base, numa extensão de 13,5 cm, corresponde a uma ampla base circular de 32 a 35 cm de diâmetro. Ainda conserva pequena porção da face interna do fundo e início da parede do bojo ou pança. A espessura do fundo é de 4,0 cm e a da parede 2,9 cm.

Este pedaço de fundo deve ter pertencido a uma grande vasilha.

Pela natureza da pasta, pela sua boa cozedura, que lhe conferiu um certo grau de rijeza, deve ter pertencido a um grande pote ou talha para líquidos, possivelmente vinho.

Outro pedaço de um fundo, semelhante ao anterior, é de pasta castanha e um tanto grosseira, com numerosos grãos de quartzo e algumas palhetas de mica branca. Tem de comprimento 12,7 cm, de largura 7,5 cm e de altura 3,8 cm. O grau de curvatura do que resta do fundo, numa extensão de 10,5 cm, corresponde a uma base circular de 30 a 31 cm de diâmetro. Ainda conserva pequena porção da face interna do fundo e início da parede do bojo. A espessura do fundo é de 2,5 cm e a da parede do bojo 2,0 cm.

Telhas de rebordo ou tégulas e de caleira ou meia cana

Apanharam-se vários pedaços de tégulas.

Um deles, o maior (Est. VI, Fig. 15) tem 29 cm de comprimento por 18 cm de largura e rebordo com altura de 4,5 cm; é de cor vermelho-acastanhada.

Outro pedaço também de cor vermelho-acastanhada, e de pasta com grãos de areia miúda, tem de comprimento 10,5 cm por 8,5 de largura, e espessura de 2,0 cm. O rebordo é alto de 2,5 cm. A superfície de fractura mostra três faixas, a do meio negra com 1,5 cm de espessura e as duas faixas laterais de cor avermelhada com 4 a 5 mm de espessura.

Uma porção do rebordo marginal de uma tégula é de pasta negra, tão bem cozida e compacta, que, à primeira vista, parece grês. Tem de comprimento 9,3 cm por 4,5 de largura, altura de 4,0 cm e superfície escura com alguns laivos vermelhos.

Abundavam os fragmentos de rebordos de tégulas de diferentes tipos de pastas, quer na cor quer na textura, mas todos bem cozidos e por isso de grande dureza.

Apanharam-se alguns pedaços de telhas de caleira ou em meia cana. Os maiores com 11 a 12 cm de comprimento e espessura de 12 a 16 mm. Todos de tonalidade vermelha, mais ou menos escura, de pasta com bastantes grãos de quartzo e palhetas de mica branca, e de boa cozedura, que é, aliás, o carácter, quase geral, da cerâmica do Olival das Fragas.

Bordos de vasos

Além dos grandes pedaços de bordos de grandes vasos de que dei conta ao iniciar as considerações sobre a cerâmica, apanharam-se cerca de uma trintena de outros bordos de vasos, de diferentes cores, uns avermelhados, outros escuros, enegradados e até negros, com pastas de diferentes texturas e de diferentes graus de cozedura.

Algumas porções de bordos finos com espessuras da ordem dos 4 a 5 mm são, quase sempre, de pastas finas e de bom grau de cozedura.

Na Fig. 4 vão desenhados os perfis de alguns bordos.

Fundos de vasos

Além dos dois grossos fundos de grandes vasos atrás referidos, apanhamos uma pequena porção de fundos, todos relativamente pequenos. O maior com 8,1 cm de comprimento por 6,5 de altura.

Os diâmetros calculados para quatro destes fundos, quando inteiros, foram, respectivamente, de 8,8 — 9,9 — 9,6 e 12,4. Estas medidas correspondem a vasos de tamanho médio, possivelmente panelas de ir ao lume.

Um dos fragmentos de um fundo tem orifício circular no início da parede junto à base, como têm os vasos para flores (Est. VII, Fig. 17).

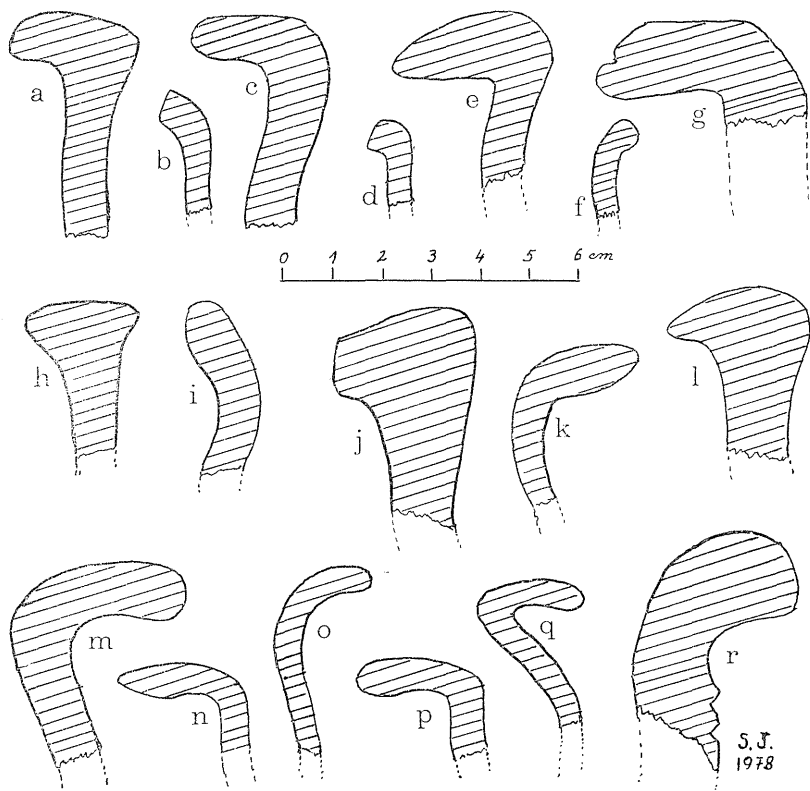


Fig. 4 — Vários tipos de bordos de fragmentos de cerâmica do Olival das Fragas — Terrincha.

Cerâmica sigillata

Encontrei um único fragmento de terra sigillata.

É aproximadamente um terço de pratinho, pouco fundo, de bordos inclinados, de pasta fina vermelha e de superfície brilhante em frescor de verniz. Resta-lhe uma pequenina porção

do fundo, onde, infelizmente, não se lhe distingue qualquer marca. Aquêle fragmento é cerca da terça parte dum pratinho que teria uns 5 a 6 cm de diâmetro.

Segundo o abalisado parecer do Sr. Dr. Jorge Alarcão, distinto Professor de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, este fragmento de terra sigillata «é de procedência sud-gálica e data da 2.^a metade do séc. I d. C.».

Escórias

Apanharam-se alguns bocados de escórias, geralmente pequenos.

O maior é o que se vê na fotografia da Est. VI, Fig. 15.

Restos animais

O meu filho Norberto Santos na visita que fez ao Olival das Fragas em princípios de Dezembro de 1975 apanhou um dente canino e um fragmento de mandíbula.

Embaraçado na justa interpretação daqueles restos animais, decidi submetê-los à apreciação do distinto Professor da Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa, Doutor Paulo Marques, ilustre Presidente da Sociedade Portuguesa Veterinária de Anatomia Comparativa, meu prezado amigo, que, em carta de 25 de Maio de 1976, me informou que o canino era de facto de porco. Quanto ao fragmento de mandíbula deu o parecer de que «talvez seja de veado ou de outro ruminante autónomo (uma cabra montesa maior que a actual cabra doméstica, p. ex.)». Sugeria que, se na Faculdade de Ciências do Porto houvesse peças para comparação, poderia resolver-se o problema. Por falta de materiais de comparação o problema mantém-se.

De qualquer modo aquela mandíbula, quer de veado quer de cabra montesa, é um elemento a conferir àquele conjunto arqueológico um certo interesse zoológico e arcaizante.

Se ali se vierem a realizar escavações convenientemente orientadas, é possível que apareçam mais ossos, que permitam esclarecer o problema que fica em suspenso.

Metais

Foram apanhadas à superfície da terra apenas três peças metálicas. Uma de ferro com três pontas como se vê na fotografia da Fig. 17 e no desenho da Fig. 3, não profundamente oxidada, com o peso de 11,83 gramas.

Um pedaço de bronze (ver a mesma Fig. 17) roliço, com a ponta ligeiramente encurvada, um pouco à maneira de anzol, com o peso de 4,18 gramas.

Achei uma moeda de bronze, romana que foi classificada como do Imperador Licínio I, e assim descrita.

Anverso — IMP LIC LICINIUS P F AUG

Cabeça laureada à direita.

Reverso — JOVI CONS-SERVATORI

Júpiter de pé para a esquerda, com a clâmide sobre o ombro esquerdo, com ceptro na mão esquerda, e segurando na mão direita um globo com uma Vitória; à esquerda uma águia segurando no bico uma coroa.

Centro emissor SISCIA (oficina 4): Marca da oficina SIS:

Módulo; 19,5 mm/22,4 mm. Espessura 1,2 mm. Eixo 12.

Peso 1,19 gr.

Cronologia 313-315 d. C. Referência Bibliográfica: P. M. Bruun, *The Roman Imperial Coinage*, vol. VII: Constantine and Licinius, A. D. 313-337, London, 1964, pág. 422, n.º 4.

Agradeço aos colegas Dr. M. Castro Hipólito, da Faculdade de Letras de Coimbra, e ao Dr. Rui Antero, da Faculdade de Letras do Porto, os esclarecimentos gentilmente prestados sobre esta moeda.

Embora não se possa dizer que peças desta cronologia sejam raras no país, o achado tem certo interesse documental.

CONCLUSÕES

A estação arqueológica do Olival das Fragas, em simples colheitas de superfície, forneceu os materiais de que demos sucinta análise, e que permitem concluir que se trata de local onde assentou um povoado remoto.

A natureza da cerâmica, em grande parte de pasta granosa e micácea, lembra a cerâmica castreja. A relativa abundância de pedaços, em geral pequenos, de telhas de rebordo (tégulas), é índice de romanização daquele arcaico povoado, que a moeda de Licínio pode, em parte, confirmar.

Os paredões, que fazem lembrar muralhas, têm um delineamento e tipo de construção no arranjo das pedras de granito, que faz pôr de parte a possibilidade de considerar aqueles paredões como verdadeiras muralhas. Fica pois de pé a hipótese de os considerar como muros de suporte da terra, isto é, como calços ou barrancos. No entanto o pequeno pendor do terreno não parece justificar a construção de tais muros de amparo da terra, e com as espessuras de 1,5 a 2,0 m.

Podia ainda pôr-se a hipótese de aquela pedra ter pertencido a uma muralha que fosse destruída e depois arrumada naqueles paredões. Hipótese pouco defensável dada a falta de pedras com uma face plana e picada.

É outro problema que fica em suspenso.

Por fim há que realçar os achados do dente de porco e o pedaço de mandíbula de veado juvenil ou de cabra montesa, que têm certo interesse zoológico.

Oxalá que um dia ali se possam fazer escavações convenientemente orientadas.

Os achados arqueológicos do Olival das Fragas vêm confirmar que o Vale da Vilarça, dados os vários achados arqueológicos até à data ali conhecidos, foi, desde épocas remotas, centro de núcleos populacionais, atraídos, certamente, pela extraordinária fertilidade dos seus terrenos, dos quais as *courelas* têm justa e reputada fama.

No alinhamento oriental dos montes que limitam o vale da Vilarça pelo nascente contam-se os seguintes castros, todos em termo do concelho de Moncorvo.

Castro do cabeça dos Carneiros, fronteiro à Foz do Sabor; a Alfarela, que me dizem ser um castro mas que ainda não pude visitar, a Vila Velha da Derruída, amuralhado medieval, que, possivelmente, assentou sobre um castro; o Castro do Baldoeiro, na fragada sobranceira à Quinta da Silveira; o Castro da Senhora do Castelo e o Castro da Adeganha.

Mais longe, lá para o fundo do vale, ao chegar ao sopé da serra de Bornes, o Monte Mel dos romanos, que fecha o vale pelo norte, o Castro do Monte de Nossa Senhora dos Anúncios, em termo da freguesia de Vilarelhos, concelho de Alfândega da Fé.

Que cronologia se pode atribuir à estação arqueológica do Olival das Fragas?

Pela cerâmica tipicamente castreja, grosseira, granosa e micácea, e pelo fragmento de «terra sigillata», que como vimos, o distinto Professor de Arqueologia da Universidade de Coimbra, datou da 2.^a metade do séc. I d. C., pode atribuir-se-lhe um período de vivência no séc. I d. C. No entanto a moeda de Licínio que imperou de 313 a 315 traz a datação daquela estação pelo menos para o séc. IV d. C.

É de crer que escavações convenientemente orientadas venham a fornecer materiais, quer em qualidade quer em quantidade, que permitam esclarecer problemas que ficam em suspenso.

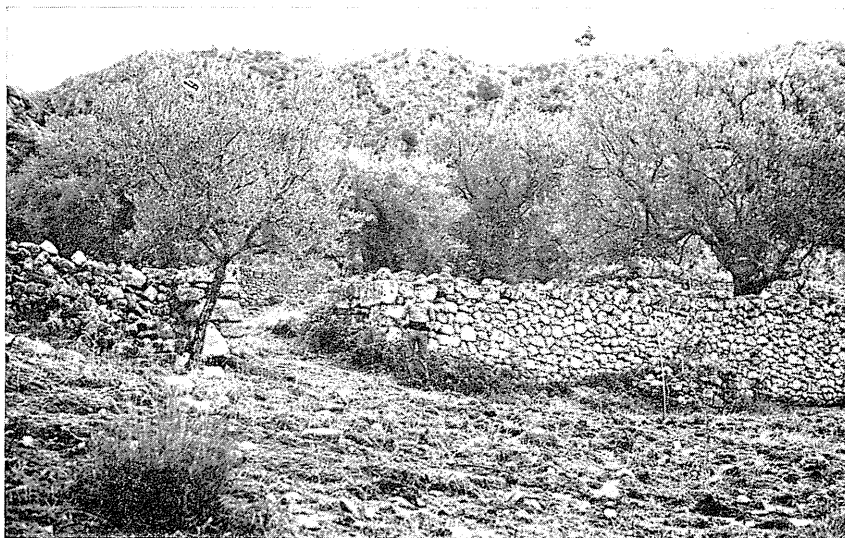


Fig. 5 — Paredão do segundo alinhamento, ou 2.º paredão, com portada de 2,85 m de largura, e de ombreiras feitas por grandes pedras.



Fig. 6 — Troço do paredão da fig. anterior, a sul da portada, numa extensão de uns 70 m.



Fig. 7 — Troço do 2.º paredão para norte da portada.

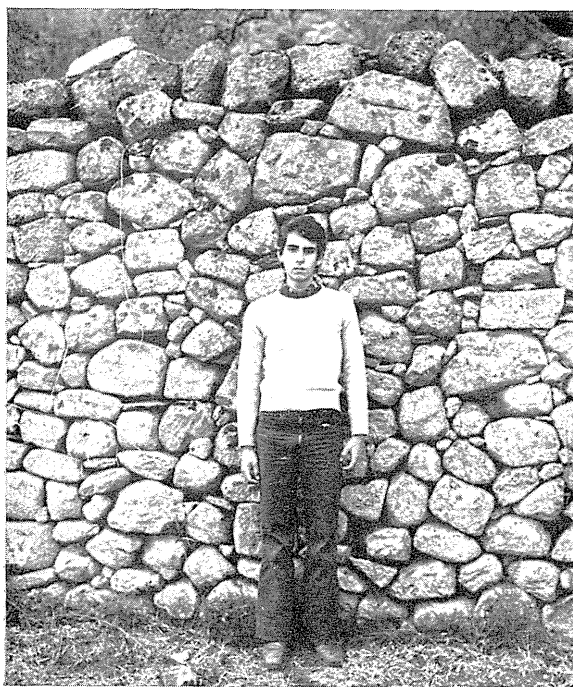


Fig. 8 — Pormenor do arranjo das pedras do 2.º paredão, que sai fora dos moldes das muralhas castrejas.



Fig. 9 — Topo sul do 2.º paredão, à esquerda, a entestar com um troço (à direita) de paredão orientado no alinhamento leste-oeste.



Fig. 10 — Troço do 1.º paredão (à direita) bastante danificado. À esquerda início da sua estreita continuação, em curva de nível.

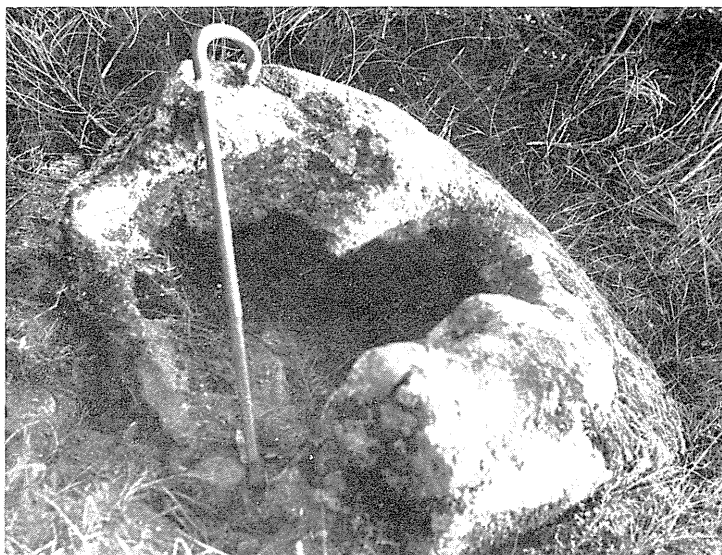


Fig. 11 — Cabeceira de sepultura antropomórfica de granito.
A bengala mede 82 cm.

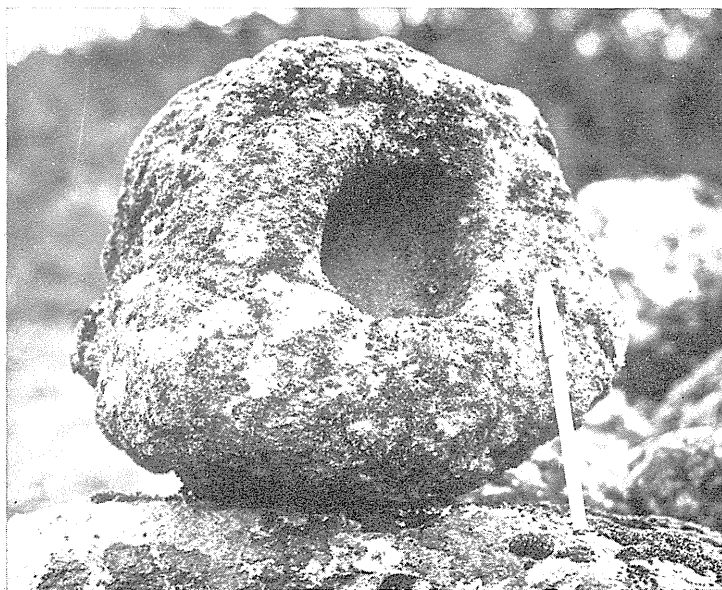


Fig. 12 — Pedra de granito com cova tendo de boca 12 cm de diâmetro e 6 cm de profundidade. A caneta mede 14,5 cm.

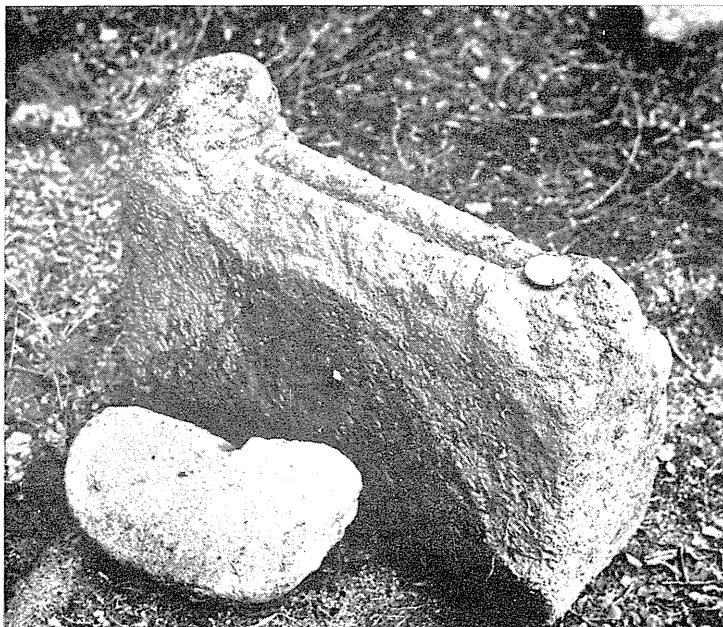


Fig. 13 — Pedra de granito com 66 cm de comprimento por 22 cm de largura, com sulco ao comprido de dois lombos arredondados, e estes riscados por traços arqueados, 13 de cada lado do sulco mediano.



Fig. 14 — Pedra de granito com 1,10 m de comprimento com um sulco de 90 cm de comprimento e 5 cm de largura. A bengala mede 82 cm.



Fig. 15 — Espólio do Olival das Fragas.

No alto em cima do pedaço de tegula o dente de porco e a mandíbula de veado ou cabra montesa. Em baixo, à esquerda pedaço de escória; à direita pedra negra e densa. A lapiseira mede 14 cm.

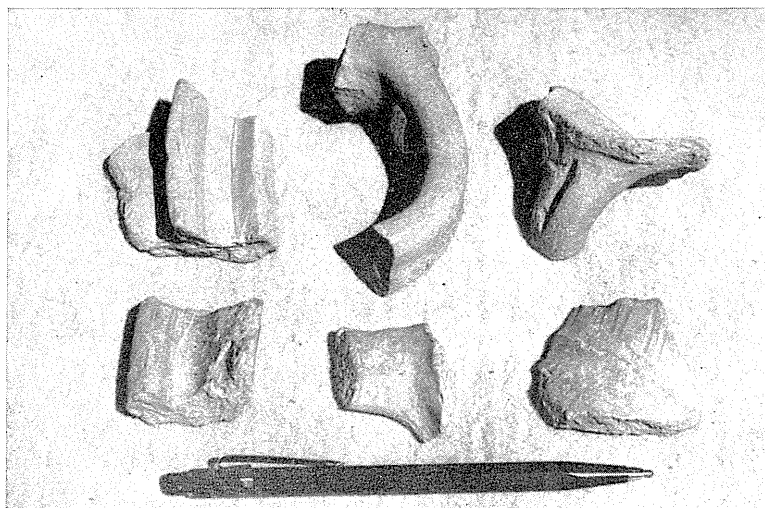


Fig. 16 — Fragmentos de cerâmica do Olival das Fragas.
A lapiseira mede 14 cm.



Fig. 17 — Cerâmica, bronze romano e dois objectos metálicos.
A caneta mede 14,5 cm.

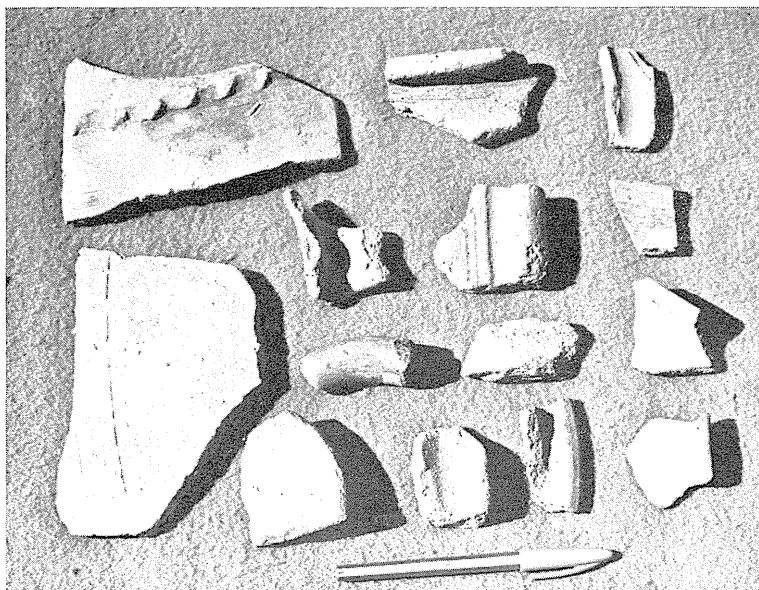


Fig. 18 — Fragmentos de cerâmica.
A caneta mede 14,5 cm.



Fig. 19 — Pedra com inscrição fundamente gravada, que está embutida na parede de um armazém da Terrincha.



Fig. 20 — Bronze romano do Imperador Licínio I; 313-315 d. C.
Ampliado. Módulo: 19,5 mm × 22,4 mm.

As pias dos Mouros

Argeriz — Carrazedo de Montenegro

POR

Adérito Medeiros Freitas

Professor efectivo do Liceu Nacional de Guimarães

Este trabalho foi apresentado, em Junho de 1978, ao Colóquio Histórico-Arqueológico da região de Chaves, feito aquando da celebração dos 1900 anos de *Aquae Flaviae*. Damos a seguir os títulos das comunicações que foram programadas, e nomes dos seus autores.

Comemorações dos XIX séculos do Município de Chaves (Aquae-Flaviae) **Colóquio Histórico-Arqueológico (15 a 18 de Junho de 1978)**

Serão apresentadas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Chaves, as seguintes comunicações:

Dia 15 — Quinta-feira — às 21,30 horas

Prof. Doutor Santos Júnior: — «As gravuras rupestres do Outeiro Machado».

Dr. Adérito Medeiros Freitas: — «Pias dos Mouros».

Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva: — (em coordenação com os trabalhos em curso de dois grupos de flavienses alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto): — «Para uma carta Arqueológica da Região de Chaves».

Prof. Doutor D. Fernando de Almeida: — «Mineração do ouro na área de Aquae-Flaviae».

Dia 16 — Sexta-feira — às 21,30 horas

Padre Adolfo de Magalhães: — «A romanização da Região de Chaves».

Dr. Adriano Vasco Rodrigues: — «Deuses e gentilidades proto-romanas da Região de Aquae-Flaviae».

Cónego Dr. Luis Vaz: — «Idácio e a sua época».

Arcebispo-Bispo D. António Xavier Monteiro: — «A Igreja de Chaves no XII Concílio de Toledo (ano de 681)».

Dia 17 — Sábado — às 21,30 horas

Dr. Fernando Castelo Branco:

I — «Fontes Flavienses dos Arquivos e Bibliotecas de Lisboa — Memórias Paroquiais de 1758».

II — «Fontes Flavienses dos Arquivos e Bibliotecas de Lisboa — Documentos da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional».

Dr. José Timóteo Montalvão Machado: — «Fastos e infortúnios de Chaves e seu termo.»

Dia 18 — Domingo — às 15,30 horas

Sessão solene em que dirão algumas palavras de saudação e relativas aos XIX Séculos do Município de Chaves (Aquaе-Flaviae): o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, o Prof. Doutor Santos Júnior e, finalmente, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Finda esta, haverá uma visita ao Museu Militar de Chaves (inaugurado para as «Comemorações») e às novas Secções do Museu da Região Flaviense e Biblioteca Municipal.

INTRODUÇÃO

A portaria n.º 269/78 de 28 de Março e publicada no Diário da República de 12 de Maio de 1978, emanada da Secretaria de Estado da Cultura, estabelece as *«normas reguladoras da actividade arqueológica que permitam a organização de planos nacionais e evitem uma descoordenação e indisciplina que reveste aspectos profundamente negativos no que se refere à salvaguarda do património»*.

Na realidade, entre a realização de um trabalho de escavações mal planeado e pior orientado e a não realização de qualquer trabalho, não temos dúvidas em optar pelo segundo sistema.

Bastará, no entanto, para a *«salvaguarda do património»* conforme o exposto nesta portaria, que os monumentos arqueológicos sejam escavados por técnicos competentes segundo as mais modernas técnicas concebidas para o efeito, apoiadas por laboratórios especializados e, no final, depois de estudados e classificados, publicar os resultados das escavações?

Que é que se tem feito para proteger todos esses monumentos arqueológicos conhecidos, estudados ou não, e todos

aqueles que, a cada momento, a lavoura de um terreno, a construção de um edifício público ou particular, a abertura de um caminho ou o alargamento de uma estrada, o levantamento de um pavimento para a instalação de esgotos, abastecimento de água ou montagem de cabos eléctricos ou telefónicos, continuamente põem a descoberto?

Será que a existência de umas tantas disposições legais ou a classificação de «*monumento nacional*» é suficiente para dar uma protecção necessária e adequada a todos esses testemunhos do passado? Eles constituem, porém, muitas vezes, mais uma página da história cultural de um povo!...

Como exemplo, citemos alguns casos relativamente recentes ocorridos nas proximidades desta cidade de Chaves:

- Destruição completa, há alguns anos, de um castro próximo do S. Caetano. Toda a pedra daí retirada teria sido utilizada para brita das estradas dos Serviços Florestais.
- Destruição da muralha mais interna do Castro de Curalha numa extensão de, aproximadamente, cinquenta metros. Isto passou-se há cerca de 15 anos e a pedra daí retirada foi utilizada na pavimentação das ruas daquela povoação.
- Mais recente ainda (1977?), foi destruído o Castro de Cimo de Vila da Castanheira, para dar lugar a um campo de futebol.
- Outeiro Machado foi amputado de uma parte por meio de uma carga explosiva. Causa possível, a procura de tesouros.
- No monte do Crasto próximo da povoação do mesmo nome a poucos quilómetros de Valpaços, foram postas a descoberto e destruídas ou pelo menos danificadas (1977?), duas campas com tampa, do tipo antropomorfo, contendo ainda, uma delas, um esqueleto intacto.
- O interessantíssimo Castro de Ribas (freguesia de Argeriz) continua a ser destruído por empreiteiros e particulares que ali vão buscar a pedra aparelhada que necessitem para as suas obras. Dentro de poucos anos

restar-nos-á olhar desolados para o que ficou deste importante monumento, que já foi ocupado pelos romanos, e lamentar a não existência de leis capazes de pôr cobro a esta destruição monstruosa, por ignorância de uns e por desleixo de outros.

Pondo de parte a própria acção destruidora do tempo, que é também necessário combater, a maior parte das estações arqueológicas portuguesas, salvo algumas excepções, são coisas que dia a dia se maltratam e destroem, mesmo depois de escavadas, estudadas e classificadas. E tudo isto à vista de todos, sem que alguém apareça a investigar, a verificar e a relatar o que se passa. Mas, valerá na realidade a pena investigar e relatar o que se passa? Que alguém tenha sido condenado por destruir uma anta ou um castro é coisa que, creio bem, jamais aconteceu!...

Na impossibilidade de os proteger da sua danificação ou mesmo destruição, cumpre-nos a obrigação de os dar a conhecer apresentando, deles, uma descrição tão completa quanto possível. Deste modo, mesmo desaparecidos, poderão continuar a dar a sua contribuição a estudos que, posteriormente, alguém pretenda realizar.

Foi, exclusivamente, com esta finalidade, que aceitei vir aqui dar a conhecer as características que nos apresenta o monumento arqueológico designado por *Pias dos Mouros*.

SITUAÇÃO

As *Pias dos Mouros*, designação local por que é conhecido este interessante monumento, encontra-se situado na freguesia de Argeriz, concelho de Valpaços. O seu nome alude, naturalmente, a duas cavidades rectangulares (*pias*), elementos mais evidentes de todos os que entram na sua estrutura.

De fácil acesso a pé, dista cerca de duzentos metros da estrada nacional n.º 206. Quem, de Chaves ou de Carrazedo de Montenegro, passando por Argemil, se dirija a Valpaços,

encontrará as Pias dos Mouros à direita do desvio para o Pereiro, num pinhal pertença da família Lobo, de Argeriz. Basta, para isso, partindo do dito desvio, seguir sempre pelo pinhal contornando um terreno de cultura anexo.

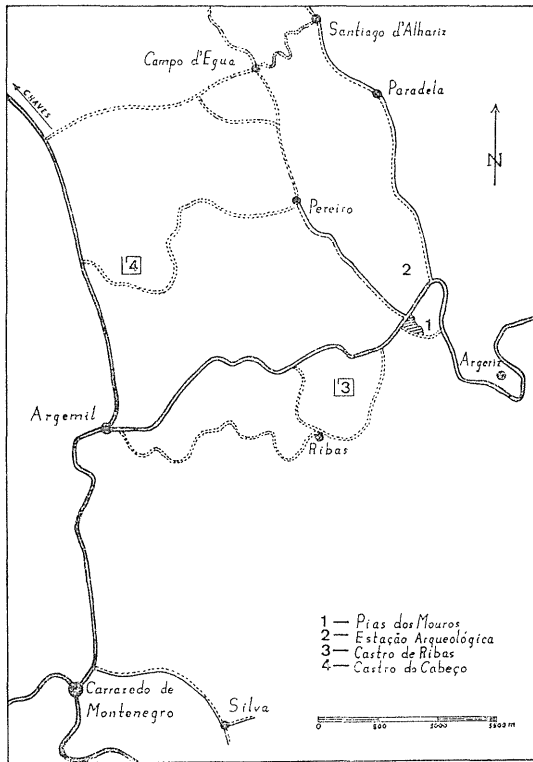


Fig. 1 — Situação do santuário das «Pias dos Mouros».

A designação de *Fonte dos Mouros* que me foi referida por algumas pessoas de Argeriz deve-se, possivelmente, a nascentes existentes nas proximidades, pois que o subsolo local é muito rico deste precioso líquido, e não ao monumento propriamente dito, cujas cavidades só na época das chuvas se encontram cheias de água.

Cortado, aproximadamente, pela curva de nível dos 675 m, este monumento encontra-se no limite das chamadas *terra fria* e *terra quente* trasmontanas, voltado para a bacia de Mirandela. Foi cavado em rocha granítica, mas muito próximo do contacto com formações metamórficas antigas. Parece-me digno de interesse referir, que alguns dos fragmentos de rochas que se encontram neste e noutros monumentos da região não são conhecidos como pertencentes a espécies petrográficas existen-

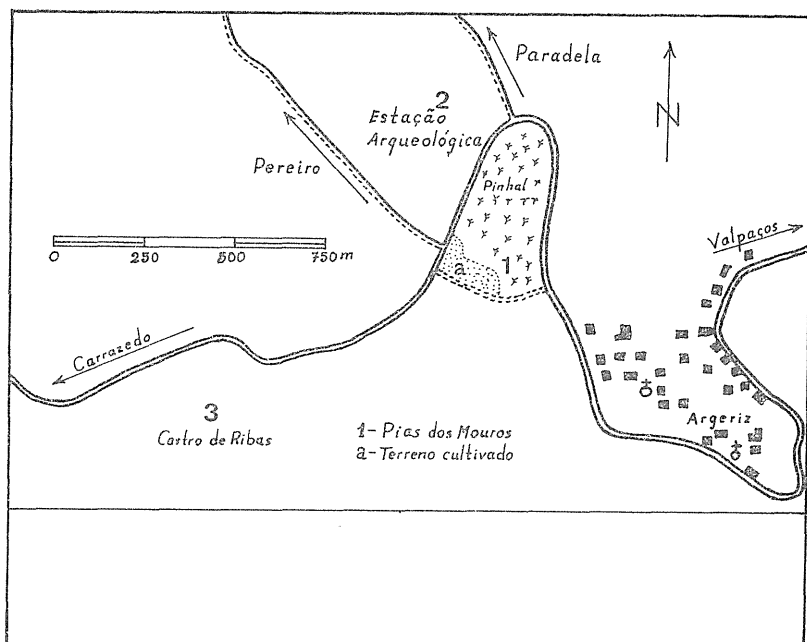


Fig. 2 — Pormenor da figura anterior.

tes nas proximidades. Estão, neste caso, os fragmentos de *ardósia* encontrados nas *Pias dos Mouros* e o *anfíbolito* que foi utilizado como matéria-prima para o fabrico de *machados do neolítico* numa estação arqueológica que dista, desta, cerca de 700 m apenas.

FORMA E MEDIDAS

Da estrutura das Pias dos Mouros fazem parte, além das duas cavidades rectangulares dispostas paralelamente uma à outra e a que se deve, provavelmente, o seu nome, um conjunto

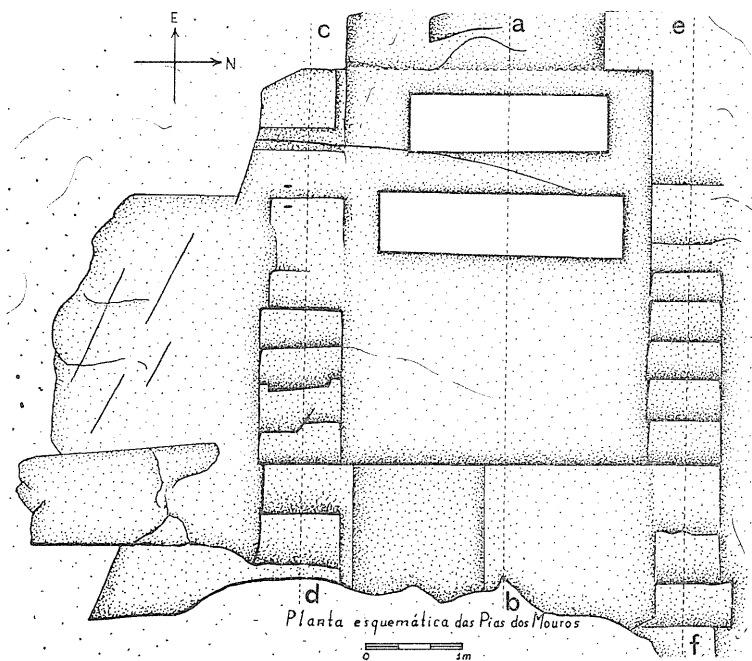


Fig. 3 — Esquema das pias dos mouros das 2 séries de escadas.

de degraus dispostos em duas séries e num total de vinte. Estas duas séries são paralelas, orientadas aproximadamente no sentido E-W e distam, uma da outra, 3,10 m. A diferença de nível entre o primeiro e o último degrau é, no máximo, de 94 cm.

A rocha granítica onde foi cavado este monumento, encontra-se ao nível do terreno e levemente inclinada para nascente.

Trata-se de um granito equigranular, de grão fino a médio, de duas micas, mas com predomínio de moscovite.

A superfície actualmente a descoberto desta rocha, deve rondar os 54 metros quadrados. A área verdadeiramente ocupada pelo monumento é, no entanto, um pouco menor — cerca de 30 metros quadrados.

Cavidades (pias):

- a) *Cavidade menor*: — Cavada, aproximadamente, no sentido N-S tem secção rectangular, com as seguintes medidas: comprimento 2,02 m; largura, máxima no

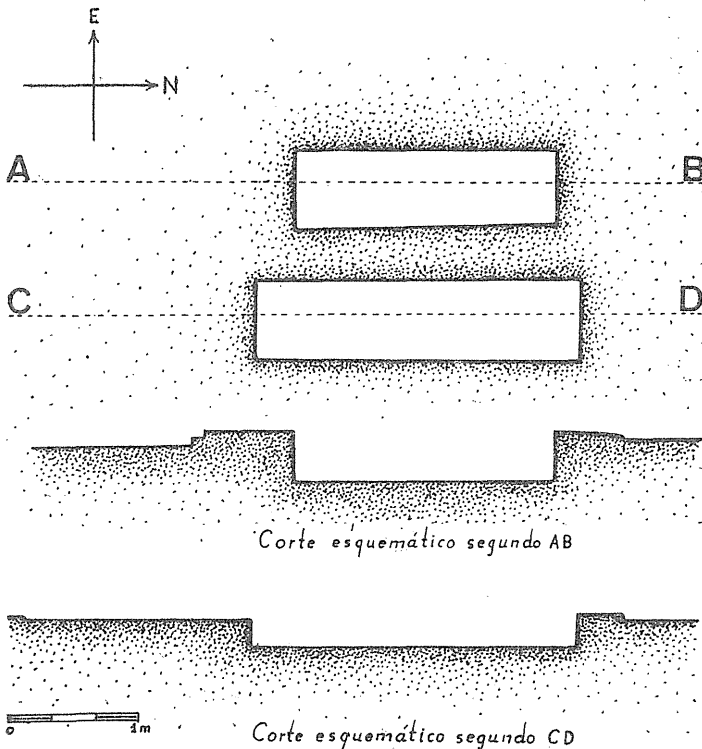


Fig. 4 — Projecção ortogonal e cortes esquemáticos das pias.

topo do lado sul 0,60 m e mínima no topo do lado norte 0,56 m; profundidade máxima 0,40 m e mínima 0,27 m.

- b) *Cavidade maior*: — Tem secção rectangular como a anterior, em relação à qual se dispõe paralelamente. Possui as seguintes medidas: comprimento 2,47 m; largura, máxima no topo do lado norte 0,61 m e mínima no topo do lado sul 0,60 m; profundidade máxima de 0,35 m e mínima de 0,16 m.

A profundidade desta segunda cavidade (pia) é muito mais variável do que a da anterior. Esta irregularidade na profundidade deve-se, principalmente, à própria irregularidade da superfície da rocha onde foi cavada.

Não possuem, estas cavidades, encaixes a toda a volta como acontece, por exemplo, no monumento de Panoias. Porém, o rebordo mais elevado da cavidade menor, foi desgastado e aplanado em todo o seu comprimento e numa largura de 25 cm. Estará, este desgaste, relacionado com a existência de alguma cobertura?

Degraus:

- a) *Série cd da figura 3* — É constituída por 8 degraus com a altura, comprimento e largura variáveis. A diferença de nível entre o primeiro e o último é de, apenas, 90 cm. Vamos descrevê-los, numerando-os de 1 a 8 na direcção ascendente.

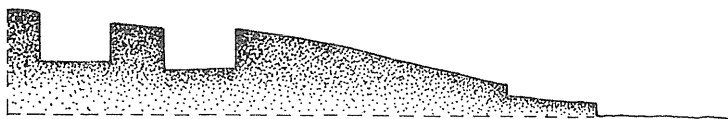
1 — Comprimento mal definido. Este degrau, bem limitado no topo do lado norte, prolonga-se na direcção sul por um ressalto natural da rocha até um metro e oitenta centímetros; larguras, máxima no topo do lado sul 14 cm e mínima no topo do lado norte 13 cm; altura 20 cm.

- 2 — Comprimento máximo 53 cm e mínimo 48 cm; largura, máxima no topo do lado norte 40 cm, mínima no topo do lado sul 30 cm, e, ao centro, 35 cm; altura 3 cm.
- 3 — Comprimento 90 cm; largura 50 cm; altura 5,2 cm.
- 4 — Comprimento 71 cm; larguras, máxima no topo do lado norte 52 cm e mínima no topo do lado sul 46 cm; altura 17 cm.
- 5 — Comprimento 74 cm; largura variável, em virtude de apresentar duas pequenas escavações laterais penetrantes do degrau número 6: máxima no topo do lado sul 49 cm, mínima ao centro 41 cm e média no topo do lado norte 42 cm.
- 6 — Comprimento 81 cm; largura variável, condicionada pelas características do degrau anterior: máxima (ao centro) 41 cm; mínima no topo do lado norte 32 cm e média no topo do lado sul 35 cm; altura 5 cm.
- 7 — Comprimento 83 cm; largura 39 cm e altura 4 cm.
- 8 — Comprimento 71 cm; largura 114 cm e altura 3 cm.

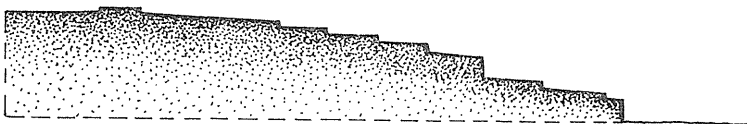
b) *Série ef da figura 3* — Constituída por 12 degraus de comprimento, largura e altura variáveis. Entre o primeiro e o último degrau há um desnível de 94 cm. Como no caso anterior, vamos numerá-los de 1 a 12 na direcção ascendente.

- 1 — Comprimento 61 cm; largura variável sendo, ao centro, 40 cm; altura 6 cm.
- 2 — Comprimento 78 cm; largura 44 cm e altura 11 cm.
- 3 — Comprimento 65 cm; largura 50 cm e altura 10 cm.
- 4 — *Muito irregular e inclinado, verificando-se um desnível de 10 cm.* Comprimento não definido, pelo facto de não se encontrar limitado convenientemente do lado sul; largura 70 cm e altura 4,5 cm.
- 5 — Comprimento 71 cm; largura 43 cm e altura 3,5 cm.

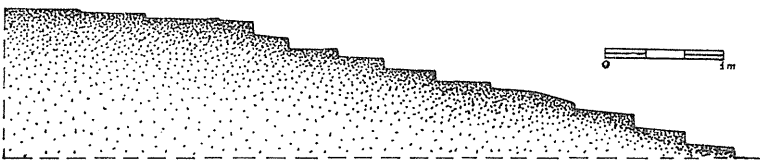
- 6 — Comprimento 70 cm; larguras, máxima no topo do lado sul 47 cm e mínima no topo do lado norte 42 cm.



Corte esquemático segundo ab, interceptando as pias.



Corte esquemático segundo cd, interceptando os degraus da esquerda



Corte esquemático segundo ef, interceptando os degraus da direita

Fig. 5 — Corte esquemático das pias e dos degraus da Fig. 3.

- 7 — Comprimento 72 cm; largura 73 cm e altura 8 cm.
 8 — Comprimento 70 cm; largura 40 cm e altura 8 cm.
 9 — Comprimento 72 cm; larguras, máxima no topo do lado norte 31 cm e mínima no topo do lado sul 25 cm; altura 8,5 cm.
 10 — Comprimento não definido, pelo facto de só se encontrar convenientemente limitado pelo topo do lado sul; largura 29 cm e altura 10 cm.
 11 — Comprimento não definido, pelas mesmas razões já apontadas para o degrau anterior; largura 61 cm e altura 1 cm.
 12 — Comprimento não definido, pelas razões já apontadas para os degraus 10 e 11; largura 115 cm e altura 3,5 cm.

Em resumo — Na primeira série de degraus (série cd ou da esquerda quem sobe) a largura máxima é de 114 cm e a mínima de 13 cm. O comprimento varia entre 83 e 48 cm e a altura entre 3 e 20 cm.

Na segunda série (série ef ou da direita quem sobe), a largura varia entre 115 e 25 cm. Os comprimentos (cujas medidas foi possível determinar), estão compreendidos entre 61 e 78 cm e as alturas entre 1 e 11 cm.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO ACTUAL

Dadas as suas características monolíticas e a resistência do material (granito), não apresenta sinais evidentes de qualquer danificação. Não restam dúvidas, porém, de que o mesmo já foi sujeito a depredações, talvez na mira de tesouros ou recolha de objectos para coleccionadores de antiguidades.

A norte e a leste existem amontoados de terra saibrosa, com muitos fragmentos de ardósia e tijolo grosseiro de pequenas dimensões. Tudo parece indicar que esta terra foi removida, em parte talvez de cima do monumento.

Poder-se-á admitir que estes fragmentos de ardósia pertenceram a lages de cobertura das duas pias rectangulares?

Algumas pedras de grandes dimensões, dispostas a Norte e Nordeste, a poucos metros de distância das *Pias dos Mouros*, parecem constituir o resto de um conjunto que, disposto em semicírculo, limitariam uma zona de protecção ao monumento. Trata-se, no entanto, de uma hipótese apoiada em dados cheios de interrogações!...

Entre o monumento e as referidas pedras de granito, existe uma espessura de solo que deve atingir, nalguns pontos, os 50 ou 60 cm. Creio que seria de interesse a realização de uma prospecção neste local, a fim de averiguar se alguma ligação poderá existir entre as *Pias dos Mouros* e estes monólitos.

LENDÁRIO

Pias de Mouros; dos mouros e das mouras encantadas, que, quando os raios solares aquecem a encosta pedregosa, vêm secar e expor à cobiça dos mortais os seus tesouros. Aqui, são meadas e meadas de fios de ouro, mas... só de longe podem ser observados!... Quando, mesmo que surratemente, alguém se aproxima na mira de se apoderar ou pelo menos observar de perto o valoroso metal, tudo desaparece como que por encanto.

CONCLUSÃO

Nas *Pias dos Mouros* não foi encontrada, que eu tenha conhecimento, qualquer inscrição.

A padieira de uma porta carral com uma inscrição romana, situada no Bairro do Meio (Argeriz), em casa do Senhor Adriano José Elias, mede $3,72 \times 0,47 \times 0,21$ e julgo não ter algum dia pertencido a este monumento. Além de uma data indecifrável na parte superior central, pode ler-se a todo o seu comprimento:

«HODIE DECIMO SETIMO KALENDAS OCTOBRIS»

Segundo informações obtidas, também, na vizinha povoação de Argeriz, teriam sido encontradas, nas *Pias dos Mouros*, algumas moedas de cobre. Mas, mesmo sem inscrições e sem moedas, as *Pias dos Mouros*, como qualquer outro documento arqueológico tem, em si, uma mensagem a transmitir — a função desempenhada na civilização de que fez parte.

A presença, nos materiais removidos, de fragmentos de tijolo grosseiro leva-nos a formular a hipótese de que se trata de um monumento da época da ocupação romana, de que existem muitos outros vestígios nas proximidades.

A forma, dimensões e profundidade das duas cavidades que dele fazem parte, bem como a grande quantidade de degraus sem qualquer utilidade aparente senão a de subir e descer, pois

que o lajedo em que foram cavados se encontra ao nível do terreno, leva-nos a admitir a hipótese de se tratar de um *monumento cultural*, um santuário rupestre de sacrifício aos deuses, estando as duas séries paralelas de degraus relacionadas com as características do ritual utilizado, que não é fácil desvendar.

O Castro de Ribas fica a uns 700 m das Pias dos Mouros. Não é muito plausível que este monumento arqueológico estivesse na dependência do Castro de Ribas.

É mais lógico pôr a hipótese de que aquele santuário estava dependente ou ligado às práticas culturais das gentes da estação arqueológica anexa (vd. Fig. 2).

Guimarães
Outubro 1978

Desenhos e fotografias do autor

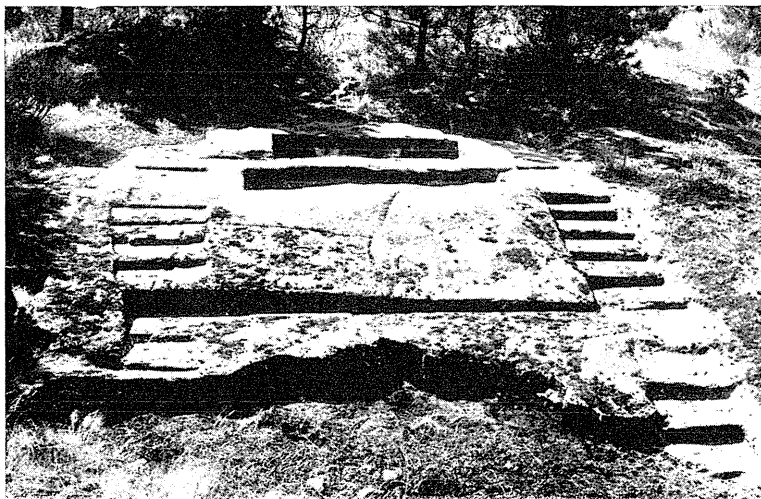


Fig. 6 — Vista de conjunto do santuário das Pias dos Mouros.



Fig. 7 — Pias do santuário.

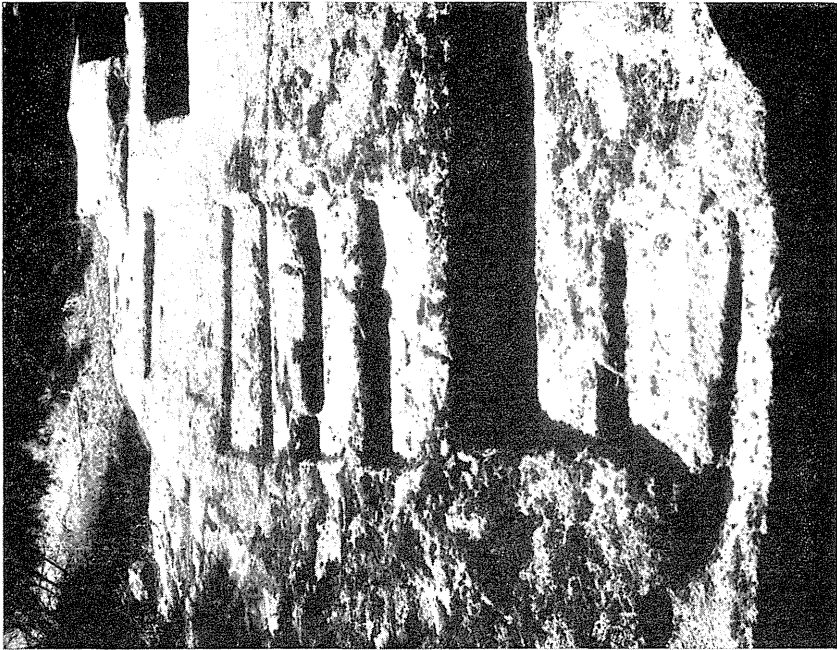


Fig. 9 — Escada de acesso às pias pela esquerda.

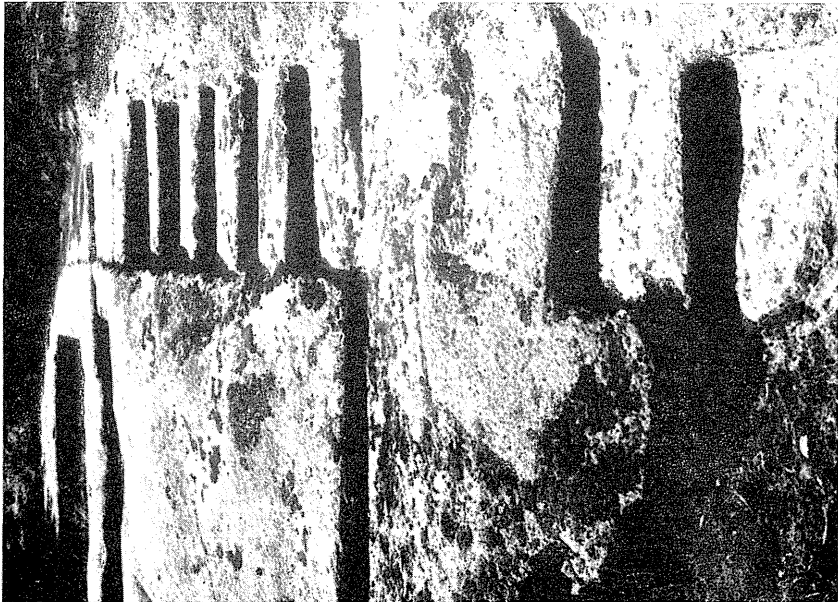


Fig. 8 — A escada de acesso às pias pela direita.

O Castro de Curalha

4.^a campanha de escavações — 1977

POR

P.^e Adolfo Magalhães, Dr. Adérito Medeiros Freitas
e Prof. J. R. dos Santos Júnior

O programa de trabalhos no Castro de Curalha, em 1977, tinha sido delineado do modo seguinte.

Em virtude de o colaborador nas escavações na Curalha, Dr. Adérito Medeiros Freitas se encontrar ocupado com o Curso de Actualização de Professores de Biologia e Físico-Químicas do Ensino Secundário, uma curta campanha de escavações com a sua colaboração foi realizada na última semana de Julho.

Combinara-se que os trabalhos prosseguiriam em Agosto, sob minha orientação, coadjuvado pelo companheiro Padre Adolfo Magalhães.

Infelizmente, em 21 de Julho um tombo desastrado provocou a fractura do grande trocanter da perna direita, de que fui operado e estive em inactividade forçada até 15 de Setembro.

Em acordo com o Sr. P.^e Adolfo Magalhães combinou-se reiniciar os trabalhos na Curalha em Outubro, para aproveitar, nos dias 7 e 8, a colaboração de estudantes do Liceu de Chaves que habitualmente têm ajudado nas escavações dos anos anteriores.

Por pouca sorte os dias de mau tempo, chuva e ventania e a falta de pessoal auxiliar para recompor as muralhas do castro com as pedras delas caídas, foram circunstâncias que,

após 4 dias de tentativas infrutíferas, nos obrigaram a desistir do prosseguimento dos trabalhos naquela data.

Depois, em Novembro, consegui na Curalha 10 trabalhadores, e pudemos prosseguir os trabalhos nos dias 12 a 16.

Desafrontou-se a porta do lado norte das muitas pedras e terra que o obstruía, e deu-se um avanço ao restauro das muralhas. No denso matagal de carvalho e outros arbustos e ervagem abriram-se clareiras que puseram a descoberto uma fiada de casas rectangulares, que, em próxima campanha, devem ser parcialmente reconstituídas com as pedras delas derruídas e que as tapavam.

Passemos a indicar o que se conseguiu fazer.

A primeira jornada de Julho, foi, como disse, orientado pelo Sr. Dr. Adérito Medeiros Freitas.

A segunda jornada em Outubro que havia sido projectada com a colaboração de um grupo de estudantes do Liceu de Chaves e um ou dois pedreiros e pessoal jornaleiro auxiliar, resultou, como já disse, em pura perda.

2.^a jornada

Segui para Chaves no dia 6 de Outubro, quinta-feira.

Na tarde desse dia combinou-se que o jipe da Câmara Municipal, que o seu Presidente Sr. Eng.º Manuel Branco Teixeira gentilmente pôs à nossa disposição, para de manhã nos levar à Curalha, e nos ir buscar ao fim da tarde:

Na manhã seguinte madruguei, e pouco depois das 7 horas e meia estava pronto a partir. Dia cinzento e a ameaçar chuva.

Pelas 8 horas apareceram alguns estudantes e pouco depois o jipe. Por pouca sorte começou a chover o que nos fez hesitar na partida. A chuva começou a apertar, puxada por forte ventania. Tivemos que desistir. Foi bem porque choveu quase todo o dia. Ao fim da tarde o tempo clareou, o que nos animou a preparar a ida para o dia seguinte.

No dia 8 de manhã, quando me levantei pelas 6 horas, parecia que íamos ter um dia escorrido. Cheguei a aprontar-me para irmos até à Curalha. Infelizmente o negrume do céu a ameaçar chuva, que não tardou a cair em grossas bâtegas, fez-nos desistir. Foi mais um dia perdido.

Ficava a hipótese de em alguns dias da semana seguinte trabalharmos com um ou dois pedreiros e seus ajudantes.

Na segunda-feira, dia 10, com o Sr. P.^e Adolfo Magalhães a orientar-me na ida a casa dos pedreiros residentes em Chaves, andamos no meu automóvel em busca dos mesmos.

Um deles estava ausente por falecimento de pessoa de família e demoraria 2 ou 3 dias a regressar. Um outro estava com uma obra entre mãos que contava acabar dentro 3 ou 4 dias.

Ainda tentei junto do grande empreiteiro flaviense Sr. Moreira ver se conseguia pedreiro e ajudante. Todos os seus pedreiros estavam ocupados em obras que não podia suspender. Além de que, a geira de cada pedreiro seria de 800\$00 por dia!

Insucessos atrás de insucessos levaram-me a desistir e regressei ao Porto no dia 11 de Outubro, desolado pelos dias ingloriamente perdidos.

3.^a jornada

Planeara-se trabalhar alguns dias na Curalha aproveitando o bom tempo do chamado verão de S. Martinho. Uma das tarefas que se impunha era repor nas muralhas as pedras delas caídas, por isso era necessário arranjar pedreiro ou pelo menos trabalhadores que fossem capazes de fazerem, sofrivelmente, de pedreiros.

O Sr. Dr. Mário Carneiro, médico distinto e Director do Balneário das Termas de Chaves, que tem acompanhado com grande interesse as escavações no castro da Curalha, telefonou-me anunciando que havia possibilidade de conseguir pedreiros: um capataz, 3 pedreiros e 3 ajudantes. Era caso para se dizer que nunca há fome que não traga fartura. Simplesmente o preço das geiras posto pelo capataz, a quem o Dr. Mário

Carneiro passou o telefone e me falou directamente, eram os seguintes: o capataz 700\$00 por dia; cada pedreiro 500\$00 e cada ajudante 300\$00.

Consegui felizmente resolver a coisa por outro lado, e arranjei na Curalha as 10 pessoas, que constam da conta das despesas feitas, a ganharem 300\$00 por dia.

Trabalhos feitos na jornada de Novembro de 1977

Durante os três dias que trabalhámos procurou-se esclarecer a abertura no lado norte da muralha, de que se via apenas, e mal, um dos lados ou ombreiras. Tudo estava tão coberto pelos escombros de tanta pedra, que se afigurava tratar-se de uma passagem estreita, pelo que na publicação *Castro de Curalha — 1.ª campanha de escavações, 1974*, por P.º Adolfo Augusto Magalhães, Francisco Gonçalves Carneiro e Adérito Medeiros Freitas, foi considerada um postigo, como se diz na pág. 11 desse trabalho.

Porta do lado norte

Grande montão de pedras em continuação de crista esbarrolhada da muralha encobria aquela porta.

Retirada a pedra daqueles escombros surgiu o lado leste do corredor de entrada, ou seja a ombreira, com 4 m de comprimento que tanto é a espessura ou largura da muralha. Ainda se encontrou a parte inferior daquela ombreira, que no cunhal do lado de fora tinha 83 cm de altura e do lado de dentro, ou seja da face interna da muralha, 42 cm.

O chão do corredor era formado por terra negra e grandes pedras de granito que devem ter pertencido à ombreira do lado poente, e com elas foi em parte reconstruída (Ests. I e II, Figs. 2 e 3).

Da ombreira do lado poente apenas restavam duas pedras a formarem o cunhal da face interna da muralha.

Retiradas as grandes pedras e a terra negra do chão da porta apareceu a superfície plana de rochedo de granito em rampa ascendente formando uma espécie de soleira, em que assenta a base da muralha.

Reconstruíram-se os lados do corredor ou ombreiras da porta até cerca de 2 metros de altura, mas que terão de ser levados até à altura do esboralhado da crista da muralha.

A face externa da muralha do lado de fora da porta e sobretudo ao correr do lado poente foi destruída até ao rés da terra onde se via o alinhamento das pedras do alicerce o que permitiu o refazimento do pano de muralha numa extensão de 15,20 m e numa altura de 1,50 a 2 m.

Ainda do lado externo e acima da porta, isto é, para leste, a muralha foi alteada num comprimento de 17,50 m, e numa altura em média de 60 a 80 cm.

Face interna da muralha

Também acima e abaixo daquela porta foi posta a descoberto o alinhamento da face interna da muralha tapada por grande quantidade de pedras e alguma terra; especialmente para o lado leste foi grande a quantidade de entulho a remover.

Retirada a terra e as pedras ficou uma espécie de caminho de um metro a metro e meio de largura com 26 metros de comprimento.

Ficou a descoberto a base da face interna da muralha com alturas que vão de 40 a 50 cm até quase 1 m.

A 16 m do cunhal leste da porta, e nesta face interna da muralha, deparou-se com uma rampa de acesso à muralha, rampa destruída quase até à base.

A rampa tem 70 cm de largura, segue ao lado da face da muralha, e, depois, faz ligeira curvatura para se incorporar na muralha.

A rampa foi parcialmente reconstruída com as pedras caídas ao lado, muito possivelmente, dela teriam feito parte.

A face interna da muralha a poente do cunhal da porta estava bastante arruinada, um pouco desaprumada, pelo que necessita de ser alinhada e subida com as muitas pedras que estavam caídas junto dela, e que houve que remover.

Nesta face interna e a 4 m do cunhal da porta foi posta a descoberto uma parede a entestar na muralha que deve corresponder a uma casa rectangular.

Abertura de caminho a meio do castro

O recinto muralhado é um matagal especialmente de carvalhiço, que tantas vezes recortado, forma, com alguns arbustos à mistura, um matagal pouco alto mas denso, onde com dificuldade se passa.

Como é natural, àquela porta do norte devia seguir-se um caminho ou amplo carreiro para o meio do castro.

Mandei abrir um carreiro cortando o mato e arrancando os carvalhos de fortes e densos raizeiros que custam a arrancar, e que se entrometeram por muitas pedras soltas, que se vêm em muitos sítios.

Na abertura do carreiro a 25 m da porta apareceu um resto de paredes, com 55 cm de largura, formadas por duas fiadas de pedras pequenas, uma interna e outra externa, num arranjo típico, tantas vezes observado nas casas castrejas. No topo dessa parede levantava-se ao alto uma pedra com 43 cm de altura e 64 de largura, que parece ser um resto de cunhal. É, sem dúvida, parede de casa rectangular.

Foi-se continuando no arranque do monte e seguindo o alinhamento de paredes numa extensão de 15 m ao lado de dois montões de pedra. Aquelas paredes parece pertencerem a duas casas rectangulares pegadas, que uma paredinha de 55 cm de largura, e no comprimento de 2,95 m, se considera parede de meação.

Ao lado de cima da última destas casas apareceu uma paredinha ligeiramente ascendente, isto é, subindo o pendor

da encosta. A parte que se pôde pôr a descoberto tem 23 m de comprimento. É possível que continue, o que se procurará averiguar em próxima campanha de trabalhos a fazer em 1978.

Pedras fincadas

Como foi dito nos trabalhos publicados, um sobre a primeira campanha de escavações e outro sobre a 2.^a e 3.^a campanhas, do lado nordeste há, algo dispersas, algumas pedras espetadas a prumo, que devem constituir restos do ouriçado de pedras que defendiam o acesso ao castro pelo lado mais acessível.

É lamentável que recentemente alguém tenha arrancado algumas daquelas pedras, e precisamente de um grupo dos melhor conservados.

ESPÓLIO

Embora não tivéssemos crivado terra, pois limitámo-nos a remover as pedras e terra que tapavam a porta do lado norte e as bases da muralha, face interna, a um e ao outro lado da porta apareceram algumas coisas de relativo interesse arqueológico.

Cerâmica

Especialmente no descobrimento da face interna da muralha a leste da porta norte, apareceu bastante cerâmica grosseira, pedaços de tijoleira, bastantes fragmentos de telha de rebordo, e alguns bocados de cerâmica de pasta mais fina em bordos de vasos relativamente pequenos. Junto da rampa de acesso referida apareceram muitos pedaços de tégulas, de tijoleira e de ladrilho.

Um pedaço de tijoleira com 21×16 cm e espessura de 4,5 cm; mais pedaços de tijoleira: um triangular com $18,5 \times 9 \times 2,6$, outro de contorno irregular com $10,5 \times 11,5 \times 2,6$, outro quase circular com $15 \times 13,2 \times 4,4$ e ainda outros, todos pequenos, com espessuras de 2 a 4 cm.

Telha de rebordo (tégula)

Foram apanhados vários pedaços de telha de rebordo, quase todos pequenos, com comprimentos entre 10 a 20 cm e de pastas diferentes na cor e na textura. Assim alguns pedaços eram de cor vermelha intensa, outros vermelho rosada; alguns de pasta branca com camada superficial cor de rosa; outros de pasta grosseira granosa com muitos grãos de quartzo.

Afiadores de pedra

Apareceram duas pedras que se nos afiguram terem servido de afiadores a ajuizar pelo polido que numa e noutra se observam.

Uma das pedras é oblonga com um ligeiro desgaste em suavidade côncava e polida (Est. VII, Fig. 13-a).

A outra é pedra negra subrectangular com uma das faces bem lisa, e tão polida que à incidência da luz mostra reflexos de brilho metálico, o que faz crer que tenha servido para afiar lâmina cortante (Est. VII, Fig. 13-e).

Metal

Junto da face interna da muralha acima da porta do lado norte apareceu um pedacinho de chapa de bronze, delgada e triangular com o lado maior de 45 mm de comprimento. Está patinada de cor castanho-escuro. Só se vê verdete nos bordos. Não compreendo aquela patine castanho-escura. Recente?

Encontrei à superfície um fio de bronze com 1,5 a 2 mm de diâmetro na parte média, adelgaçando para as extremidades que terminam em pontas finas de agulha: está dobrado da maneira que se vê na fotografia (Est. VII, Fig. 13). Está muito oxidado com verdete:

Qual seria o significado desta peça?

Sinceramente direi que não sei atribuir-lho.

Cerâmica de pastas mais finas

Deixei para o fim algumas considerações sobre fragmentos cerâmicos de pastas mais finas entre os quais 5 porções de bordos, um pedacinho de um fundo e um pequeno fragmento ornamentado com singelo sulco rectilíneo (Est. VII, Fig. 13 *h*), com o comprimento de 26 mm, largura de 30 mm, e espessura de 4 mm; é de cor castanho-clara com pequenas palhetas de mica branca (moscovite).

O fragmento *b* da mesma Fig. 13 é de cor castanha de pasta grosseira com alguns grãos de quartzo e pequenas palhetas de mica branca.

O bordo *d* da mesma fotografia n.º 13 é de barro castanho-claro amarelado, com $8 \times 8 \text{ cm} \times 3,5 \text{ cm}$; a espessura da pança do vaso de 1 cm. A asa, a que pertence o fragmento *b* da fotografia 13 e foi colado depois de tirada a fotografia, ficou com o comprimento de 6 cm, e tem a largura de 4 cm; tanto na face superior como na inferior tem a meio um pequeno saliente que a reforça. Pelo grau de curvatura do bordo, aquele fragmento devia ter feito parte de boca com cerca de 7 a 8 cm de diâmetro interno. Pelo diâmetro referido e pela natureza e espessura da pança, que é de 1 cm, deve ter pertencido a um vaso alto.

Encontrou-se uma porção de bordo de cor muito escura, quase preta, com $5,5 \text{ cm} \times 2 \text{ cm}$ e espessura de 4 mm. Tem depressão em sulco em meia cana a seguir ao bordo. Pela curvatura que apresenta deve ter pertencido a um vaso de boca de grande diâmetro, talvez dos seus 9 ou 10 cm.

Achou-se um outro pequeno bordo de barro vermelho, de pasta fina, bem cosida, com 7 cm \times 3,5 cm e a espessura de apenas 3 mm. Pelo seu pequeno grau de curvatura deve ter pertencido a peça de grande boca, talvez, pelo menos, de 20 cm de diâmetro. Será, possivelmente, porção de bordo de um prato. Tem a particularidade de apresentar asa em pestana, com acentuada curvatura, que reforça as condições do pegadoiro.

Outro bordo, também pequeno, é de barro um tanto grosseiro, de cor castanha com 6,5 cm \times 3,5 cm e espessura, no bordo de 1,5 cm e na barriga ou pança do vaso apenas 4 mm. Pelo acentuado grau de curvatura devia ter pertencido a um vaso de boca pequena com uns 6 cm de diâmetro.

Outro fragmento é de barro um tanto grosseiro, de cor muito escura, quase negra com 5,5 cm \times 4 cm e espessura de 7 mm. Pelo grau de curvatura que apresenta, quando inteiro o seu diâmetro deve ter sido de 9,5 a 10 cm, o que corresponde a um fundo de panela.

Outro fragmento é de cor castanho-clara com 6,8 cm \times 4,5 cm e espessura de 18 mm. O barro é grosseiro com alguns grãos de quartzo.

Pelo seu pequeno grau de curvatura pouco acentuada, pode interpretar-se como porção do bojo ou pança de um grande vaso.

O espólio da campanha de Novembro de 1977, que acabamos de descrever sucintamente, não corresponde a crivagem da terra, mas apenas àquilo que na remoção das pedras amontoadas ao correr da muralha a leste da porta do lado norte, foi incidentalmente aparecendo.

É de crer que na crivagem dessa terra a fazer em nova campanha de trabalho, apareçam algumas peças de interesse arqueológico.

Em face da escassez do espólio apenas acentuaremos o achado de muitos pedaços de tégulas o que testemunha um grau de acentuada romanização do Castro da Curalha.

A desobstrução da porta do lado norte, com 1,48 m de largura confere ao castro a circunstância, que suponho rara, de possuir três portas.

A descoberta a meio do castro de pelo menos três casas rectangulares, que o matagal escondia, obrigam a, numa próxima campanha de trabalho, as isolar com precisão, escavar o seu interior crivando cuidadosamente toda a terra que for remexida.

Há que prosseguir no corte do monte, para isolar os amontoados de pedras que devem corresponder a outras tantas casas.

O refazimento das muralhas com as pedras que lhes tapam as bases e delas foram caídas, é também uma tarefa que se impõe, não só pela valorização do castro mas igualmente pela necessidade do arrumo da pedraria miuda no enchimento da muralha que se for alteando.

Os acessos às três portas do castro terão de ser descobertos e cuidadosamente estudados.

Será grande a tarefa que há que levar de vencida para a justa valorização daquele castro da Curalha.

Fotografias do Prof. Santos Júnior



Fig. 1 — Porta do lado norte como a encontrei no início da campanha de Novembro de 1977.



Fig. 2 — Algumas das grandes pedras que obstruíam a passagem da porta do lado norte.



Fig. 3 — Grande pedra que obstruía a porta do lado norte e a que foi preciso o esforço de três homens para a revolcar.



Fig. 4 — Aspecto da face interna da muralha para nascente da porta do lado norte.



Fig. 5 — Amontoados de pedras que devem corresponder a construções derruídas. No último plano, à direita vê-se parte do pinheiro manso do topo do castro.



Fig. 6 — Parte do amontoado de pedras que vem em direcção à porta do lado sul.



Fig. 7 — Amontoados de pedras postas a descoberto pelo corte e arranque do monte.

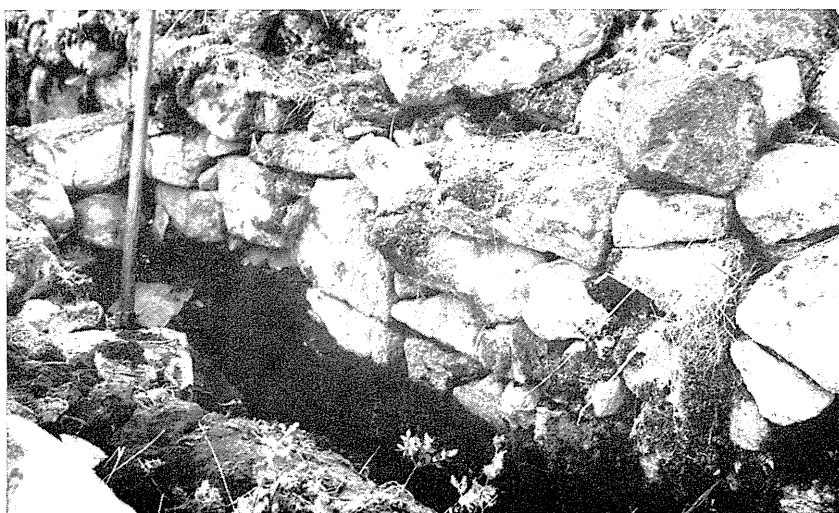


Fig. 8 — Um dos amontoados de pedras ? ? ? ? ? o alinhamento da parede que esta fotografia mostra.



Fig. 9 — Parte do recinto muralhado em perfeito matagal. Vê-se a linha da muralha do lado poente.



Fig. 10 — Reconstrução da muralha com as pedras dela caídas. Troço a poente da porta norte do castro.



Fig. 11 — Grupo de pedras fincadas na comeeira do monte na zona de acesso à porta do lado nascente.



Fig. 12 — Outro grupo de pedras fincadas. As duas do primeiro plano tombadas de fresco.

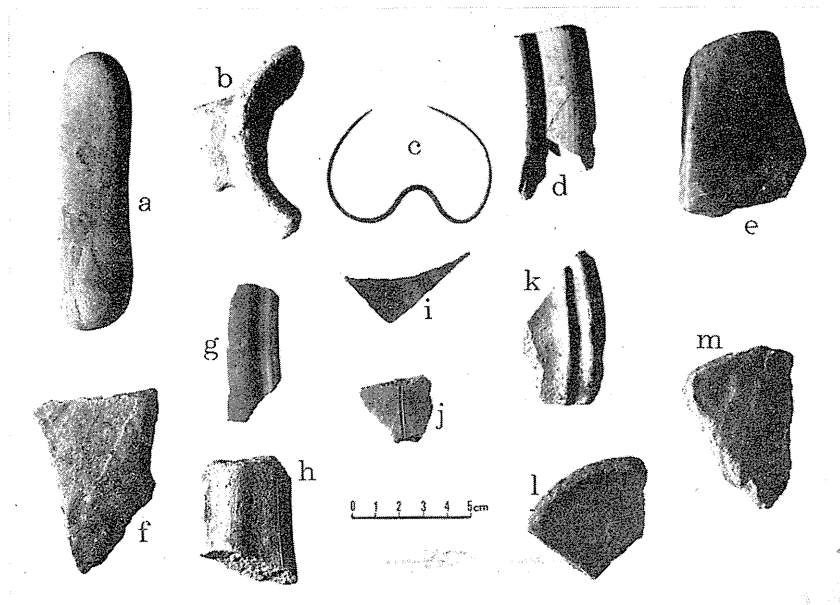


Fig. 13 — Parte do escasso espólio da campanha de 1977: *c* e *i* peças de metal, possivelmente bronze.

Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no nordeste trasmontano

POR

António Maria Mourinho

Licenciado em História — F. L. Porto
Sócio da Soc. Portuguesa de Antropologia

Não são muito frequentes as pontes romanas em Terras de Bragança, o mesmo é dizer que no Nordeste Português, apesar de terem sido atravessadas por mais do que uma via e de serem bastante frequentes os cursos de água (embora de pouco volume e duração, nas zonas planálticas de Miranda e Mogadouro) sobretudo no Norte e Sul e nas zonas mais acidentadas entre as confluências dos rios Sabor e Tua.

Deve ter sido um facto geral as vias romanas da região bragançana, no princípio da ocupação, seguirem sobre os carreiros trilhados pelas gentes castrejas, as «breias», ou «vereias» (de «vereda»(m)), evitando o mais possível os grandes cursos de água. Quando surgiram depois os grandes centros administrativos ou militares, como Astorga, Bracara, *Aquae Flaviae*, e as explorações dos grandes centros mineiros das Médulas, no Bierzo em Leon, de Três Minas, em Vila Pouca de Aguiar e do ferro no Roboredo, perto de Moncorvo, aumentaram os volumes e as necessidades de transportes. As legiões viram-se, com certeza, obrigadas a encurtar e forçar algumas passagens de rios, montes e desfiladeiros, construindo pontes e calçadas em zonas íngremes e difíceis, algumas das quais ainda perduram como a de Murça, talvez a de Alpajares perto de Freixo de Espada-à-Cinta, e algumas pontes entre Chaves e Braga, esta a que nos vamos reportar entre Bragança e Valpaços, ainda

serve o grande trânsito dos nossos dias, na antiga via de Braga a Astorga, por *Aquae-Flaviae*. As grandes obras de arte impuseram-se, no traçado das grandes vias.

Vinda do Norte, desde Leon e Astorga, descia a grande via romana que se dirigia a Zamora e Salamanca para o centro da Península, e incidia para Poente, entrando no actual território português, dirigindo-se a Braga e Chaves, desde o castro de Gimonde, por Castro de Avelãs e Gostei. Daqui, parece que se dividia em dois ramos, indo um mais por Norte, passando por Vinhais e outro pelo norte da Serra de Nogueira, por Rebordãos, Edrosa e Lamalonga, bordejando a Torre de Dona Chama, é forçado a atravessar o rio Tuela, a três quilómetros, na *PONTE DE PEDRA*, atravessa o rio Mente, próximo de Vale Telhas, aos Possacos e Valpaços.

De Valpaços, um ramo seguia a Chaves e outro seguia para Braga e Portus Cale, por Murça, onde se identifica a calçada que já citamos, e julgo que a Ponte velha de Murça.

No concelho de Boticas, ainda se identifica a ponte romana de Carvalhelhos, Ponte Pedrinha, de onde há poucos anos foi desviado o trânsito rodoviário para Braga, pela sua estreiteza, e construída uma ponte moderna paralela, de betão. Um dos pequenos arcos da velha ponte, do lado nascente, encontra-se presentemente atesoado com madeira por ameaçar ruína e julgamos que certamente terá sido abandonada pela Direcção de Estradas do distrito competente.

A Nordeste do Distrito de Bragança, descendo também de Norte, desde Ferreras de Arriba, como identifica Gomez Moreno ⁽¹⁾, desde Astorga, vinha uma via secundária, águas vertentes ao Douro e ao Sabor, paralela aos dois, sem miliários,

⁽¹⁾ Manuel Gomez Moreno, *CATÁLOGO MONUMENTAL DE ESPAÑA — ZAMORA*, Madrid, 1927, págs. 56-57. Em 1972, estive em Rabanales, 10 quilómetros a Norte de Alcaniças, onde os aldeãos daquela localidade, lavradores e pastores me confirmaram as afirmações de Gomez Moreno de 1927. Naquela povoação passa a *carretera mourisca*, «*que era una cañada de 90 passos de ancho*», no pasaba por ningun pueblo y benia de Astorga para Portugal, en ciertos locales aun mantiene los 90 passos de valle, en otros avanzaron las propiedades o tierras de labranza.»

mas que o povo identifica como «estrada mourisca», e já citada em um documento afonsino de 1172 com o nome de «*carril mourisco*» (1). Entrava em Portugal, pelo sítio chamado Cruz da Canda, ou Cândena, entre as povoações raiano-mirandesas de Cicouro e Constantim, cortava o centro do actual concelho de Miranda do Douro e seguia para Sul, quase paralela à actual via férrea do vale do Sabor, até à serra do Reboredo, perto do Felgar, onde bifurcava ou trifurcava em três ramos, seguindo o da direita, por Felgar e Castro do Baldoeiro, onde apareceu a célebre inscrição que identifica ali a «*Civitas Baniensium*»; seguia pelo castro dos Anúncios, junto de Vilarelhos, onde o ano passado apareceu a necrópole romana (páleo-cristã?), mais uma estela ou cipo funerário com restos de dupla inscrição e a cabeça de guerreiro lusitano em granito do séc. I. Daqui seguia para Norte, a passar à ponte romana de Abreiro (em ruínas) e daqui para Valpaços, Chaves e Braga. O ramal do centro continuava para o Pocinho, atravessando o Douro (em barcas ou jangadas), subia a Foz-Coa e por Longroiva seguiria até Aemínium, por Viseu, e para Portus-Cale por Lancóbriga; o da esquerda, atravessava a serra do Reboredo, caras ao meio-dia, para Felgueiras, onde apareceram 2 estelas que identificam soldados romanos, daqui para Urros (?) e Freixo de Espada-à-Cinta, e depois pela calçada de Alpajares (?) (2), e ramificava para Barca de Alva e para Salamanca (3).

É fora de dúvidas que os romanos exploraram as minas de ferro de Moncorvo, no local onde hoje se estão fazendo as

(1) Rui de Azevedo, *DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES — Os Condes Portucalenses e D. Afonso Henriques*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, pág. 410, Documento n.º 310. Este *Carril Mourisco*, citado pelo documento afonsino, ainda hoje é denominado nos povos, cujos termos atravessa, por *Estrada Mourisca*, e todo o local paralelo de um lado e doutro denominam simplesmente *Mourisco*.

Em Prado Gatão, a 200 metros da capela de Santa Bárbara, a poente do Cabeço da Trindade, há uma *Fonte do Mourisco*.

(2) Abade de Baçal, *Memórias...*, Vol. IX, págs. 211.

(3) Maluquer de Motes — *Carta Arqueológica de Salamanca*, 1956, págs. 41-24.

explorações daquele minério recolhido a céu aberto em grande quantidade.

Esta via que descia pelo planalto mirandês não atravessava cursos de água apreciáveis, apenas diminutas ribeiras que correm em tempos chuvosos de invernos húmidos, tornando-se automaticamente intransitáveis. Os caminhos, só na baixa primavera, podiam ser praticados pelas legiões de Roma, como antes de haver estradas ⁽¹⁾ pelos almocreves, pelo que não precisavam de pontes.

Paralela a esta, ao correr do Douro, desce desde Zamora, outra via romana por terra de Sayago, onde ainda persistem várias pontes de pequena dimensão (sete ou oito) e vai por Fermoselhe, creio que sempre ao correr do Douro em cuja orla correspondente há restos de uma intensa colonização romana. No baixo Sayago (em Bermillo), derivava para a esquerda outro lanço que ia a Ledesma e dali para Salamanca.

Em nenhuma destas vias apareceram miliários.

É de registar que entre estas vias paralelas, havia ligações, que atravessavam o rio Douro, pondo os castros ribeirinhos em comunicação ⁽²⁾. Assim, começando no território português, havia a passagem de Aldeia Nova, onde apareceu a célebre inscrição honorífica do porta-bandeira AEMÍLIO BALAESO, da Ala Sabnina, como homenagem da sua Centúria que comunicava com o seu castro fronteiro do lado espanhol.

Até Miranda do Douro para Sul, havia mais duas passagens que registam as crónicas.

Entre Cércio, Freixiosa e o castro fronteiro, onde assenta a Virgen del Castilho, em Fariza, diz a tradição que havia outra passagem, assim como entre os termos de Vila Chã e Picote e o lado de lá do Douro, no Castro de Tetinas, havia a passagem de *Tetinas*, em cujo leito do Douro subsiste uma calçada (*Calçada de Tetinas*), que permitia vadear o rio a homens

⁽¹⁾ Abade de Baçal, *op. cit.*, idem.

⁽²⁾ J. M. Roldan Hervas, *ITER AB EMERITA ASTURICAM EL Camino de la Plata*, Salamanca, 1971, págs. 153-154.

e animais em épocas de verão e ainda é tradição local que os romanos a construíram e a praticaram.

Entre Urrós, Bemposta e Fermoselhe, estão patentes as pegadas castrejas romanizadas de Maxide e do Castelo de Mirad'Aires e a passagem do Douro fazia-se onde hoje é a passagem de Múcina, em que o Douro também se podia vadear, na confluência com o Tormes.

Mais para Sul, até Freixo de Espada-à-Cinta e Barca de Alva, repetia-se o mesmo fenómeno, que nos é confirmado pela abundância de inscrições romanas votivas dedicadas ao Deus Júpiter (Conservator e Depulsor) e funerárias dedicadas a soldados, aparecidas em Terra de Miranda, Mogadouro, Lagoaça, Carviçais, Felgar, Felgueiras, junto às minas de Ferro já citadas.

Uma solene ara votiva de mármore, por mim identificada, em Saldanha, Mogadouro, há cinco anos dedicada a Júpiter Depulsor, por um veterano da Famosa Légio VII Gemina Pia Felici ⁽¹⁾, e mais outra aparecida, já depois em Sanhoane, a pouco mais de uma légua desta, na orla da via que atrás definimos, são sinais de frequência militar (em ocupação? em trânsito?) em toda esta zona, o que nos confirma a tradição e as poucas embora referências a esta via secundária romana paralela aos rios Sabor e Douro que o saudoso Abade de Baçal pretende negar ⁽²⁾.

A ponte a que vamos referir-nos, fica no distrito de Bragança, vinte quilómetros ao Norte de Mirandela, onde uma outra com 18 olhais de arco de meio ponto e apontados atravessa o rio Tua e está representada no Catálogo dos Monumentos Nacionais como romana. (Talvez o seja na origem, todavia já sofreu várias restaurações em épocas diferentes e não sei se conserva ainda algum arco nas extremidades com indícios de romanidade). O Abade de Baçal refere documentação dos séculos XVI e XVIII que manifestam participação da Câmara

(1) António Maria Mourinho, *Revista da Faculdade de Letras do Porto, História*, vol. III, 1973, págs. 5-9.

(2) Abade de Baçal, *op. cit.*, LX, pág. 212.

de Montalegre e de outros concelhos limítrofes para reparação desta ponte de Mirandela, pois ela foi sempre vital para a comunicação válida entre os distritos de Bragança e de Vila Real (1).

A «PONTE DE PEDRA»

No ano de 1977, regressava eu pela estrada de Valpaços a Bragança, pela Torre de Dona Chama e notei, a três quilómetros desta antiga vila, ao enfrentar o rio Tuela que as aduelas dos arcos da ponte que o atravessa, sob a mesma via, eram semelhantes aos da Ponte de Chaves e da Ponte de Salamanca sobre o rio Tormes.

Tendo passado já para o lado da Torre, encostei o automóvel no extremo nascente e voltei atrás para confirmar o meu pensamento.

Desço ao rio e vejo no extremo dos arcos que são seis, dois grandes viadutos quadrados, para o escoamento das águas nas grandes enchentes e verifico no interior do primeiro arco e logo em todos, as fissuras longitudinais do «*forfex*», no centro dos silhares, em toda a dimensão inferior dos arcos. Na extremidade poente, abrem-se outros quatro viadutos, como os do lado nascente. Perguntei aos cantoneiros que ali trabalhavam, como se chamava aquela ponte, que me responderam chamar-se «*a Ponte de Pedra*».

Nota-se porém que os cortamares de entre os arcos, a montante, são avançados em proa viva de navio, em silharia muito regular e mais recente, já moderna, assim como os de jusante, menos avançados e de frente arredondada.

Nota-se perfeitamente que foi aproveitada toda a estrutura arquitectural central dos arcos e suas ligaduras muito resistentes, e reforçados os cortamares, parece que por adossamento por materiais novos talvez em meados do século XIX ou após, quando da adaptação desta ponte ao trânsito rodoviário de novas e mais pesadas viaturas.

(1) Idem, *op. cit.*, LX, 214.

Julgando eu esta peça esquecida pelos estudiosos da civilização romana em Trás-os-Montes, consultei o volume ix das «*Memórias Arqueológico-Históricas*» do Abade de Baçal e já em 1934 ele se refere a esta Ponte da seguinte maneira: «A Ponte de Pedra sobre o rio Tuela, logo adiante da Torre de Dona Chama, consta de seis arcos de volta redonda, com os vincos do «*forfex*» bem nítidos, mas apresentando a singularidade de serem cavados em forma de cunha, secção quadrangular, que vai adelgaçando para o interior da aduela.

«Robusta em si e nos cortamares. Numa e noutra extremidade, abriram-lhe dois grandes viadutos quadrangulares para o escoamento das águas nas grandes enchentes. É romana, se bem que com reconstruções» — conclue (*Op. cit.*, pág. 203).

Entre outras particularidades, notamos as incisões bárbaras cavadas entre os silhares de granito nas bases interiores dos arcos, as quais não sabemos se serão iniciais se posteriores, talvez para apoiar os cimbrós (Fig. 3, Est. II).

Não nos foi possível fazer uma fotografia total da mesma ponte, em grande plano e de todo o seu conjunto por causa da cortina opaca de amieiros e choupos que a encobrem tanto a montante como a jusante, tanto no centro como nas bordas.

Nas fotografias que adiante apresentamos podemos fazer alguma ideia do conjunto e pormenores desta ponte.

CALÇADA ROMANA (?)

Em linha recta, prolongando a saída da ponte para Nascente, atente-se num caminho empedrado de grandes blocos de granito que segue em direcção citada entre prados e terras de cultura e vem perder-se depois nos montes incultos que já não explorei, para além dos 800 metros.

Esta calçada, por falta de trânsito e pelas enxurradas hibernais e das grandes trovoadas, encontra-se bastante maltratada, como se vê pelas fotografias que se juntam (Figs. 9 e 10, Est. v).

Consegui explorá-la a quase mil metros da ponte; do lado Poente, para Valpaços, não consegui identificar rastros de continuação da mesma.

O terreno sobre que assenta a mesma calçada é de constituição granítica e arenosa e tem espaços onde passa sobre a rocha viva, sendo visível os sulcos das rodeiras dos carros, com cerca de 0,40 cm de profundidade.

Noutras partes, a profundidade do caminho gasto pelo trânsito que agora é nulo, pode atingir 1 ½ m.

A cerca de trezentos metros da ponte, também se verifica uma bifurcação da mesma calçada em dois ramos, seguindo um na direcção do Nascente, por entre silvados e giestas e outro diverge para Sul, na direcção da Torre de Dona Chama.

A 40 m da saída da ponte, no meio da calçada, está uma pedra furada em secção de meio arco abatido, do que não sei dar explicação.

A pouco mais de 50 m da saída da mesma ponte e à beira desta calçada, está uma quinta em ruínas, e um conjunto de casas em parte já destelhadas e todas abandonadas de há poucos anos, mantendo-se ainda alguns sobrados de moradias e palheiros com escadas de acesso exteriores de pedra, que parecem de feitura medieval. Em uma das paredes voltadas a Poente, chama-nos a atenção uma pedra cilíndrica com mais de 1 m de comprimento, partida numa das extremidades, que terá pertencido a outras construções, ou terá sido um marco miliário (?).

À porta de uma das casas está espetada no chão uma pedra, já enegrecida de líquenes, com orifício de 0,09 de diâmetro que terá servido para prender animais, muares ou cavalos.

A maior parte das casas, senão todas, estão assentes sobre uma grande superfície de rocha de granito. Em volta das mesmas subsistem negrilhos de troncos grossos multisseculares.

Entre a dita ponte e estas casas semiderrubadas, do lado do meio dia, há campos cultivados de centeio entremeados de troncos de oliveiras multisseculares, senão milenárias.

Todos estes factores me levam a perguntar, se o local das ditas casas não terá sido originariamente uma MANSIO romana, ali junto da ponte, a que não faltavam campos de cultura de pão, vinho e azeite e prados para pastagens de animais, mais tarde transformada em quinta medieval (Figs. 11 e 12, Est. VI).

CONCLUINDO

1.º — Houve uma via romana que atravessava de Norte a Sul todo o actual distrito de Bragança, entre Douro e Sabor, ao correr do planalto Mirandês, paralela à serra de Mogadouro, até perto de Moncorvo, onde junto das ferrarias do Reboredo se repartia em três ramos, um dirigido a Chaves, outro para Sul, para Viseu e Portucale e Conímbriga, outro para Freixo de Espada-à-Cinta, atravessando o Douro para Salamanca.

2.º — Esta ramificava-se ao correr do Douro internacional como uma escada, sobre pontos fáceis de vadiar o rio que ligavam com outra paralela do lado oposto. É conveniente que se faça estudo mais preciso destes casos.

3.º — A *PONTE DE PEDRA* da Torre de Dona Chama, situada na estrada nacional N.º 315, a cerca de 3 km a poente daquela antiga vila, sobre o rio Tuela, é uma *ponte romana*, bem conservada na sua parte de origem, com cerca de 100 m de comprimento, constante de seis arcos de volta redonda formados por aduelas de granito aparelhado da região, marcadas ao centro pelas fissuras do «forfex», e mais quatro viadutos quadrangulares, dois em cada extremidade (Figs. 4, 5 e 6), a qual embora pertencendo e servindo actualmente à Junta Autónoma das Estradas, como rodovia de trânsito actualizado, *deve a Direcção Geral do Património Nacional diligenciar que seja classificada de MONUMENTO NACIONAL ROMANO e inscrevê-la no respectivo catálogo e procurar junto da mesma Junta Autónoma das Estradas a sua preservação e conservação, sobretudo na parte original romana.*

4.º — A *calçada* que dá acesso a esta *Ponte de Pedra* (Figs. 9 e 10) seria na origem *calçada romana* e as casas a que atrás me referi, junto à mesma, teriam origem numa *MANSIO* (?): dois factores que conviria estudar, através dos alicerces das mesmas casas, com mais minúcia, a fim de se poder chegar a dados mais concretos, mesmo pela avaliação etária dos dois olivais ali juntos que certamente eram propriedade da mesma quinta.

Duas Igrejas — Miranda do Douro
Outubro de 1978



Fig. 1 — Vista geral da Ponte de Pedra.

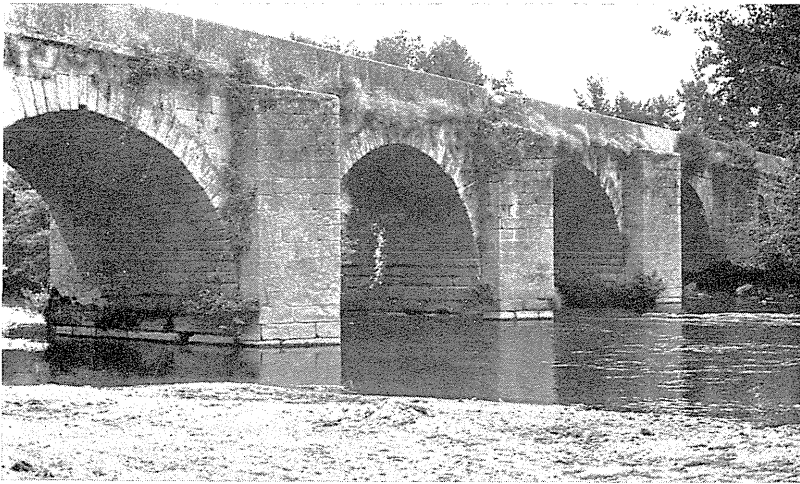


Fig. 2 — Pormenor dos quatro arcos centrais.

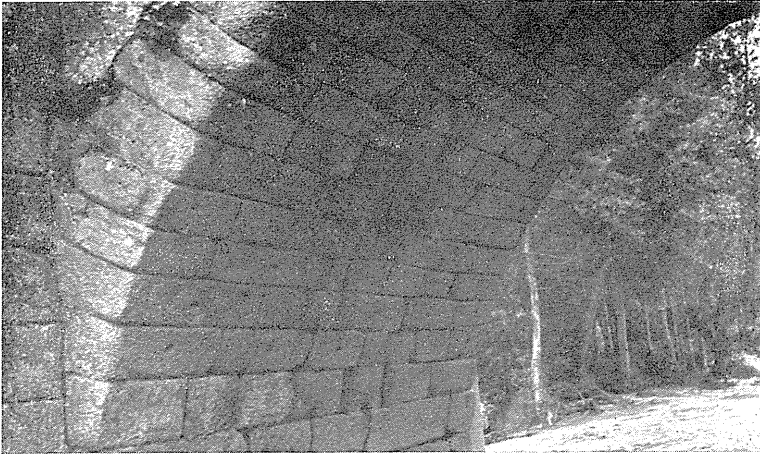


Fig. 3 — Interior de um arco, notando-se as aduelas marcadas com sinal do *forfex*.



Fig. 4 — Arco extremo do lado nascente e os dois viadutos quadrangulares.

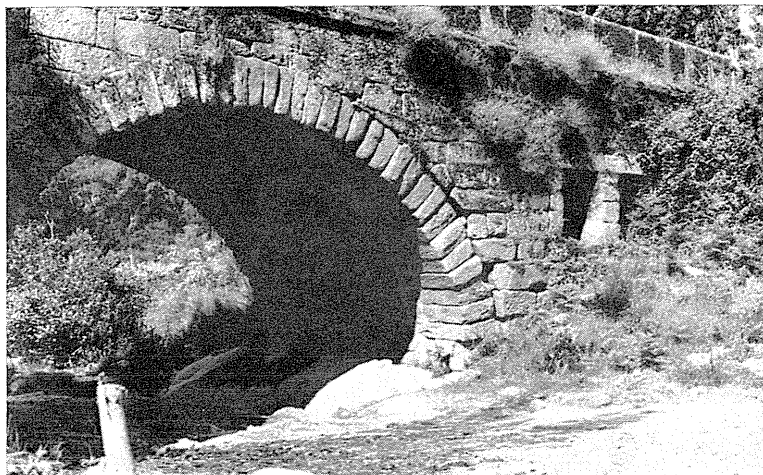


Fig. 5 — Arco extremo do lado Poente, face Norte, com os dois viadutos.

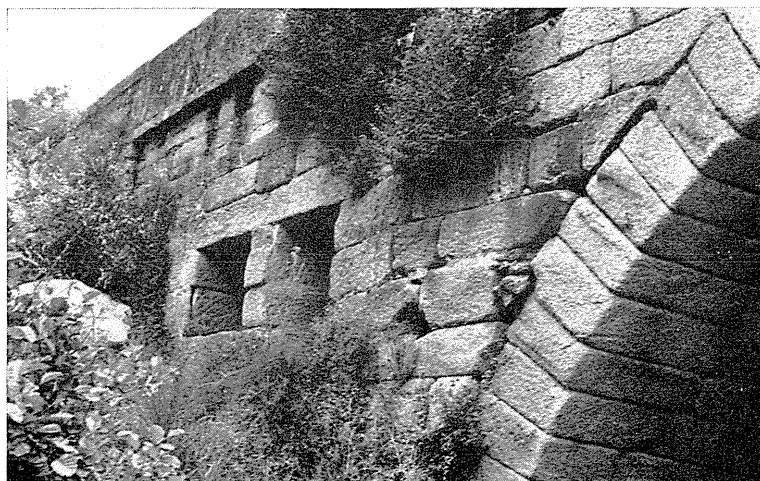


Fig. 6 — O mesmo arco, e os dois viadutos, mas do lado Sul. À esquerda sobressai a construção superior e posterior em ângulo recto, sobre a qual dispuseram as guardas da ponte adaptada ao trânsito actual.

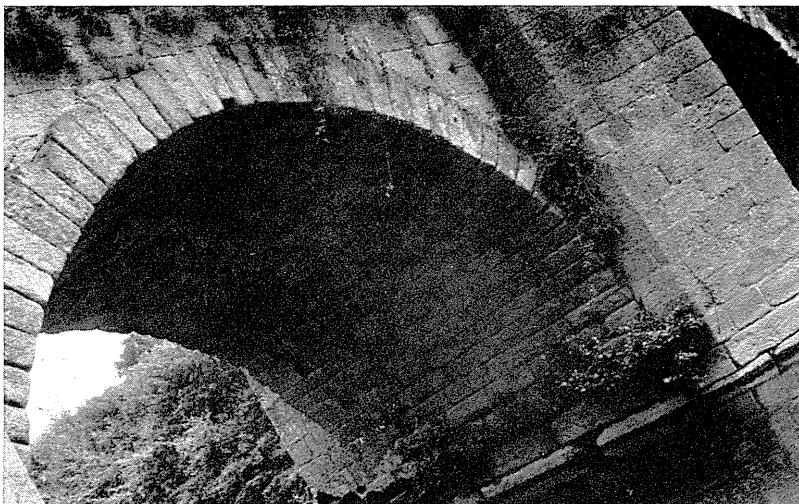


Fig. 7 — Neste arco bem lançado, verifica-se a robustez das aduelas e de toda a fábrica desta ponte, assim como a época e fábrica diferentes dos contamares.



Fig. 8 — Os sinais do *fortex* em outro dos arcos. Lado nascente.



Fig. 9 — Calçada romana que ligava à ponte. Junto da árvore vêem-se ruínas das casas.



Fig. 10 — A 30 metros à saída da ponte, para nascente, no meio da calçada está esta pedra furada que não sei o que seja.



Fig. 11 — A velha quinta em abandono: lado nascente.



Fig. 12 — Pormenor das escadas de acesso ao 1.º andar.

Notas etnográficas de Quintã

Campeã — Vila Real

POR

Padre António da Eira e Costa ⁽¹⁾

Sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Quintã é a minha freguesia, pequenina, a menor de todas quantas eu conheço, porquanto o seu número de fogos tem oscilado entre 35 e 40, com cerca de 150 a 200 habitantes e 160 cabeças de gado bovino. Por determinação colectiva foi abolido o pastoreio de gado miúdo. Quase todos os fogos tinham sua égua ou cavalo, mas não iam pastar à Sardoeira exclusivamente reservada ao gado bovino.

Pertence ao concelho de Vila Real e situa-se entre o Marão e o Alvão, circundada de lindas carvalheiras e alguns soutos, para além da riquíssima mata de pinheiros, que a Junta da Freguesia semeou há longas décadas.

Aldeia comunitária, com tradições encantadoras, faz parte da zona planáltica da Campeã.

O seu agro é fértil.

Aquelas gentes não são ricas, porque o clima, destemperado e agreste, amiudadas vezes faz com que as geadas as martirizem em pleno Junho, queimando o milho, as batatas e os feijões. Por vezes as culturas são reduzidas a um terço. Também é frequente, na primeira semana de Setembro, virem as temporãs geadas outonais, danificando os frutos e as forragens ainda em hora de crescimento, a caminho da completa maturação.

(1) P.^o António da Eira e Costa, Pároco da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, concelho de Chaves.

A quem repare ao longo do extenso vale planáltico da Campeã, depara-se-lhe, quase ao fundo, uma área inculta, prado natural, terreno de pastagem bastante húmido, onde alguns tojos crescem com certa dificuldade. É ali que os gados de Quintã vão pastar nos meses de Julho, Agosto e Setembro, quando os terrenos de cultivo perderam a função de pastagem, ou o fornecimento da erva, sendo ocupados pelas culturas, altura em que o Monte do Povo se recusa a dar erva ou mato tenro.

Aquela área inculta, em lameiro perpétuo, para os naturais de Quintã é a Sardoeira. Os povos limítrofes chamam-lhe ora a *Coutada* ora a *Lagoa de Quintã*.

A Sardoeira é comunitária, mas os pastores são individuais: cada casal faz acompanhar o seu gado pelo seu próprio pastor. No entanto muitas vezes sucede, quando o trabalho urge e os trabalhadores escasseiam, haver pastoreio comunitário.

Naquele lameiro perpétuo, cujo raizame atinge aproximadamente um palmo de profundidade, a qualidade da pastagem é, no comum, erva rija. No cimo existe um bom manancial de água pura, abundante em pleno verão, que corre a mover o Moinho da Sardoeira, propriedade da minha família, e a regar as culturas dos campos adjacentes.

A Sardoeira é grande e sensivelmente rectangular, com cerca de 700 m de comprimento por 300 de largura. Tem 22 hectares. É o lugar consagrado para o *jogo do nicho*, localizado sensivelmente a meio da Sardoeira, para conveniente vigilância do gado bovino, que, concomitantemente, ali vai pastando.

A Sardoeira é logradouro comum do povo de Quintã. Respeitada por naturais e pelos povos vizinhos, tradicionalmente guardada pelo policiamento do *Queijato das Barbas* ⁽¹⁾, ou pela acção repressiva da Junta da Freguesia, que exige o respeito de cada um em benefício de todos.

(¹) P.^e António da Eira, *O Queijato das barbas de Quintã (Campeã — Março)* in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 197, Vol. 23, fasc. 1.º, págs. 175-183, 2 Figs.

Aí pelo primeiro domingo de Julho, a Junta da Freguesia pede ao senhor Abade para avisar o povo, na missa dominical, que vai abrir o pastoreio na Sardoeira, até então em defeso. Na missa do domingo aprazado o senhor Abade proclama: *logo à tarde abre a Sardoeira*.

O efeito que este anúncio exerce sobre o povo inteiro, é igual ao de notícia alviçareira de grande festa, chegada repentinamente, embora esperada por todos.

Ir para a Sardoeira naquela primeira tarde dominical é uma verdadeira festa. Todo o povo para ali vai, e, em ameno convívio, unido em amigáveis conversas, vigia o seu gado bovino, regalado naquela erva em estreia, igual à satisfação de quem pela vez primeira recolhe o fruto da árvore que plantou.

E o povo ali passa a tarde naquele lugar aprazível, inebriado com o ar de festa, na frescura do local, verdadeira alca-tifa, à sombra dos bidoeiros do «cima da Sardoeira».

Ora a Sardoeira, é, como dissemos, um excelente prado para pastagem do gado no verão, e, ao mesmo tempo, um bom campo de jogos.

Nos meses de verão, e especialmente às tardes de domingo, ali se junta a mocidade para rir e brincar, e, sobretudo, para jogar o *nicho*.

Os três meses de verão são a alegria de toda a gente, e, sobretudo da garotada.

Aos domingos lá aparece de tudo, homens e mulheres, novos e velhos.

Os dias de *cotio*, ou seja os dias de trabalho, faz falta empregá-los na *sacha*, que é uma azáfama de cansar a *cernelha* ⁽¹⁾, por muitas vezes a dobrar, a caldear ao sol, na *tineira do calor* ⁽²⁾, e alguns dias sem sesta nem nada.

Quando não é a *sacha*, é o penso do gado, a rega, os linhos, o centeio, o trigo, a horta, e não sei quantas mais coisas,

(1) A região lombar, e, dum modo geral, a espinha dorsal.

(2) As horas mais quentes do dia.

fazerem andar toda a gente num rodopiar constante, sempre a arrastar a *sacalha* ⁽¹⁾, numa *corretina* danada e sem paraça.

Os de Quintã têm fama de ricos: «são os ricos de Quintã», como os designam os povos vizinhos. Dali o pobre saía sempre com o bernal cheio. Honra lhes seja feita, que são amigos de dar. Mas, «verdade verdadinha», trabalham como moiros, ajudando-se uns aos outros, quase não pagando jeiras.

Então forretas, é por ali! Não jogam; nem taberna têm as mais das vezes. Por isso a mocidade não cria vícios. Raro é o fumador.

É claro que sabem manejar o baralho de cartas. O que não sabem é aventurar sequer um centavo. Se usam as cartas é como singelo passatempo, quando o tempo dá para isso, como no pastoreio da Sardoeira, nas sextas descansadas dos domingos, ou pelas noites intermináveis de inverno, enquanto as mulheres cuidam da costura ou do linho.

O jogo do nicho

Nos meses de verão, na Sardoeira, as crianças brincam, e a mocidade e os adultos jogam.

O jogo de maior vulto é o *nicho*.

Eis como ali se jogava no meu tempo de rapaz, e nele entravam, uma vez por outra, as raparigas e até os homens de cabelo a arruçar. O povo é-lhe tão afeiçoado que ainda hoje se joga e com o mesmo entusiasmo.

Uma bola, geralmente de trapos, do tamanho de um punho, raramente de borracha, é o móvel principal do jogo.

Uma cova redonda *de meio alqueire*, com cerca de uns 30 cm de diâmetro de boca e uns 25 cm de fundo, é o *nicho da bola*, ou o *nicho grande*.

⁽¹⁾ *Sacalhas*, socos ou socas já muito comidas pelo uso. «Arrastar a sacalha» significa andar sem paraça.

Essa cova é feita arrancando o torrão da relva daquele prado natural.

Numa circunferência à volta do *nicho da bola*, a uns 4 ou 5 m de raio estão os *nichos dos jogadores*. São covas pequenas, redondas, de cerca de meio litro a um litro de capacidade, com uns 12 a 15 cm de diâmetro e outro tanto de fundura, separadas umas das outras por distância que varia com o número dos jogadores. Quando os jogadores são muitos, da ordem dos 10 a 12, os *nichos dos jogadores* ou *nichos pequenos* distanciam-se uns dos outros de 1,50 a 2 m. Se jogam apenas 5 a 6 pessoas, tapam-se alternadamente os buracos. Deste modo o número de *nichos pequenos* fica reduzido a metade e a distância entre eles aumentada para o dobro.

Podem jogar muitas ou poucas pessoas: grupos pequenos de 5 a 6, ou grupos maiores de 10 a 12.

Costuma ser a dono da bola quem inicia o jogo, que é uma luta encarniçada, cheia de vida, animadíssima.

Cada jogador empunha o seu *queijato*. Contam-se as pessoas e contam-se os *nichos*. Se há *nichos* de sobra, *fecham-se*, pondo-lhes um sinal qualquer, como por exemplo um tojo, uma queiroga, ou um torrão.

São tantos os *nichos pequenos* como os jogadores, menos um, porque um jogador tem que *ir com a bola*. Como veremos, será o seu dono o primeiro que *vai com a bola*, e depois será aquele que não conseguiu *apanhar o nicho*.

Joga-se a bola com os *queijatos* do pastoreio que são bastões ou varas usuais com cerca de metro e vinte a metro e meio.

O dono da bola coloca-se à borda do *nicho grande*, lança a bola para o nicho e apoia o seu *queijato* no fundo da cova. Manda que todos os jogadores se disponham a seu lado, à roda do *nicho grande*, de *meio alqueire* ou *da bola*, todos com os seus *queijatos* apoiados no fundo da cova.

O dono da bola, que é quem manda o jogo, manda andar à roda e ele juntamente, meia volta, ou uma, duas ou três voltas, todos segurando o seu *queijato* a arrastar pelo fundo da cova.

Com o olho fito num dos nichos *pequenos* que lhe fique mais a jeito, o dono da bola ao retirar, num repelão, o seu *queijato*, grita: *nicho*. Em dois saltos mete o seu *queijato* no nicho que lhe ficou mais à mão.

Num pronto, todos os paus saltam fora do nicho grande, e cada jogador procura meter o seu *queijato* num nicho pequeno. É competição de poucos instantes, de olho vivo e pé ligeiro.

Como tem de ser coisa rapidíssima, por vezes falha-se o golpe. Sucede ainda, casualmente, irem dois ou três a tentarem tomar de posse o mesmo *nicho*. O que chega primeiro e nele mete o seu *queijato* é o seu legítimo possuidor. Os outros vão a correr para um *nicho* que esteja vago.

Sucede, às vezes, irem dois e três a correr para tomarem um mesmo nicho, o que ocasiona forte competição.

Como o número de *nichos* é menos um do que o número de jogadores, um ficará sem nicho. É o derrotado nesta primeira fase do jogo, que irá com a bola. Vai buscá-la ao *nicho grande*, sai com ela na mão para fora da circunferência dos nichos pequenos e, a uma distância geralmente de dois ou três metros procura metê-la no *nicho grande*, quer arremessando-a por alto, quer tocando-a a pouco e pouco, com a ponta do *queijato*.

No momento de iniciar a jogada, quer arremessando-a quer tocando-a com a ponta do *queijato*, grita: *Bios*. É o sinal de alerta aos seus adversários.

Cada um dos outros jogadores tem por missão guardar o nicho próprio e não deixar que o *da bola* lho roube, para o que basta um leve descuido.

Além disso todos têm por obrigação bater a bola com o *queijato* para fora do círculo, em cujo meio está o nicho grande, evitando que a bola caia nele ou nele seja metida, tocada pelo *queijato* do que «anda com ela».

Não lhes é permitido bater na bola com os pés. Tocá-la com a mão só o faz o *que vai com a bola* no início da jogada, quando prefere arremessá-la por alto, ou fora do círculo do nicho grande quando um dos seus adversários a embateu para longe.

Por via de regra deita-a ao chão a uns dois metros da fiada periférica dos jogadores e vai-a tocando, pouco a pouco, com a ponta do *queijato* que não só a vai empurrando cautelosamente, como sustem as pancadas dos adversários, antepondo a ponta do *queijato*.

O que anda com a bola leva-a a pequenas pancadas. Junto da linha do adversário, não tira os olhos dos nichos. Quando um jogador procura evitar o avanço da bola, tenta batê-la, para o que arranca o *queijato* do seu nicho. Se o que *vai com a bola* é rápido, mete a ponta do seu *queijato* no nicho vazio e rouba-lho. O roubado é que vai agora tomar conta do bola, apanha a bola e continua a jogada.

Porém a grande vitória é meter a bola no *nicho grande*.

É um a atacar e todos os outros a evitar a entrada da bola, o que é difícil, no aceso da luta, que é encarnçada, com pauladas à bola.

O que *está com a bola* tem que ser hábil, tentador, insinuante, disfarçado, atrevido e ágil, para, num pulo, atravessar por entre ou por cima de uns quantos paus, e ir ao outro lado caçar um nicho vazio.

No decorrer do jogo é manifesto o espírito de luta, com correrias, saltos e pancadas sucessivas na bola.

A luta é movimentada, pelo que todos chegam a aquecer e bem quentes. Em momentos de luta empolgante o suor chega a correr em bica.

Exacerva-se o entusiástico fervor naquela singular batalha em que as armas são os varapaus, e a única bala é a bola de trapos.

A assistência interessada acompanha atentamente o jogo. Criticam-se, rindo, as más jogadas; afoitam os mais desalentados enchendo-os de coragem e batem palmas aos melhores jogadores.

Especialmente os velhotes, sempre muito interessados, são como que juízes e moderadores, com à partes mais ou menos jocosos ou mais ou menos mordazes. Assim, quando um, todo

lampeiro, vai pregar uma paulada na bola, e, num virar de mão, lhe pilham o nicho, estala a risada acompanhada de leves comentários tais como: Ah! que consolo! Soube-te bem? Pega nessa? Limpa as mãos à parede! Faz-te fino. Arregála-me esses olhos.

Apreciações de crítica inocente, nunca ofensiva. E, caso curioso, não existem asneiras na boca da garotada.

Em dado momento há uma interrupção.

Um dos jogadores ergue a voz e diz: Fecho o meu nicho para ir virar as vacas.

Põe sinal na cova para que ninguém se confunda e retira-se. É que ao redor da Sardoeira há lameiros de feno, campos de milho ou de batatas. Por isso o gado tem que andar sempre debaixo de olho. Depois de virar as vacas volta a entrar no jogo.

Quando um desses lutadores valentes consegue meter a bola no nicho grande, a proeza é assinalada com um *ganhei*, gritado em exuberante exclamação de triunfo. E o vitorioso segura a bola com os pés. É só neste momento que se toca a bola com os pés. Todos os jogadores ficam vencidos. Perdem os seus nichos. Há que começar nova jogada.

O vencedor é quem, agora, manda o jogo.

Congrega todos os companheiros à roda do *nicho grande* ou do *meio alqueire* e fá-los andar à roda, com os *queijatos* a arrastar no fundo da cova. Se a resistência a alcançar a vitória foi grande, obriga-os a andar em voltas sucessivas a seu mando. Em dada altura, rindo-se, dirá; mais uma voltinha. Às vezes finge que retira o seu *queijato*. Isto leva os companheiros a abandonarem o nicho grande, dispersos como uma bandada de pardais. Mas como a retirada do *queijato* do vencedor foi em vão, todos têm que voltar a pôr-se à roda do nicho e ficam à ordem do vencedor, até que este resolve gritar: *nicho*, e num salto vai enfiar o seu *queijato* num nicho pequeno.

Os outros, num salve-se quem puder, em árdua refrega, correm e lutam por alcançar um nicho vasio onde possam meter a ponta do seu *queijato*. Como o número de nichos é o do

número de jogadores menos um, há um, o menos lépido e desafortunado, que não ganha nicho. Será ele que vai buscar a bola ao nicho grande, e, com ela na mão, vai iniciar a nova jogada.

Este jogo, é velho mas é sempre novo, a emprestar encanto e atracção às tardes domingueiras de verão e a encher de magia a minha querida Sardoeira.

O jogo do *nicho* é o preferido, embora na Sardoeira se joguem outros, entre os quais citaremos os seguintes. O *jogo da bola de pau*, em que a bola se joga contra 9 pinos e o vinte.

O *jogo do carmo*, em que os pastores põem os seus paus em pirâmide, o *castelo*, que um deles vai procurar derribar com o seu cajado atirado a 20 ou 30 passos de distância.

Outros jogos correntes são o eixo, a barra, a cabra cega, o jogo da papoila mamoiila que pôs os ovos na caçoila e jogos de cartas, sobretudo o burro. Noutra oportunidade poderei descrever em pormenor cada um destes jogos.

Mas em Quintã o jogo preferido é o *nicho*. Ele proporciona em tantas e tantas horas de verão alegria sã e esfusiante. Gera calor, animação e chega a apaixonar, dinamizando o povo inteiro.

A RETADA

Em Quintã, freguesia da minha naturalidade, na minha meninice (1940-1950) o povo não pagava salários. Fazia-se o trabalho por entreatajuda, segundo velhos costumes comunitários.

A freguesia, como se disse, constituída por um só agredado populacional, tinha uns 30 a 40 fogos. Toda a sua gente se orgulhava, de por tão pouca, da sua independência como freguesia civil e religiosa.

Aí por 1930, os trabalhos do campo eram todos feitos comunitariamente. No entanto havia um certo condicionalismo, segundo o velho aforismo «do ut des». Isto é, «vou dar-te uma *retada* ou duas ou uma dúzia que seja, mas espero que me pagues com igualdade de serviço quando eu combinar o meu

dia». Pode mesmo dizer-se, «vou ganhar uma *retada*». Ora como todos precisavam uns dos outros, «ir ganhar uma *retada*» era dar uma ajuda contando com a retribuição da mesma ajuda.

Não havia pobres que precisassem de esmolos, embora alguns lavradores fossem menos abastados e de escassas posses. Por isso, em toda a região os povos limítrofes chamavam-nos «os ricos de Quintã».

A *retada* era geralmente uma tarde de serviço. Algumas vezes era só a manhã e raramente pelo dia todo.

O período de maior actividade era, e ainda continua a ser, o da sementeira do milho e o da plantação das batatas, coincidindo em cheio com o mês de Maio.

Nesse mês e nessas actividades não havia mãos a medir, nem tempo de sobra.

O povo está dividido em pequenos grupos de 4 ou 5 lavradores, os quais se chamam «parceiros». Estes obrigatoriamente vão com as suas vacas ajudar às vessadas uns dos outros, porque a charrua usada é das grandes e a relva dos campos é dura, pelo que esforça e cansa numa tarde as 4 ou 5 juntas de vacas.

Certamente por isso as *retadas da vessada* são só até ao meio dia ou só à tarde.

Dá-se o trabalho. O parceiro, dono da vessada, oferece a parva ao meio da manhã ou a meio da tarde. A parva é uma merenda, que, consiste em pão e azeitonas sempre, vulgarmente sardinhas ou bacalhau frito, raras vezes queijo e filhós com açúcar.

Excepcionalmente, nas grandes vessadas vi servir arroz de carne e abundância de castanhas secas cozidas.

Vinho é servido em pipos de canada ou até de três canadas, que se bebe em qualquer momento e é quanto cada um queira beber.

Os «parceiros» lavram e gradam a terra, todos os vizinhos mandam uma pessoa de enxada na mão ganhar a *retada*, para ajudar a cavar a *seita*, a leiva, que em Quintã não tem outro nome. O cavar uma *seita* é pois cavar e esboroar a porção de terra que a charrua revirou de uma ponta à outra do campo.

Em Quintã, como em toda a região, e fora dela, a vessada é a lavra dos campos para a sementeira.

Em Quintã esta lavra é feita em serviço comunitário de uma manhã ou de uma tarde, em que se lavra e cava uma ou mais terras, como é uso e costume.

Ali os terrenos sofreram ao longo dos tempos muitas partilhas entre herdeiros. Os campos são diminutos, por isso rara é a vessada que não obrigue a carregar os *arreios* no carro, e, na mesma tarde, ser preciso lavrar vários campos.

Os *arreios* são o conjunto das alfaias para a lavra: charrua, grade e *cambões*. Antigamente usava-se a *sega*, que era uma espécie de arado sem relha e sem *abiacas*, em vez destas duas partes uma lâmina com que vai cortar a terra facilitando a lavra da charrua. Só uma vez vi utilizar a *sega*.

Os dos *arreios*, isto é, os homens que lavram gradam e *tangem* ⁽¹⁾ as suas vacas, têm uma parva melhorada. Esta é constituída, como sempre, de pão e azeitonas e, usualmente, ovos fritos com chouriço ou salpicão, ou carne estufada de coelho, galinha ou cabrito.

Compreende-se e justifica-se a parva melhorada, porque a lavra é feita a passo largo, por vezes em autêntica corrida, demandando esforço violento, sobretudo para o lavrador que vai agarrado às duas rabiças da charrua.

As *retadas* no moinho.

Na vida comunitária de Quintã existe o Moinho da *Barroca*, com *retadas* para a maior parte dos vizinhos.

É usual dizer-se: tal dia é a minha *retada* no moinho da *Barroca*.

As *retadas* no moinho eram, e são, na generalidade de 24 horas.

Por herança, alguns vizinhos passaram a ter mais horas de *retada*.

Por partilhas de data recente outros passaram a ter menos, com *retadas* de apenas algumas horas.

(1) *Tanger* é o único verbo usado em Quintã, que exprime a acção de tocar as vacas *jonguidas* ao *cambão*.

A família dos Barreiros tem moinho próprio, o moinho da Sardoeira. Minha mãe, que é Barreiro, tem lá a sua parte, além de algumas horas de *retada* no moinho da Barroca.

São estes os dois moinhos da área paroquial, mas alguns vizinhos têm *retadas* noutros moinhos de fora da freguesia.

A obrigação estrita da restituição do serviço prestado pelas *retadas* é tão obrigatoriamente imposta, que é corrente um vizinho, a propósito de uma desconsideração ou afronta, desabafar desta forma. *Não há retada que se não pague*. E como remate. Largos dias tem cem anos.

São duas ameaças que bradam aos céus a clamar vingança num desejo de justiça.

Como acabamos de ver, em Quintã subsistem ricas manifestações comunitárias, que reflectem a existência, entre os habitantes daquele povoado e pequenina freguesia, de um sentimento de harmonia e solidariedade, que muito concorreu, e sob certos aspectos — sobretudo na mata comunitária — ainda hoje, certamente, concorre para um equilibrado nível social e económico.

Quintã bem merecia a publicação de uma monografia, em que todos os velhos usos e costumes fossem relatados e justamente apreciados.

Cimo de Vila de Castanheira
Outubro de 1978

O jogo do chincalhão

em Trás-os-Montes

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. jubilado de Antropologia e Sociologia da F. C. da U. P.
antigo Director do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»

O chincalhão é jogo de cartas, com variável número de jogadores empareirados em dois grupos.

Assim, se os jogadores são 4 empareiram 2 a 2. Se jogam 6 empareiram 3 a 3. Se os jogadores são 8 ou 10, jogam 4 contra 4 ou 5 contra 5. É jogo de apostas e não há trunfo.

Joga-se com o baralho de 40 cartas.

As primeiras vezes que vi jogar o chincalhão, e depois o joguei muitas vezes, foi de inverno, à lareira, na Quinta de S. Pedro ⁽¹⁾, freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, Trás-os-Montes.

Ali a série dos valores das cartas, por valia decrescente, é a seguinte: dois de paus, o *duque*; valete de paus, o *cavalo*; quina de ouros, o *cinco ouros*: quina de paus, o *cinco paus*; dama de espadas, a *sota*; quadra de paus o *quatro paus*; sete ou manilha de copas, o *manilhão*; sete ou manilha de ouros, a *manilha*; ás de espadas, o *mata ternos* ou *espadilha*.

(1) A Quinta de S. Pedro é um pequeno povoado que teve 32 fogos, hoje reduzidos a 20, devido à sangria populacional migradora, especialmente para França e para Lisboa.

Naquelas redondezas, pequeninas povoações no género da de S. Pedro, conhecem-se a Quinta de Santo André, a Quinta da Roca e a Quinta das Quebradas.

Seguem-se os ternos e os duques, e, depois, os valores correntes, ases, reis, valetes e damas, etc. (1).

Os jogadores, como é natural, dispõem-se alternadamente à roda da mesa.

É jogo corrente no leste trasmontano e também nalgumas terras minhotas. Vi-o jogar e joguei-o uma noite em Mindelo, concelho de Vila do Conde. O querido amigo Prof. Doutor Celestino da Costa Maia, estudou-o num inquérito que fez nos concelhos de Vila do Conde, da Maia, de Santo Tirso e da Póvoa de Varzim (2).

O chincalhão joga-se, em Trás-os-Montes, a copos de vinho. É mesmo considerado como jogo de taberna.

Além dos jogadores, muitas vezes, há um companheiro, o *contador*, que vai contando os tentos ou pontos de cada grupo, e segue atentamente as jogadas, para evitar manigância de contagem, ou simples lapso, o que às vezes sucede quando não há *contador*.

Consideraremos o jogo de 4, mais simples, e suficiente para explicar as regras do jogo.

Para maior número de jogadores, 6 ou 8, e excepcionalmente 10, as regras são as mesmas. A única diferença é a de a dama de ouros, a *douradinha*, passar a ser a carta de maior valor.

Os quatro jogadores, postos em cruz à roda da mesa, acordam em quanto há-de valer a partida.

(1) Em Mindelo, conc. de V. do Conde, é frequente o chincalhão de 8 e 10 jogadores, emparelhados 4 a 4 ou 5 a 5.

Ali, a sequência decrescente das cartas nos grupos de 8 ou 10 jogadores é a seguinte *ás de paus; ás de ouros; valete de paus, o garujo; dama de ouros, a dourada; quina de ouros, o cinco ouros; quina de paus, o cinco paus; dama de espadas, a bufa; ás de espadas, o ferro; quadra de paus, a carrela; sete de copas, a carrelinha*.

Seguem-se os ternos e os duques e, depois, os valores correntes.

(2) Celestino Maia, *Chincalhão (Jogo de cartas)*, in «Douro Litoral — Boletim da Comissão de Etnografia e História», Oitava Série, VII-VIII, Porto, 1958, 8 págs., e 2 Figs.

É corrente, digamos, quase sacramental, no jogo de 4, ser cada partida a um quartilho, ou seja meio litro de vinho; mas pode ser mais, se tal for combinado.

O vinho é pago pelo grupo que perde, mas bebem todos.

O *contador*, acabado o jogo, manda o taberneiro medir um quartilho para uma caneca e trazer um copinho.

O *contador* é o primeiro a beber. Escorropichado o copinho, serve uma rodada, dando a cada jogador o seu copinho.

INÍCIO DO JOGO

Para começar o jogo um jogador de um dos grupos, a que podemos chamar grupo 1, vai dar cartas.

Para isso há que as embaralhar como melhor ou pior entender.

O que tem as cartas nas mãos pode dar-lhe as voltas que queira, desde que não procure ver as cartas que vão ficando à cara.

Se algum dos parceiros do outro grupo, a que podemos chamar grupo 2, dá pela habilidade, logo reponta, geralmente nestes termos.

— Baralha a direito, não estejas a mirar-lhe as fraldas. Não vale ver-lhe as fraldas.

Todos estão atentos ao baralhar.

Cada grupo, geralmente, confia a um dos seus parceiros o papel de orientar as jogadas, é o *mandador*.

Cartas baralhadas cabe ao jogador do outro grupo (grupo 2), que está à esquerda do que dá cartas, *partir o baralho*.

É frequente o *mandador* do grupo 2 dizer de lá ao seu parceiro que vai partir.

— Parte-me por esse meio.

Mas pode sugerir que parta pelo fundo ou pelo cima, ou, até, que parta por um certo número de cartas, duas três ou mais, quer por cima quer pelo fundo.

O que vai partir quando lhe palpita que, à cara há boas cartas ou por cima ou por baixo limita-se a dar uma palmada no baralho e a dizer: *está partido, dê cartas*.

O DAR DAS CARTAS

O jogador que tem o baralho vai dar três cartas a cada jogador, a começar sempre pela direita, à *semeador*.

No entanto podem ser dadas por cima ou pelo fundo.

Podem ser dadas seguidas, *de corrida* ou à *data redonda*, 3 a cada jogador, ou interpoladas, isto é, dadas 1 a 1 em 3 voltas, ou, em duas voltas, 2 e 1 ou 1 e 2.

A este dar de cartas interpolado chamam *dar à padeira* ou à *cagada*.

Quando dão cartas interpoladas e perdem, é frequente comentarem.

— De pouco te valeu dares à *cagada*. Perdeste.

O jogador a quem vai caber a vez de baralhar e dar cartas, quando colhe as vasas jogadas, atenta nas cartas de valor, vai-as compondo, procura juntá-las de modo conveniente, de maneira tal que, depois de baralhar fica a saber, com certo grau de aproximação, onde ficam as boas cartas. No entanto, e para despistar, enquanto as ajeita o melhor que pode, baralha e vai dizendo.

— Eu cá não ando atrás delas.

Também é frequente ouvir-lhe dizer com ar fanfarrão.

— Eu cá dei cartas, sei onde elas estão.

Se ao partir lhe *partem por elas*, dirá com jactância.

— Agora vai sair a roda toda. Vou botar a ronda toda fora.

O dar das cartas no chincalhão, nas mãos de alguns artistas no amanho do baralho, é de grande importância para a distribuição das cartas de valor, em parte também dependente do modo como o baralho for partido.

Dadas as cartas, 3 a cada jogador, o que deu cartas e o seu parceiro (continuamos a considerar o jogo de 4) ficam calados. Compete aos outros abrir o jogo. São eles *a falar*, e um, sempre o melhor jogador, o que manda o jogo, o *mandador*, dialoga com o seu parceiro e dirá.

— Então parceiro, vamos lá ou quê?

Entretanto, se podem, sem que os outros se apercebam, cada jogador, à sorrelfa, procura indicar ao mandador, por sinais, as cartas que tem na mão, de modo a habilitá-lo a orientar convenientemente a jogada.

Como resposta, em conversa aberta, vêm as frases que se seguem ou outras similares.

— Eu querendo queria.

Isto é, em o parecendo querendo jogar também quer.

— Tenho três cartas como três telhas.

— A mim pouco veneno me mata.

— O meu jogo é de rapaz, duque terno e ás.

— Tenho um jogo farrabrás: um terno, um duque e um ás.

— Tenho um jogo de farrabrás: um terno, um duque e um ás por detrás.

— A primeira quer, a segunda é de papel e a terceira o diabo que a leve.

Esta frase é corrente ao apanhar as cartas uma a uma, e à medida que as vão vendo.

— Tenho tanto jogo que me dá pelos peitos.

— Tenho três cartas que botam pelos peitos a um cavalo.

— Eu cá não tenho nada.

Neste caso o mandador costuma ripostar.

— Nada?! Nada pito que te afogas.

— Eu cá tenho uma cartinha.

O mandador procura esclarecimento e pergunta.

— É só uma cartinha? Bem sabes que um pássaro só não faz ninho.

O avisado muitas vezes responde — Tenho mais uns enreditos, uns pouco nada.

Este diálogo pode prolongar-se mais ou menos, procurando os jogadores com sinais discretos indicar ao mandador as cartas de valor que têm na mão.

Assim um ligeiro arregalar de olhos, corresponde *ao duque*; uma piscadela de olhos, *ao cavalo*; ligeira projecção de lábios, como quem dá um beijinho, *ao cinco de ouros*; ligeira torção da comissura labial, *ao cinco de paus*, entremostrar a ponta da língua, *à sota*; repetidos movimentos labiais, como quem reza

baixinho, *ao manilhão e manilha*; afastar e soerguer o dedo polegar da mão direita, ao ás de espadas, *o mata ternos*.

O diálogo entre os jogadores do grupo 2 e as senhas que conseguirem fazer, pode criar-lhes a convicção que não têm jogo com probabilidade de ganhar. Então o *mandador* ao pôr as suas cartas sobre o baralho dirá.

— Baixamo-nos e damos dois tentos.

Pode, no entanto, após hesitações mais ou menos artificiosas e simuladas, quando tem jogo mediano ou até jogo forte, o grupo 2 decide-se a jogar. É corrente o *mandador* dizer.

— Quem dá dois dá três. Vamos jogar. Eles ainda podem ter menos do que nós.

Pode o *mandador* ser o último a jogar e não ter carta de valor capaz de ganhar a primeira vasa, que é *vasa e meia*. Então dialoga com o seu parceiro que vai jogar e, com mais ou menos rodeios, termina por lhe dizer.

— Faz o teu jogo. Tu lá vês. Quem as vê não é cego.

Antes de carta batida o grupo 1, que deu cartas, se não tem jogo pode baixar-se e dá dois tentos.

Se tem algumas cartas de valor inicia-se a jogada das 3 cartas dadas.

Será o parceiro do grupo 2, imediatamente à direita do que deu cartas, o primeiro a pôr carta na mesa.

E então é ouvi-lo perguntar ao parceiro mandador.

— Como quer que jogue?

Muitas vezes o perguntado responde.

— Uma até mim, que nem pintas tenha.

Ou mais simplesmente.

— Uma até mim.

Mas se o mandador não tem jogo forte e fôr o último a jogar, com poucas probabilidades de ganhar a primeira vasa, que, como já se disse vale *vasa e meia*, dirá ao seu parceiro.

— Faz o teu jogo. Tu lá vês. Quem as vê não é cego.

A primeira rodada do jogo das 3 cartas é conduzida de modo a ganhar a primeira vasa, que é *vasa e meia*. Isto porque, se na 3.^a rodada houver empate, com dois ternos ou dois duques

ou outras cartas de igual valor, dois ases, dois reis, etc., ganha o grupo que fez a primeira vasa, e conta 3 tentos. *Ganha pela prima.*

Na jogada da primeira mão pode haver empate fortuito, e às vezes provocado, por exemplo de dois ternos.

O jogo prossegue a *correr à melhor*, isto é, cada jogador junta as duas cartas que tem na mão, com a de maior valor à cara.

Neste *correr à melhor* é frequente fazerem-se apostas sucessivas de *mais três*.

APOSTAS

Na sequência das três rodadas de cada jogo, podem fazer-se apostas.

Assim o parceiro do grupo que ganha o primeira vasa (consideremos o grupo 1), antes de jogar a sua carta na 2.^a rodada, pode perguntar ao seu *mandador*.

— Como queres que jogue?

O *mandador* dir-lhe-á, conforme as cartas de que o grupo dispõe.

— Joga calado. Deixa vir até mim.

Ou então, se tal lhe parece conveniente, ordena ao parceiro em tom afoito.

— Canta-lhas. Anda põe-lhos.

Aquele a quem compete jogar, obedecendo à ordem do parceiro *mandador*, voltando-se para o companheiro do grupo 1 que lhe fica à direita, dirá.

— Não jogo sem ser para seis.

O *mandador* do grupo 2, em consulta aberta com o seu parceiro a quem compete jogar, decidirá o que convém fazer entre as duas seguintes posições.

Recusar a aposta, baixar o seu jogo e acabou-se a jogada. O grupo 1 ganha 3 tentos.

Pode aceitar a aposta, e então dirá.

— Jogue lá a ver.

Se a carta jogada é de pouco ou nulo valor o *mandador* do grupo 2 procurará ganhar esta segunda vasa.

Se a ganhar, como a primeira vasa foi do grupo 1, a tal que vale *vasa e meia*, os grupos ficam em igualdade de vasas, mas com vantagem da primeira vasa.

A terceira rodada decidirá quem vai ganhar. Se empatarem, ganha o grupo 1 *pela prima*; se o grupo 2 ganhar a 3.^a vasa serão para ele os 6 tentos daquela jogada, postos pelo grupo 1.

Mas, na sequência desta 3.^a rodada as apostas podem prosseguir.

Um exemplo considerado sempre o jogo de 4.

O grupo 2 com a segunda vasa feita e com a carta de mais valia, o *duque*, na sua mão ou do seu parceiro, terá a certeza absoluta de ganhar.

Se o *duque* está na mão do mandador e é ele a jogar dirá.

— Pois eu cá não jogo sem ser para 9.

O grupo 1 ou se baixa e só perde 6 ou aceita os 9 e manda jogar. Logo o *duque* é *chimpado* na mesa. Acabou a jogada e o grupo 2 ganhou 9 tentos.

Porém, se o *duque* não está na mão do jogador do grupo 2 a quem compete jogar a seguir ao companheiro do grupo 1 que pôs a aposta dos 6, mas na do seu parceiro, as coisas muitas vezes levam a novas apostas.

Lançada a aposta de 6, o jogador do grupo 2 a quem compete a seguir jogar, declara afoito que não joga senão para 9.

Se a aposta é aceite, e ele joga uma carta de pequeno valor e o jogador do grupo 1 que se segue tem, por exemplo, o *cavalo* ou o *cinco de ouros*, pode animar-se, e muitas vezes se anima, e então dirá.

— Cabe-me a mim a vez de falar. Pois eu cá não jogo senão para 12.

Se a aposta é aceite e ele põe na mesa o *cavalo* ou o *cinco de ouros*, cabe a vez de falar ao jogador do grupo, que, por hipótese, tem o *duque*. Este, por sua vez dirá com afoiteza.

— Ponho-lhe mais 3 e há-de ser para 15.

Se a aposta é aceite pelo grupo 1 ele põe o *duque* na mesa dizendo: — Cá está o rei da manada. O grupo 2 ganhou 15 tentos, ou seja meio jogo, pois ganha a partida quem fizer trinta.

Quando tal sucede, os ganhadores atingirem 15 tentos, costumam dizer.

— Já temos meia sola cosida. Falta a outra meia.

Pode a aposta de 15 não ser aceite: então acaba a jogada e o grupo 2 ganha só 12 tentos.

Quando, como no caso acima exposto, o *cavalo* perde a aposta batido pelo *duque*, o comentário habitual é este.

— O raio do cavalo pregou-nos parelha.

Muito naturalmente que as apostas sucessivas dependem do modo como estão distribuídas as cartas de mais valia.

Continuamos a exemplificar com o jogo de 4.

Se um jogador tem o *cinco de paus*, que é já uma boa carta e o seu parceiro tem o *cavalo*, antes de jogar o *cinco de paus* põe mais 3 tentos. Se os parceiros do outro grupo têm o *cinco de ouros* e o *duque*, mandarão jogar para mais 3 tentos. Aceite a aposta põe o *cinco de ouros* na mesa, que ganha ao *cinco de paus*. O jogador seguinte que tem o *cavalo*, anima-se, pode pôr, e muitas vezes põe, mais 3 tentos. Aceite a aposta põe o *cavalo* na mesa que mata o *cinco de ouros*. Cabe ao último jogador, que por hipótese tem o *duque*, de dizer com maior ou menor vibração que não joga sem ser para mais 3.

Se o outro grupo desconfia que irá sair o *duque*, não aceita o desafio, e fica a valer em tentos os da última aposta precedente.

O jogador que tinha o *duque* procura metê-lo no meio do baralho.

Um dos companheiros do outro grupo às vezes pede.

— Deixa lá ver a carta que tinhas.

Enquanto a mete no meio do baralho a resposta não se faz esperar.

— Meu amigo, quem as quer ver manda-as estender.

Se um jogador com jogo na mão, por timorato não fez a aposta, pondo por exemplo 6, ganhando por isso só 3 tentos, o seu parceiro, por exemplo, logo comenta em ar de censura.

— Mão errada jogo perdido.

O que tinha o *duque*, não só no caso referido, mas sempre que tenha esta carta e se baixe o jogo, procurará surripia-lo, empalmando-o e metendo-o por exemplo na manga do casaco. Entrará com ele em jogo quando se apresentar oportunidade conveniente.

No chincalhão, o roubar uma carta parece ser moeda corrente.

Mas é preciso habilidade para que os companheiros do outro grupo não deixam por ela.

Se tal sucede, voltam-se para o surripiente e dizem.

— Olha lá. Queres que joguemos com 39 cartas? Passa para cá a carta que roubaste.

Na sucessão das apostas, algumas vezes sucede o apostador ter-se afoitado a pôr mais 3 tentos, sem ter qualquer carta de valor. Se a aposta é aceite ele tem de jogar a carta de pouco ou mínimo valor.

É uma aposta falsa. Assim fica descoberto o *falseiro*, que se umas vezes ganha outras perde. Parece que serão mais as vezes que perde do que as que ganha, aliás bem expresso no dizer que muitas vezes ouvi em comentário.

— Jogador falseiro pagador de quartilhos.

Quando um jogador mete uma *falseira*, quer declarada, quer descoberta por ter sido aceite a sua aposta feita sem carta de valia justificativa, um companheiro, em ar de censura, muitas vezes dirá.

— Quem não pode segar, pisa.

Comentário com grande propriedade.

Na segada dos cereais, quer na *segada à rancha* ou a *eito* quer à *sucada*, cada segador deve acompanhar a linha dos mais segadores e não ficar para trás. Quando não pode aguentar o ritmo dos outros segadores, não sega como é de regra, e pisa o cereal, em vez de o segar. Isto é, faz falcatrua em serviço mal feito.

CONTAGEM DOS TENTOS

Como já vimos, cada jogada de 3 cartas permite ganhar 3 tentos a quem ganhar duas vasas, ou ganhar a primeira e empatar a terceira. Por isso, como já se disse, a primeira vasa é considerada *vasa e meia*.

Os tentos vão-se contando a 3 e 3 ou a 2 e 2 no caso de um grupo se baixar antes de se iniciar a jogada.

Vão-se somando os tentos, à medida que se vão ganhando. Ganhará a partida quem fizer 30.

Quando um dos grupos chega a 15 é corrente exprimirem o seu contentamento proclamando.

— Já temos meia sola cosida.

Acima de 15 a contagem volta à unidade. Assim se um grupo tinha 13 e ganha 3, não se lhe contam 16, mas 1 de cima.

Se um dos grupos ganhou só uma jogada e tem apenas 3 tentos e o outro atingiu 18, ou sejam 3 de cima, os números são iguais, 3 e 3, com a diferença de uns serem de cima e os outros de baixo.

Um dos jogadores com os poucos tentos, pode, em ar de graça, dizer.

— Afinal estamos iguais, 3 e 3.

A resposta em contestação do grupo a ganhar, é muitas vezes esta.

— Sim. Estamos iguais. Só com a diferença que os nossos são *cevados* e os vossos são *laregos*.

Esta comparação é judiciosa e feliz. *Cevado* é o porco gordo na quadra das matanças. *Larego* é um porco pequeno em criação, a que também chamam *de meia caldeira*.

O TRUCO E O NÓ DE CÃO

Na sequência do jogo cada um dos grupos vai somando tentos. O primeiro que faz trinta pontos ganha a partida, e ajuda a beber o quartilho de vinho, pago à conta dos outros.

Continuaremos a considerar o grupo 1 e o grupo 2 do jogo de 4.

Quando um grupo chega a 10 de cima, ou seja apenas a 5 tentos dos 30 para ganhar o jogo, está-se no *truco*.

Nesta altura do jogo quando são os do grupo de baixo (conta de menos de 15) a dar cartas, a jogada é para 3 tentos.

Mas, quando são a dar cartas os que têm 10 de cima, ou acima, só se joga para um tento, a menos que se ponha *truco*.

A 10 de cima já se está em *truco*, mas só na mão dos que estão de cima.

Se os de baixo, vistas as cartas que receberam, lhes afigura que podem ganhar a jogada, dizem *truco*. Se o *truco* é aceite pelos de cima, joga-se para 3 tentos. Muitas vezes os de baixo reforçam a aposta dizendo.

— *Truco*, e carta batida é para 6 tentos.

Quando os de cima atingem 11 ficam no *nó de cão*.

A designação de *nó de cão* reflecte o facto de, normalmente, ser difícil de arrancar dali. Como se está apenas a 4 pontos de 30, final do jogo, os do outro grupo fazem apostas sucessivas e até audazes.

Uma delas, e corrente, posta mesmo antes de dar cartas, é assim expressa.

— 6 até que se vire.

Isto é, até que se vire a contagem, ou seja, até os que têm menos de 11 de cima passarem a ter pelo menos 12 de cima.

Neste caso dos — 6 até que se vire — é frequente o gracejo, «até que se vire esta mesa de pernas para o ar».

As jogadas que se seguirem, até que vire a contagem, são todas para 3 tentos, mesmo que os de cima se baixem.

Quando os mais adiantados chegam a 14 de cima, o jogo está à *manda*.

Em cada jogada os de 14 são sempre a verem-se e a *mandar*.

Se jogarem joga-se para 3, se baixarem dão 2.

Os menos adiantados na conta quando os outros chegam a 14 de cima, costumam dizer

— Agora comemos à rica. Comemos pela mão deles.

Razão disto é estarem os adiantados, apenas a um ponto do final do jogo ou da partida, e serem eles *a verem-se*. Se não tiverem bom jogo *baixam-se* e dão dois tento. Se jogarem e perderem darão 3 tentos.

Sempre que ambos os grupos atingem igualdade de posição, ambos com 14 de cima, o jogo está forçosamente em *truco*, *está*, como dizem, *trucado pelo baralho*.

A jogada seguinte será a de acabar a partida, será pois decisiva.

Se um grupo tiver 13 e o outro 14, também se acaba o jogo na jogada pendente. Tem sempre que se jogar, pois mesmo que se não jogue o que se baixar perde. O que tem 14, para ganhar, só lhe basta um tento, e o que tem treze precisa 2 tentos. Se o que tem 14 se *amarrar* dá 2 tentos e o de 13 ganha.

Se o que dá cartas na última jogada, decisiva do grupo ganhador, distribuir mal, e o seu grupo perder, especialmente o seu parceiro dirá.

— Foste o burro juiz de Mós.

Corre na tradição que houve um juiz em Mós, aldeia do concelho de Moncorvo, que sempre dava sentenças tortas.

Quando um grupo não consegue fazer sequer um tento, diz-se que *fica sapateiro*.

Quando um grupo ganha a primeira partida, logo os companheiros do outro grupo dizem por desfastio.

— O primeiro jogo é dos garotos.

Se um grupo não conseguiu em todo o jogo ganhar senão 2 tentos, o comentário costuma ser este.

— É para cada um embarrar o seu chapéu.

Como remate deste pequeno trabalho, julgo de interesse fazer algumas considerações, digamos de Etnografia comparada, com o chincalhão jogado no Minho, que o Prof. Celestino Maia publicou no seu trabalho *Chincalhão — Jogo de cartas*, atrás citado.

Sabia que o chincalhão se jogava em Mindelo (Vila do Conde) e mesmo lá o joguei uma noite, em casa da Senhora Laurinda Narciso, viúva de um grande lavrador, mulher que gozou de geral e bem merecida consideração por toda a gente da terra.

A Sr.^a Laurinda disse-me que dantes — e este dantes referia-se há 40 ou 50 anos —, durante o inverno, conhecidos e amigos, especialmente de Moreiró e de Vila Chã, vinham até Mindelo para jogar o chincalhão. Era frequente jogar-se 3 vezes por semana, e até tarde, quase sempre até às duas horas da manhã, ou da madrugada. Algumas noites jogava-se quase até ao ser dia. No fim, ao desfazer da jogatina «uma merendola de figos e vinho». «Todo o inverno era a nossa principal distracção. Aos domingos, em vez de se estar a namorar, jogávamos o chincalhão. Marcavam-se os tentos a grãos de milho».

Como se vê, em Mindelo o chincalhão foi muito corrente nas noites de inverno. Era jogo de lavradores.

Mas foi a leitura do trabalho do Prof. Celestino Maia sobre o chincalhão, que nos forneceu quantidade de claros e formais elementos que vamos pôr em paralelo com a modalidade trasmontana do mesmo jogo.

Num arrumo sintético das 14 regras o Prof. Celestino Maia marcou-as pelas primeiras 14 letras do alfabeto (pág. 6 do seu trabalho), regras que correspondem ao chincalhão que, em criança, muitas vezes viu jogar em Guilhabreu, sua terra natal.

a) Baralho de 40 cartas é a regra geral.

No entanto, na pág. 7, refere que nem sempre se joga com todo o baralho. Em Modivas (ò), concelho de Vila do Conde, se os jogadores são 12 joga o baralho inteiro; se forem 10 suprimem-se os duques; se forem 8, além dos duques suprimem-se mais 6 cartas, das sem valor.

b) Número de jogadores.

Varia de 4 a 12, dependente do número de pessoas dispostas a entrar no jogo. Na pág. 7, o Prof. Celestino Maia, refere que os lavradores, de um modo geral, não gostam de mesas pequenas só de 4 parceiros; que na Trofa preferem mesas de 6 e em Modivas (ò) mesas de 8 ou 10.

- c) A mão, ou seja o dar cartas, passa pela direita.
- d) Um jogador baralha, e, a seguir ao da esquerda ter partido, dá 3 cartas a cada jogador.
- e) As 3 cartas dadas vão originar 3 vasas.
- f) Ganha a jogada o grupo de parceiros que fizer duas vasas.
- g) Cada jogada, normalmente vale 3 pontos que marca 1 tento. A partida ou jogo completo é de 30 pontos, ou seja, 10 tentos.

Em Mindelo, como dissemos, cada 3 pontos ou 1 tento marcava-se, geralmente, com um grão de milho ou um feijão. As duas carreiras de milho eram postas lado a lado, o que dava objectiva e imediata conta do andamento do jogo. Tantos grãos de milho tantas vezes 3 pontos.

Na pág. 8, o Prof. Celestino Maia informa que os pescadores poveiros jogam muitas vezes o chincalhão na praia, ao abrigo dos barcos, e fazem a marcação com pequenos seixos ou conchas, ou ainda com riscos na areia.

Na mesma pág. 8 lê-se: «Em Fornelo(ê) usa-se uma marcação feita com traços de lápis em papel, que, por nos parecer digna de especial relevo esquematizamos na figura anexa».

Julgo que tal marcação merece relevo, por isso a copiamos e reproduzimos. Começam por 5 traços sensivelmente paralelos, valendo cada traço 3 pontos ou 1 tento. Fechado o quadrado por dois traços paralelos um em cima e outro em baixo marcam-se os tentos 6 e 7. Depois as diagonais do quadrado marcam os tentos 8 e 9. Por fim, uma circunferência tendo por centro o ponto de encontro das diagonais marca o 10.º tento, ou seja os 30 pontos com que se ganha a partida (Fig. 1).

Na mesma pág. 8 se informa que os lavradores costumam ir juntando os grãos de milho ou feijões no arco de uma chave, ou entre a lâmina e o cabo de um canivete semiaberto.

h) O jogo é dirigido, *mandado* ou *corrido*, pelo jogador mais hábil de cada grupo adverso. Ainda na mesma página esclarece: os lavradores dizem *mandar o jogo* e os pescadores dizem *correr o jogo*.

i) Cada grupo é orientado pelo parceiro que *manda* ou *corre* o jogo, para o que tem que tomar conhecimento das cartas dos parceiros do seu grupo.

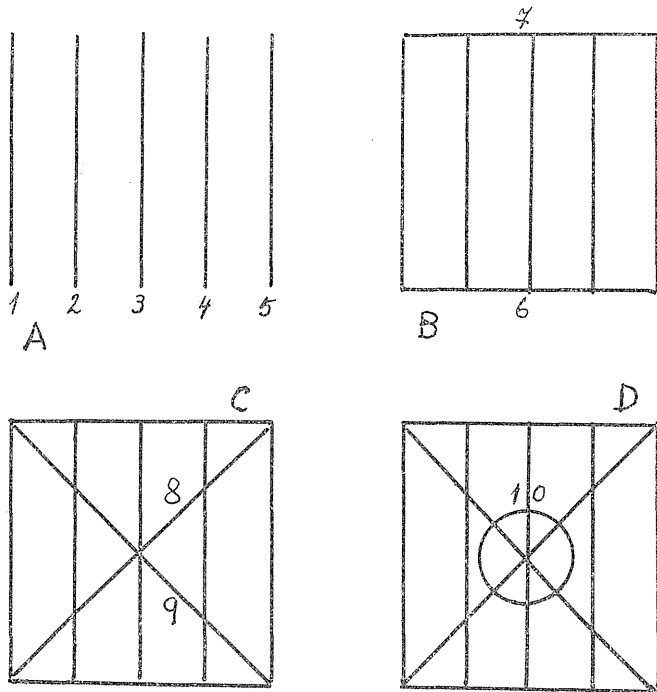


Fig. 1—Marcação de tentos no jogo do chincalhão em Fornelo, Vila do Conde. A—Marcação dos cinco primeiros tentos. B—Marcação dos tentos 6 e 7, fechando o quadrado. C—Diagonais do quadrado marcam os tentos 8 e 9. D—A circunferência marca o 10.º tento.

j) O que *manda* toma conhecimento das cartas de valor dos seus parceiros por meio de sinais fisionômicos, semelhantes aos que dissemos serem correntes em S. Pedro, ou por sinais digitais, ou ainda, e até, passando directamente as cartas recebidas para a mão do que *manda*, que, depois de as olhar, as devolve ao parceiro.

Na pág. 8 o Prof. Celestino Maia informa, que nas terras em que a indicação das cartas se pode fazer quer por sinais

quer passando-as directamente às mãos do que manda o jogo, «as mesas que adoptam este último processo são consideradas de menos categoria».

l) No chincalhão não há trunfo. As cartas de valor marcante constam de uma escala de valores sucessivos, escala «um tanto variável de terra para terra».

Seguem as 3 escalas dadas pelo Prof. Celestino Maia em paralelo com a que colhemos em Trás-os-Montes, na Quinta de S. Pedro, concelho de Mogadouro.

Quinta de S. Pedro Mogadouro	Guilhabreu, Vila do Conde	e Vila Chã Modivas	Mindelo
<i>Duque</i> (2 de paus)	<i>Dois de paus</i>	<i>Ás de paus</i>	<i>Ás de paus</i>
<i>Cavalo</i> (valete de paus)	<i>Ás de ouros</i>	<i>Ás de ouros</i>	<i>Ás de ouros</i>
<i>Cinco ouros</i> (quina de ouros)	<i>Ás de paus</i>	<i>Conde de paus</i>	<i>Garujo</i> (valete de paus)
<i>Cinco paus</i> (quina de paus)	<i>Conde de paus</i> (valete de paus)	<i>Men.^a de ouros</i>	<i>Dourada</i> (dama de ouros)
<i>Sota</i> (d. ^a de espadas)	<i>Men.^a de ouros</i> (dama de ouros)	<i>Cinco ouros</i>	<i>Cinco ouros</i>
<i>Quatro paus</i> (quadra de paus)	<i>Cinco ouros</i>	<i>Cinco paus</i>	<i>Cinco paus</i>
<i>Manilhão</i> (sete de copas)	<i>Cinco paus</i>	<i>M.^a de espadas</i>	<i>Bufa</i> (d. ^a de espadas)
<i>Manilha</i> (sete de ouros)	<i>M.^a de espadas</i> (d. ^a de espadas)	<i>Quatro paus</i>	<i>Ferro</i> (ás de espadas)
<i>Espadilha ou</i> <i>mata ternos</i> (ás de espadas)	<i>Quatro paus</i>	<i>Sete de copas</i>	<i>Carrela</i> (quadra de paus)
<i>Ternos</i>	<i>Sete de espadas</i>	<i>Ás de espadas</i>	<i>Carrelinha</i> (sete de copas)
<i>Duques</i> valores correntes	<i>Ás de espadas</i> <i>Ternos</i> valor. correntes	<i>Ás de copas</i> <i>Ternos</i> valor. correntes	<i>Ternos</i> <i>Duques</i> valores correntes

Nestas quatro escalas vêem-se algumas diferenças na sequência dos valores das cartas e nas designações especiais dadas às mesmas.

Na pág. 10 do trabalho do Prof. Celestino Maia apontam-se algumas diferenças relativamente à escala de Guilhabreu.

Assim, em Fernelo(ê) se jogam 10 parceiros a escala é a mesma de Guilhabreu. Se jogarem 8 o dois de paus é anulado e o ás de ouros fica à cabeça da escala; se jogarem 6 o ás de paus é agora a carta de maior valor.

Na mesma pág. 10 lê-se: «No meio piscatório a escala das cartas começa no dois de paus, se o jogo for de oito parceiros, no valete de paus, se for de seis, e no cinco de ouros, se for de quatro. Escala que, pelo menos nos primeiros três valores, se sobrepõe à que colhi em Trás-os-Montes no jogo de oito.

Ainda na mesma pág. 10 vêm registados «os nomes especiais, mais ou menos pejorativos», dados a certas cartas do jogo do chincalhão a saber:

Dois de paus: *escambilho* (Guilhabréu) e *zangarelho* (Póvoa de Varzim e Caxinas).

Ás de paus: *escambilho* (Trofa).

Valete de paus: *conde de paus* (Guilhabréu e Vila do Conde), *garujo* (generalizado) e *burro* (Trofa).

Dama de ouros: *menina de ouros* (Guilhabreu, Vila Chã, Fornelo, Modivas e Caxinas) e *bruxa* (Caxinas). Em Mindelo é *dourada*.

Quina de ouros: *cinco de ouros* (generalizado), *chincalhão* (Póvoa de Varzim e Caxinas).

Dama de espadas: *bufa* (Guilhabreu, Fornelo e Trofa), *sota parda* (Trofa) e *velha* (Vila Chã).

Quadra de paus: *carrela* (Guilhabreu, Fornelo e Modivas).

Ás de espadas: *ferro* (Guilhabreu, Trofa, Modivas e Vila Chã), *unha* (Póvoa de Varzim e Caxinas), *pico* (Trofa).

Ás de copas: *penico* (Modivas).

m) Em qualquer altura do jogo, «um mandante, ou qualquer jogador, por ordem do seu mandante, pode dizer aos adversários, no momento em que tem de jogar — *Eu não viro*

(ou não jogo) sem mais três — ao que o mandante responderá ou mandará responder: *vire (ou jogue) ou não queremos*».

n) Tal como em Trás-os-Montes, postos *mais três* por um dos grupos, se o outro grupo aceita o jogo prossegue com a possibilidade de pôr *mais três*.

Apostas sucessivas podem levar aos trinta pontos do fim da partida, e acaba-se o jogo.

Sucedem muitas vezes apostar *mais três* sem ter grande jogo, ou com jogo inferior ao dos contrários. «Em Fornelo chamam a este ludíbrio *meter o caixão*, que corresponde ao *meter uma falseira* em Trás-os-Montes.

Têm interesse etnográfico as designações atribuídas no litoral minhoto àqueles que perdem ao chincalhão. Transcrevo da pág. 8 do trabalho do Prof. Celestino Maia, o que segue:

«Se um grupo não marcar tento nenhum, diz-se que fica *sapateiro*, ou que foi uma *sapateirada* (Guilhabreu, Modivas, etc.) ou que apanhou uma *lavagem* (Vila Chã); se marcar apenas um tento, diz-se que ficou *roncolho* (Vila Chã, Fornelo) ou que apanhou um *chuço* (Modivas) ou um *porco* (Trofa); se marcar meia partida, apanhou uma *rolha*. Qualquer destas circunstâncias é motivo de surriada. Em Vila Chã, como a lavagem é comida de porcos, quando se dá uma *lavagem*, os vencedores fingem que grunhem, troçando dos adversários; na mesma freguesia, quando um grupo fica roncolho, viram-se para um dos do grupo vencido que não tenha filhos e dizem: — O roncolho és tu».

O Prof. Celestino Maia, com a sua vasta cultura e apuradas qualidades de estudioso e investigador, ao estudar o chincalhão no litoral minhoto, realizou um trabalho do maior interesse. Consultou a Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 6, pág. 677, onde se diz que este jogo era já conhecido no século XVIII. É bem possível que tenha origem mais remota. Na mesma Enciclopédia alude-se a uma passagem do livro de Aquilino Ribeiro «*Quando ao gavião cai a pena*», pág. 177, referente ao chincalhão, na qual Aquilino «salienta as puxadas do cinco de

ouros». O Prof. Celestino Maia admite, por isso, que a área do chincalhão se estenda à Beira.

O Prof. Celestino Maia pensou na origem e significado da palavra *chincalhão*. Na pág. 12 emite a hipótese de a «derivar de chincar, como brincalhão vem de brincar. Em *Gíria Portuguesa* de Alberto Bessa, vem *chincar-se* — cair num logro, e *chincada* — cilada; e no jogo do chincalhão armam-se ciladas ou logros, a cada passo, com os pedidos de *mais três*».

CONCLUSÕES

O chincalhão é um jogo que em Trás-os-Montes, ainda hoje tem larga difusão, especialmente, tanto quanto apuramos, no leste trasmontano.

No Minho, como vimos, foi também muito jogado à roda do litoral poveiro. Hoje em decadência.

Nas suas linhas gerais as regras são sensivelmente as mesmas quer em Trás-os-Montes quer no litoral minhoto, com as modalidades que se indicaram.

Pela referência citada no livro de Aquilino Ribeiro, deve também jogar-se na Beira.

Dado o interesse, e entusiasmo, que o decorrer do jogo desperta com as apostas de *mais três*, e até a facilidade e graciosidade com que se joga, é de crer que tenha sido grande a sua difusão pelo nosso país.

Os pedidos de *mais três*, são do mesmo tipo das coberturas sucessivas das apostas no «bluff»; por isso o chincalhão é, digamos, um «bluff» popular:

Jogo fácil e muito divertido pelo diálogo aberto e chasqueador no início e no decorrer de cada jogada, é, sem a menor dúvida, um jogo muito alegre.

No final de cada jogada, na apreciação do modo como a mesma decorreu, há, muitas vezes, ditos de zombaria e chacota às deficientes ou más jogadas, o que acende brava discussão.

O chincalhão é jogo de pura diversão. Não se joga a dinheiro.

Em Trás-os-Montes, como vimos, joga-se a copos de vinho. É mesmo, geralmente, considerado jogo de taberna.

No litoral minhoto foi muito jogado pelos lavradores até altas horas das noites de inverno. No final da noitada de jogatina, uma merendola, muitas vezes, de figos e vinho.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Setembro de 1978

V Á R I A

27.^a campanha de escavações no castro de Carvalhelhos (1977)

O Castro de Carvalhelhos fica em termo da aldeia de Carvalhelhos, freguesia de Bêça, concelho de Boticas e distrito de Vila Real de Trás-os-Montes.

Fica a uns 400 ou 500 m das Caldas Santas de Carvalhelhos, remota designação das, justamente afamadas Águas de Carvalhelhos.

Dista cerca de 7 km a poente de Boticas e a 27 km a sudoeste de Chaves.

O Castro, relativamente pequeno, assenta na vertente leste da Serra de Barroso, a cerca de 800 m de altitude, no alto de um esporão ou promontório, abraçado pelo ribeiro que lhe corre no sopé.

Embora o recinto cimeiro, arredondado e muralhado, seja pequeno, com os diâmetros respectivamente de 51 m por 42,50, o castrinho é cheio de interesse por algumas das suas particularidades, que têm sido descobertas e estudadas mercê das escavações que ali venho fazendo há perto de 30 anos.

Tais escavações iniciei-as em 1951 com subsídio do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Mas já em 1949 e 1950, com a colaboração de alguns jovens companheiros de hotel, tive-se procurado o alinhamento e base da muralha, afastando as pedras miúdas do enchimento da muralha, que tapavam o referido alinhamento e base. Esta foi sempre encontrada intacta, por vezes com alturas de 70 a 80 cm, excepcionalmente mais.

Desde 1951 o castro é imóvel de interesse público (Decreto n.º 38 491 de 6 de Novembro de 1951).

A campanha de 1977 é a 27.^a, propriamente de escavações, se bem que, considerando as prospecções feitas em 1949 e 1950, podem-se contar 29 anos de trabalhos consecutivos no seu estudo e valorização.

De 1952 a 1956 seguiram-se escavações com pessoal e ferramentas cedidas pela Empresa das Águas de Carvalhelhos.

Presto homenagem à memória do querido amigo D. Francisco Gonzalez, que, durante muitos anos foi prestigioso Presidente do Conselho de Administração da Empresa.

O D. Francisco foi o grande impulsionador da primeira fase das escavações no castro, mas também dos trabalhos nos anos subsequentes, que sempre acompanhou de perto, e subsidiou algumas campanhas.

Nesses anos algumas pequenas verbas foram concedidas pelo meu querido Mestre, Prof. Mendes Correia, Presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular e do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Nos anos de 1957 e 1958, mercê de subsídios um pouco maiores, da ordem da dezena de milhar de escudos, concedidos pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais (Ministério das Obras Públicas) puderam fazer-se trabalhos de certo vulto na desobstrução da base das muralhas e reposição nas mesmas das pedras delas caídas.

Não quero perder o ensejo de, mais uma vez, testemunhar agradecimentos ao Eng.º Arantes de Oliveira, então Ministro das Obras Públicas, e ao Eng.º Gomes da Silva, que era Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pela concessão das verbas que permitiram dar um grande impulso aos trabalhos de reposição do castro na sua feição primitiva.

O castro fica em terreno maninho adstrito ao plano de arborização dos Serviços Florestais.

Também não quero deixar de prestar o testemunho de homenagem e agradecimentos devidos ao Eng.º Filipe Jorge Mendes Frazão, já falecido, que era o Director-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (Ministério da Economia), que, prontamente, aquiesceu ao meu pedido, para que não só o

castro mas também uma orla circundante, de cerca de 100 m de diâmetro, não fossem arborizados, e que tal orla constituísse zona de protecção do castro e ao mesmo ficasse adstrita.

Das escavações e descobertas feitas no castro tenho dado conta em trabalhos sucessivamente publicados que a seguir se indicam.

- J. R. dos Santos Júnior, *O Castro de Carvalhelhos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Vol. xvi, Porto, 1957, págs. 25-62, 62 Figs.
- Idem, *Rampas de acesso às muralhas do Castro de Carvalhelhos*, in «Buletin de la Comisión de Monumentos de Orense», Tomo xx, Años 1959-60, Orense, págs. 361-368, 4 Figs.
- Idem, *Escavações no Castro de Carvalhelhos — Campanha de 1963*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Fasc. 2.º, Vol. xix, Porto, 1963, págs. 187-193, 3 Figs.
- Idem, *Escavações no Castro de Carvalhelhos — Campanha de 1964*, in id., Fasc. 3-4, Vol. xix, Porto, 1965, págs. 360-365, 8 Figs.
- Idem, *Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos*, (1965-1966), in id., Fasc. 1-2, Vol. xx, Porto, 1966, págs. 181-190, 9 Figs.
- Idem, *Escavações no Castro de Carvalhelhos — Campanha de 1970*, in id., Fasc. 1, Vol. xxii, Porto, 1971, 4 págs. e 4 Figs.
- Idem, *As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos*, in id., Fasc. 3.º, Vol. xxii, Porto, 1973, 15 págs, 2 Figs.
- Idem, *Castro de Carvalhelhos — Campanha de escavações em Agosto de 1975*, in id., Fasc. 4, Vol. xxii, Porto, 1975, pág. 559-566, 4 Figs.
- Idem, *Castro de Carvalhelhos — Campanha de 1976*, in id. Fas. 1, Vol. xxiii, Porto, 1977, págs. 161-165, 2 Figs.

Aquando da realização do Colóquio Luso-Espanhol de Cultura Castreja, realizado em Carvalhelhos de 4 a 11 de Outubro de 1972, já se haviam desentulhado alguns pequenos troços dos três fossos que constituíam importantes linhas de defesa e atingiam funduras de 6 a 7 m. Este facto que tanto me tinha impressionado, causou nos arqueólogos portugueses e espanhóis participantes no Colóquio, a mesma impressão.

Uns e outros me incitaram a prosseguir no desentulhamento de mais alguns troços dos fossos, que constituíam impor-

tante linha de reforço às notáveis condições de defesa do castro, formada pela bordadura de pedras fincadas, pelos três fossos e pela dupla muralha do lado poente.

Aquele Colóquio realizou-se por a minha sugestão ter tido pronta anuência, com franco e rasgado incentivo, dos então Administradores da Empresa das Águas de Carvalhelhos, senhores Orlando Gonzalez e António Setas ⁽¹⁾, e bem assim do Instituto de Alta Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian, das Câmaras Municipais de Chaves e de Sabrosa e da Companhia Portuguesa de Electricidade.

Foi possível a conveniente organização de sessões de trabalhos na Estalagem de Carvalhelhos e de visitas de estudo ao Museu de Chaves, e não só ao Castro de Carvalhelhos, mas também aos castros de Sabrosa e de S. Vicente das Chãs (Pisões), nos quais há anos se realizaram escavações por nós orientadas e nelas participamos.

Também foi possível a publicação dos trabalhos apresentados e discutidos no Colóquio que foram publicados no fasc. 3 do vol. xxii da revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1973, com 284 págs. e 82 Figs. A despesa da publicação deste fasc. foi coberta, na sua quase totalidade pela Empresa das Águas de Carvalhelhos, em louvável atitude mecénica.

A actual Administração da Empresa das Águas de Carvalhelhos tem continuado a ajudar os nossos trabalhos no castro, pelo que lhe são devidos justos e bem merecidos louvores, e lhe testemunho os meus agradecimentos.

*

A campanha de 1977 tinha sido projectada para o mês de Agosto.

Em consequência de um acidente que provocou a fractura do grande trocânter da minha perna direita, os trabalhos de

(1) A Empresa recebeu os arqueólogos participantes do Colóquio como seus hóspedes de honra.

escavações tiveram de ficar adiados para a segunda quinzena de Setembro.

Para esta campanha a Direcção do Património Cultural (M. E. I. C.), concedeu-nos um subsídio de 20 000\$00.

A actual Administração da Empresa das Águas de Carvalhelhos também coadjuvou os trabalhos deste ano tomando a seu cargo a despesa de uma máquina escavadora, bem como forneceu ferramentas, algum do seu pessoal e um «dumper» para transporte de terra e pedras.

À Direcção-Geral do Património Cultural na pessoa do seu Director-Geral Sr. Dr. João José Cochofel, e ao Digm.º Conselho de Administração da Empresa das Águas de Carvalhelhos, apresento sinceros agradecimentos pelos valiosos auxílios concedidos.

As pedras fincadas, que formam um ouriçado, de que, infelizmente, restam apenas algumas porções em distribuição descontínua, foram, mais uma vez, limpas da vegetação intercalar (Figs. 11 e 12).

Como atrás referi os arqueólogos portugueses e espanhóis participantes no Colóquio de Cultura Castreja, realizado em Carvalhelhos de 4 a 11 de Outubro de 1972, incitaram-me, «una vocem», a prosseguir no desaterro de mais alguns troços dos fossos. Foi o que se fez, em 1969 e 1972 a 1974, à picareta e à pá. Em 1975, pela primeira vez com máquina escavadora, e, com a mesma máquina na campanha de 16 a 30 de Setembro deste ano de 1977.

Sempre tive grande relutância na utilização de máquina escavadora em escavações arqueológicas, que devem ser feitas cautelosamente, com os necessários vagares, e que, por isso, não permitem pressas de afogadilho.

Como, porém, nas várias campanhas de desentulhamento dos fossos sempre encontramos apenas terra e pedras e nem sequer um singelo fragmento de cerâmica ou de escória, tão frequentes no recinto muralhado, resolveu-se utilizar, mais uma vez, a máquina escavadora, generosamente paga pela Empresa

das Águas de Carvalhelhos (Fig. 6). A máquina trabalhou nas duas últimas semanas de Setembro 58 horas e meia a 400\$00 a hora importaram em 23 400\$00.

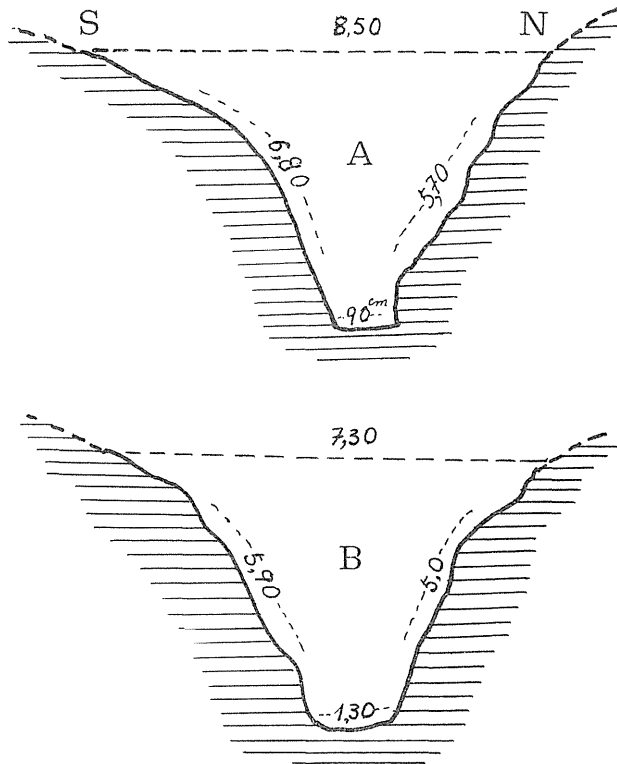


Fig. 1 — Perfis em corte do fosso n.º 1 acima do passadiço, que ficou entulhado com o velho enchimento de terra e pedras. A: no início do topo íntegro junto do passadiço. B: 10 m acima. As medidas são em metros tanto neste como nos seguintes.

Mais uma vez a Administração da Empresa auxiliou de modo eficaz os trabalhos de valorização do castro.

Nesta campanha a máquina desentulhou a porção da vertente leste do fosso n.º 1 numa extensão de 35 m.

Fosso n.º 1 — É impressionante a profundidade atingida por este fosso, que, como mostram os desenhos da Fig. 2, atinge 7 e 8 m, com boca que vai dos 8,40 a 10 m.

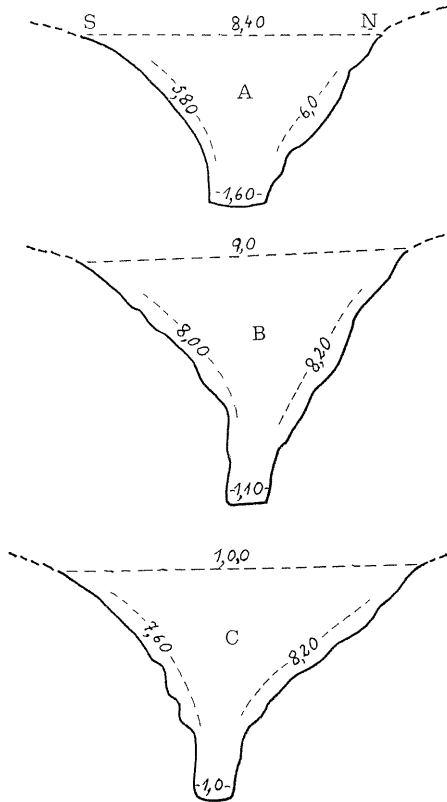


Fig. 2 — Perfis do fosso n.º 1 na vertente leste do Castro de Carvalhelhos.
A — No início junto do passadiço; B a 10 m e C a 20 m do passadiço.

A profundidade do fosso acima do passadiço é menor, como mostra a Fig. 1.

No troço desentulhado a secção do fosso é em V, e todo aberto em xisto. O fundo apresenta dois ressaltos em degraus, cada um dos quais abaixa o fundo em cerca de 1 m.

Entre as muitas pedras, que, misturadas com terra, enchem este fosso, foram encontradas nos primeiros 10 m algumas pedras de granito de face lisa picotada, que fizeram parte da

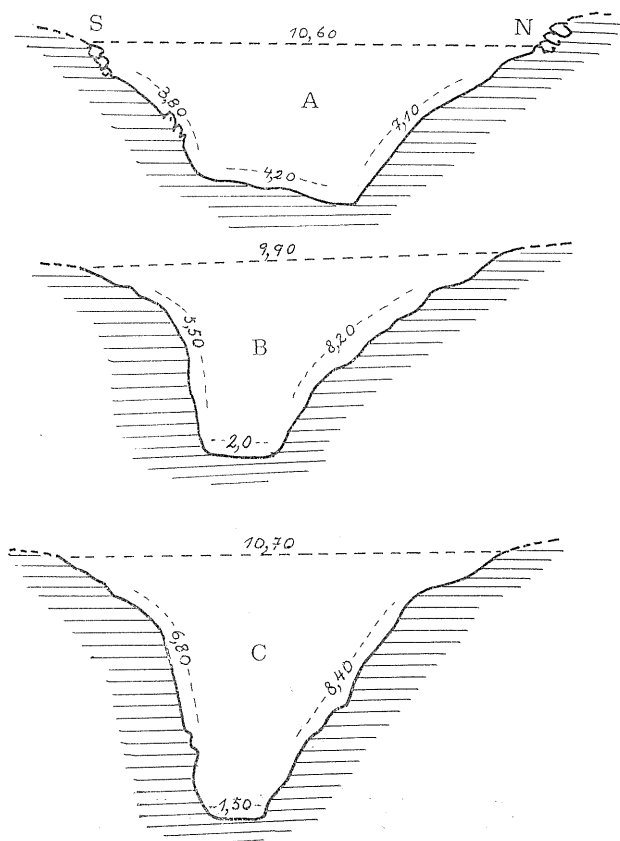


Fig. 3 — Perfis do fosso 2 na vertente leste do Castro de Carvalhelhos.
A — no início do passadiço; B — a 10 m e C a 20 m do passadiço.

muralha. Mais uma prova de que a destruição parcial da muralha acompanhou o entulhamento do fosso, deste modo neutralizando duas linhas de defesa, a muralha e o fosso.

Fosso n.º 2 — Neste fosso, que na campanha de 1975 fora desentulhado em cerca de 20 m de comprimento, continuou-se o desaterro no pendor da encosta, que foi levado a mais uns 25 m para leste.

O fosso n.º 2, como mostram os desenhos da Fig. 3, é de boca maior, que atinge 10,70 m, tem fundos mais largos e bordos ou rampas menos abruptas que chegam a atingir o comprimento de 8,40 m.

É menos fundo que o fosso n.º 1, como se mostra na Fig. 4, desenho esquemático dos perfis de cortes feitos no mesmo alinhamento.

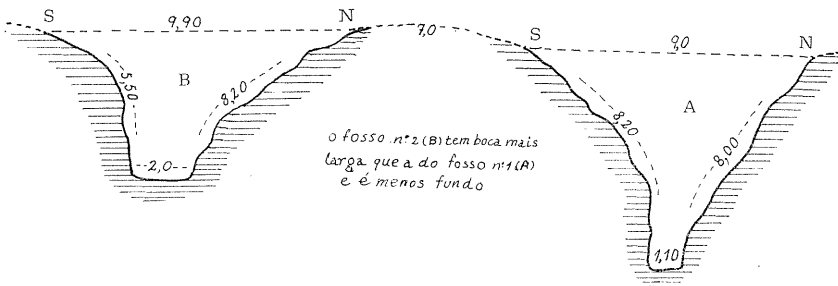


Fig. 4 — Perfil dos fossos 1 (A) e 2 (B) no alinhamento dos 10 m contados a partir do passadiço.

O volume de terra que foi arrastado pela escavadora era tão grande e a dificuldade de o «dumper» a carregar era também grande, que teve de se abrir no grande montão de terra acumulada uma vala para escoamento da água das chuvas.

É de crer que em próxima campanha pelo menos alguma daquela terra e pedras possam ser removidas.

O trabalho do desentulhamento dos fossos teve de ser acompanhado por dois ou três homens munidos de enxadas, isto para evitar que o escavador ou «gadanho» da máquina atingisse os lados ou o fundo do fosso, o que, a dar-se, falsearia as justas medidas quer dos lados quer do fundo. Os homens, quando a camada de terra nos lados e no fundo era já pequena, o que podia levar a máquina a atingir a rocha viva, com as

enxadas, rapavam a terra que amontoavam. Assim a máquina podia arrastar a terra sem morder a rocha.

Como é natural, tem sido no entulho do fosso n.º 1, que corre junto da muralha, que se têm encontrado pedras de granito picadas, em tudo semelhantes às que formam a face externa das muralhas. Em alguns sítios, tais pedras foram encontradas «in sito», na base das mesmas, que em alguns pontos atingia 70 e 80 cm de altura e excepcionalmente mais. Várias vezes assisti ao descarregar do «dumper» e nunca vi qualquer peça de interesse arqueológico; nem sequer um pedaço de cerâmica ou pequena porção de escória. Nada mais do que terra e pedras, e estas muitas.

Foi-me proporcionado um voo de helicóptero para do ar tirar fotografias a alguns castros do concelho de Boticas, e nomeadamente ao de Carvalhos (Figs. 13, 14, 15 e 16).

Foi companheiro de voo o Ex.^{mo} Amigo Senhor Eng.º António Barroso de Moura, Director Florestal, que então dirigia a Administração Florestal, com sede nas Pedras Salgadas, e me proporcionou o voo, pelo que lhe manifesto sincero agradecimento.

CONCLUSÕES

No desentulhamento da vertente leste dos fossos 1 e 2 foram escavadas e removidas algumas centenas de metros cúbicos de terra e pedras.

Este trabalho muito veio valorizar o castro, que está a tornar-se um primeiro tipo, ou exemplo do notável conjunto das suas defesas, em que as funduras dos fossos muito impressionam.

A falta de pessoal não permitiu senão o trabalho nos fossos, digno aliás de especial realce, algum serviço de corte e arranque de monte nas «pedras fincadas» (Figs. 11 e 12), e numa pequena zona do recinto muralhado, onde um pequeno lageado de pedras com outra pedra maior posta ao través, à maneira de «murilho» ou «trasfogueiro», faz suspeitar que se trata de uma lareira. Era nossa intenção escavar alguns metros à roda, onde se vêem algumas pedras soltas, e crivar a terra que se fosse escavando.



Fig. 5 — Testeira do fosso n.º 2 vertente leste, até onde foi levado o seu desentulhamento em 1975.



Fig. 6 — A máquina escavadora no início do ataque à testeira da fig. anterior.



Fig. 7 — O fosso n.º 1 na porção junto da muralha invadido pelo monte, especialmente carqueja e giesta.

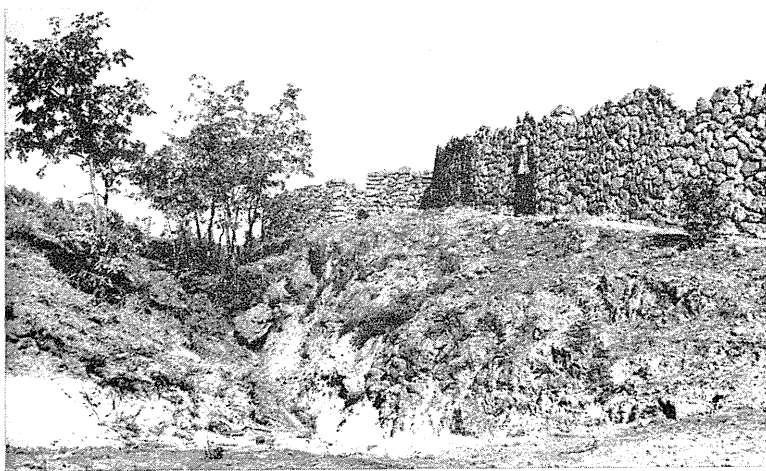


Fig. 8 — O fosso n.º 1 ao correr da muralha depois de limpo da vegetação que o invadia.



Fig. 9 — Amontoado de pedras de xisto que em grande quantidade entulharam os fossos 1 e 2.



Fig. 10 — Passadiço no fosso 2, na sua confluência com o fosso 3. Feito com pedras do amontoado da fig. anterior.



Fig. 11 — Pedras fincadas do rebordo do 3.º fosso em parte tapadas pelo monte que crescia entre elas.

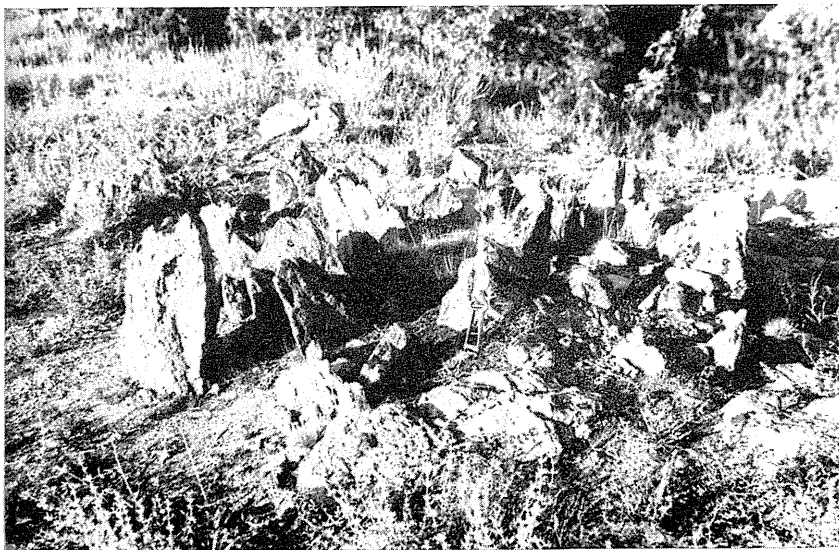


Fig. 12 — Uma porção de pedras fincadas depois de arrancado o monte que em parte as tapava.



Fig. 13 — Lado sul do castro de Carvalhelhos. Foto que tirei sobrevoando o castro de helicóptero.



Fig. 14 — Lado norte do castro.



Fig. 15 — Lado nascente.

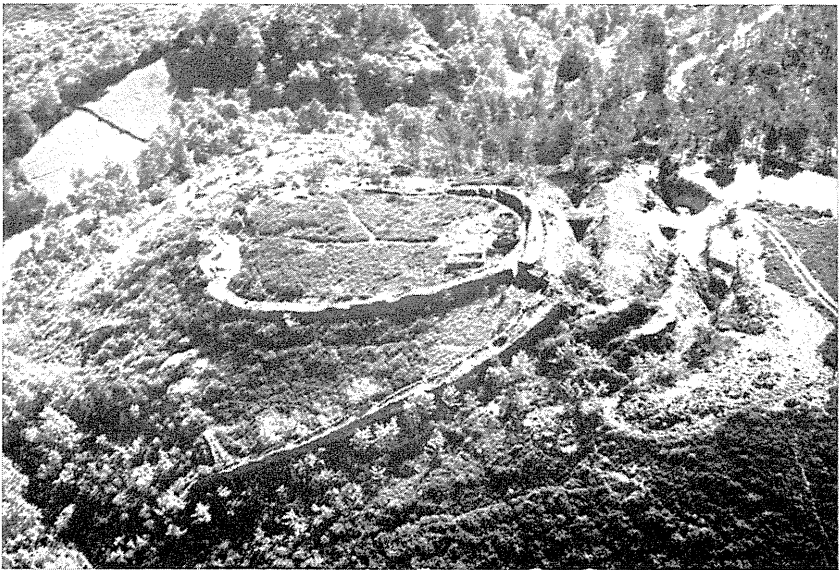


Fig. 16 — Lado poente, mostrando a segunda muralha, por fora do recinto muralhado cimeiro.

É serviço que terá de fazer-se noutra oportunidade.

O Castro de Carvalhelhos pelo avanço feito este ano no desentulhamento dos dois fossos da vertente leste, com funduras de 7 e 8 m, a confirmar as funduras encontradas em campanhas anteriores nos três fossos do lombo ou cumieira, fica a constituir um caso notável, pela insólita e extensa fundura atingida pelos fossos.

Resta-me renovar agradecimentos à Direcção-Geral do Património Cultural pela concessão do subsídio, atrás referido, à Administração da Empresa das Águas de Carvalhelhos pelo encargo que tomou de pagar o serviço da máquina escavadora que, como já disse, importou em vinte e três mil e quatrocentos escudos (23 400\$00), e ao Sr. Eng.º António Barroso de Moura pelo excelente voo de helicóptero que me proporcionou.

Agradecimentos são também devidos ao Sr. José Barroco, Director das Águas de Carvalhelhos pelo interesse manifestado pela realização das escavações e pelo decorrer das mesmas, que visitou e acompanhou de perto em vários dias.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Dezembro de 1977

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Antigo Director do Instituto de
Antropologia «Dr. Mendes Correia»
e Presidente da Sociedade Portu-
guesa de Antropologia e Etnologia

Mais um berrão da zona do castro do Monte de Santa Luzia

(Freixo de Espada-à-Cinta)

O Sr. Elísio Óscar Capelas Avelar, proprietário em Freixo de Espada-à-Cinta, a quem muito se deve pelo seu inteligente interesse na salvaguarda dos muitos berrões aparecidos no Monte de Santa Luzia, escreveu-me em 20 de Março de 1978,

comunicando-me ter encontrado num cabeço a sul, e a uns 150 a 200 m, do castro do Monte de Santa Luzia, uma pedra que lhe parecia ser, talvez, uma porção dum grande berrão, porco ou touro.

O Monte de Santa Luzia é um castro que dista cerca de 2 km a norte de Freixo, e o cabeço onde encontrara a pedra fica a sudeste daquele monte, e sobranceiro ao chamado Val do Prado.

Lá fui no dia 23 de Março. O Sr. Elísio Capelas Avelar levou-me a ver a pedra que ele encontrara num monte de pedregulhos, e que revolcou para uma parede, onde a fomos ver, medir e fotografar (Figs. 1 e 2).

Tivemos de atravessar, numa extensão de uns 70 a 80 m, uma plantação de vinha nova onde, como veremos, apareceu mais um berrão, o 22.º do Monte de Santa Luzia.

A pedra de suposto resto de berrão

Naquela pedra, de granito de grão médio, podemos considerar duas partes bem distintas, a base e a parte superior.

A base é grosseiramente paralelepipedica. As duas faces laterais, as maiores, são um tanto enconchadas, uma mais acentuadamente do que a outra (Figs. 1 e 2). A face que podemos considerar anterior foi desgastada à maneira de arco (Fig. 2) o que fez com que a face que assenta na terra tenha 35 cm de comprimento e a face oposta, cimeira, onde cresce a parte superior da pedra, tenha 43 cm de comprimento. A altura da base é 30 cm e a sua largura 24 cm.

A parte superior foi esculpida recuada 4 a 5 cm dos bordos ou arestas cimeiras da base paralelepipedica, e é um saliente em plano inclinado que, no lado mais baixo, tem 10 cm de altura, e o outro topo é alto de 16 cm. O plano inclinado tem 47 cm de comprimento por 19 de largura.

Não vejo naquela pedra nada que faça crer tratar-se de fragmento de berrão, porco, touro, ou qualquer outro animal.

Para mim é pedra de significado enigmático.

O novo berrão

O Sr. Elísio Capelas Avelar comunicou-me que, entre o cabeço sobranceiro ao Val do Prado, onde achara a pedra que acabamos de descrever, e o Monte de Santa Luzia, há uma vinha nova do Sr. António Manuel Monteiro, em cuja plantação, em 1977, aparecera um porquinho de pedra, que o seu achador ofereceu à Câmara Municipal de Freixo.

Fomos à Câmara. Lá estava o berrão, a um canto do átrio, mas tapado por uma rima de umas centenas de telhas, ali arrumadas enquanto decorrem as obras no edifício da Câmara.

Não era possível naquela tarde do dia 23 de Março aliviar o porquinho de pedra das muitas telhas que o tapavam.

Voltei a Freixo no dia 31 de Março.

Ao Sr. Ambrósio Alberto Alves Guerra, presidente da Câmara de Freixo, apresento cumprimentos de agradecimento, não só por ter mandado retirar as telhas que tapavam o porquinho, mas também pelas facilidades e ajudas, gentilmente prestadas, para o observar medir e fotografar. É o 54.º dos berrões do nordeste do nosso país.

No trabalho *A cultura dos berrões no nordeste de Portugal*, publicado no Fasc. 4.º, Vol. xxii de «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1975, págs. 353-515, com 31 desenhos e Figs. 32 a 131, estudamos e publicamos um total de 49 berrões proto-históricos, encontrados em Trás-os-Montes e na Beira Douro confinante.

Depois, em 1977, publiquei *Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes*, no Fasc. 1.º do Vol. xxiii da mesma revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, págs. 5-18, com 8 desenhos e x Est. com 21 fotografuras. Neste trabalho publiquei mais 6 novos berrões de Freixo de Espada-à-Cinta, 5 do Monte de Santa Luzia (Coraceira) e 1 da Quinta de São Tiago, mais duas zoomorfias embutidas na parede de uma casa de Mairos (Chaves). Estas zoomorfias foram consideradas pelo Abade de Baçal como «duas esculturas

representando quadrúpedes no tipo dos porcos». Em dúvida figuram na lista dos 49 berrões do meu trabalho de 1975, mas não são berrões; são interpretados como lobo e raposa. Deduzindo as duas zoomorfias de Mairos aos 49 berrões, ficam 47. Juntando a este número os 6 novos berrões que publiquei em 1977, tínhamos pois 53 berrões no nordeste do nosso país. O novo achado aquando do saibramento da vinha do Sr. António Manuel Monteiro, é, portanto, o 54.º ⁽¹⁾ dos berrões do nordeste; o 23.º do concelho de Freixo de Espada-à-Cinta e o 22.º do Monte de Santa Luzia.

Na área do Monte de Santa Luzia e terrenos circundantes, havia, até agora, registados 21 berrões.

O novo berrão aparecido em 1977 no saibramento do terreno da vinha do Sr. António Manuel Monteiro, proprietário e morador em Freixo de Espada-à-Cinta, é uma estátua de pedra, rocha que deve ser granito. Observado à lupa nos sítios esmurrados viam-se abundantes grãos de quartzo, mas não vislumbrei feldspato. Num ou noutro ponto pareceu-nos ver pequeninos pontos pretos (biotite?), e aqui ou ali pequeninas palhetas de mica branca (moscovite).

Aquela pedra tem, no lado esquerdo, uma inclusão ovalar de tonalidade acastanhada, medindo 7×3 cm, e no dorso uma mancha circular esverdeada com grânulos arredondados amarelos. Não sei o que sejam tais manchas.

⁽¹⁾ O 55.º berrão proto-histórico foi descoberto pelo Sr. Dr. Agostinho Ferreira em Paredes da Beira, concelho de S. João da Pesqueira. Neste fascículo do vol. 23 da revista da Sociedade de Antropologia se publica o trabalho que sobre o berrão de Paredes da Beira, escreveu o seu descobridor.

Tem 1,34 m de comprimento: 69 cm de altura no aprumo das patas posteriores e 61 cm no das patas anteriores. Está mutilado na ponta do focinho e nas patas.

Perímetros: axilar 1,51 m; a meio da barriga 1,58; nas virilhas 1,68 m. Tem a cauda torcida e lançada sobre o dorso.

Tem legenda indecifrável na metade direita do dorso.

O berrão está muito mutilado, especialmente a todo o comprimento do dorso (Figs. 4 e 6) e também no lado esquerdo e na traseira, de que resultou fractura enconchada (Fig. 3). Outro tanto sucedeu com lasca saltada do lado direito da cabeça (Fig. 5). A mutilação da cabeça não deixou o menor vestígio do focinho. A estaladela que se vê nas Figs. 4 e 6, que à primeira vista pode parecer a boca, é uma falha do granito.

Não se lhe nota nem ânus nem órgãos sexuais; tão pouco se lhe nota na região médio ventral o saliente do forro peniano.

Tem as patas quebradas. As posteriores muito grossas. Perímetro das anteriores 53,5 cm e das posteriores 71 cm.

O lado direito é de superfície lisa, polida, ligeiramente enconchada e suavemente ondulada a todo o comprimento (Fig. 3), o que contrasta com o lado esquerdo de superfície irregular.

No aprumo das patas posteriores, no quadril do lado esquerdo, à borda do lombo, tem três sulcos com 2 a 2,5 cm de comprimento, sensivelmente paralelos e com 6 cm entre os sulcos extremos. Colhe-se a impressão de que o sulco da esquerda, o mais curto, se continuaria para cima para o lombo.

A rotundidade do corpo, se bem que assimétrica por o lascado do dorso ter sido acentuado sobre a esquerda, leva-nos a considerá-lo porco, embora não se lhe note qualquer dos seus atributos sexuais.

Vejamos algumas medidas tiradas naquele berrão.

Comprimento 63 cm; largura bi-escapular, no aprumo das patas anteriores, 25 (?) cm, e bi-ilíaca, no aprumo das patas posteriores, 33 (?) cm; alturas do que resta da parte posterior ou traseira, à esquerda 27 cm, à direita 33 cm. Perímetro axilar 84 cm, inguinal 96 cm.

Condições do achado

Por amável informação da Sr.^a D. Maria Suzel, soubemos que foi o seu marido, Sr. Artur Manuel Monteiro, Agente Técnico Rural, filho do proprietário da vinha, quem assistiu ao

encontrar-se o porco, que foi posto a descoberto pela máquina escavadora ao saibrar o terreno para plantação das videiras, e que com o porco foram encontrados uns ferros, entre eles um espeto e outros que pareciam pregos.

Em 23 de Setembro de 1978 fui a Freixo, para ver as peças que se dizia terem aparecido ao lado do porquinho de pedra.

A Sr.^a D. Maria Suzel, que me recebeu gentilmente, disse-me que as peças de ferro de guardadas estavam perdidas. Logo que as achasse comunicar-me-ia o achado, e que as punha à minha disposição para as estudar. Fez o achado e comunicou-mo.

Voltei a Freixo em 2 de Outubro de 1978. Ali encontrei o marido da Sr.^a D. Maria Suzel, Sr. Artur Manuel Monteiro, que me deu as informações que a seguir sintetizamos.

O saibramento foi feito em fins de Outubro de 1977.

No decorrer dos trabalhos, em dada altura a máquina escavadora topou com uma parede de pedras pequenas que aluiu em parte. No prosseguimento da escavação verificou-se que se tratava de uma casa rectangular, que não mediu, mas que calculou devia ter entre $3,00 \times 2,00$ m a $3,50 \times 2,50$. Tinha porta aberta no lado maior junto do cunhal com a parede menor.

A outra parede maior, fronteira à porta, fazia meia-lua com outra casa redonda, melhor, semicircular ou em meia-lua, que parece também teria porta numa das pontas do arco. Na parede meeira não se viu qualquer abertura que permitisse a passagem de uma à outra das duas casas. Se é que são duas casas e não uma dependência da outra, como seria mais natural que fosse.

Na casa rectangular, que estava em parte lageada de tijoleiras, apareceu o porquinho de pedra, que estava deitado. Na mesma casa apareceram 3 pequenas mós de moinho. Junto do porco apareceram pedaços de vasos de cerâmica de paredes finas, «vermelhos por fora e pretos por dentro».

A terra que se revolveu dentro da casa não era igual à restante que a circundava. Era mais vermelha, o que levou a crer que a casa fosse consolidada com barro.

Na casa redonda, ou em meia-lua, apareceram «4 ferros e um pedacito de madeira».



Fig. 1 — Pedra de granito com soco ou base paralelepipedica e em cima um saliente em plano inclinado. A caneta mede 14,5 cm.

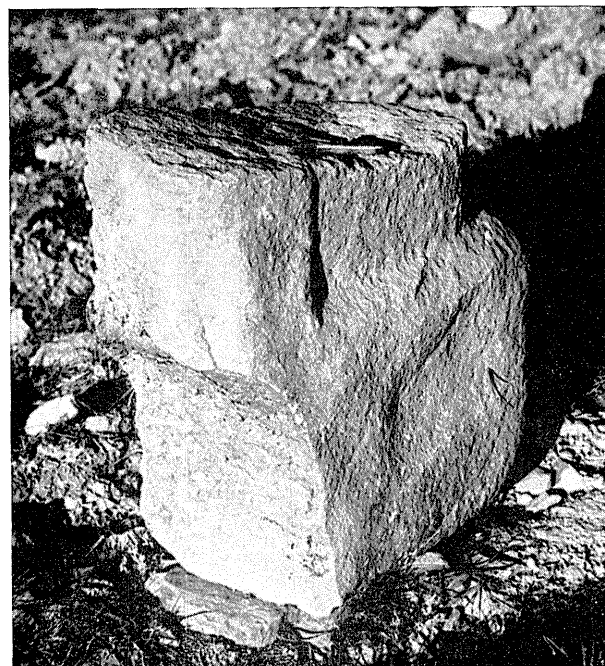


Fig. 2 — Outro aspecto da pedra da fig. anterior.

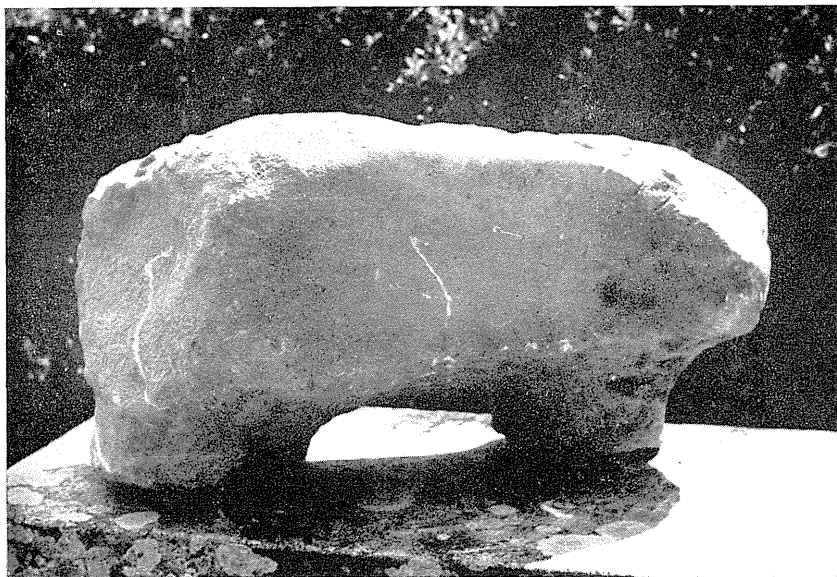


Fig. 3 — Berrão de granito com 63 cm de comprimento. O lado direito liso e levemente ondulado no sentido do comprimento.

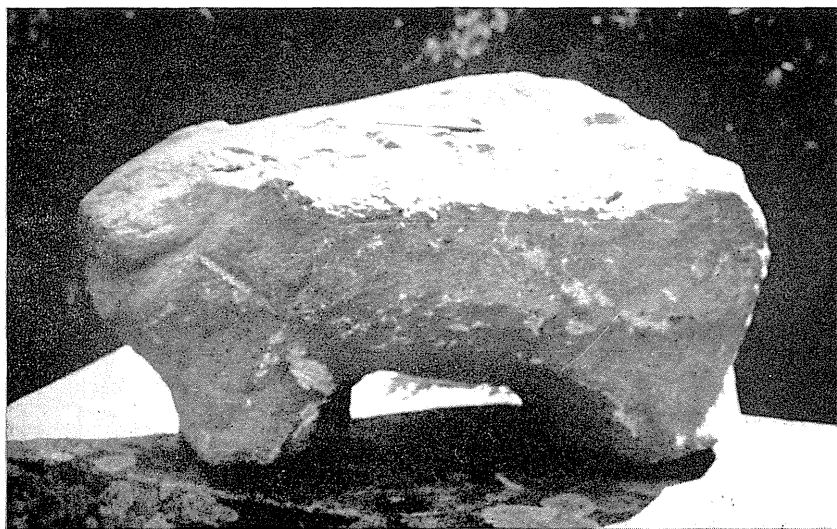


Fig. 4 — Lado esquerdo do berrão da fig. anterior.



Fig. 5 — Parte anterior do berrão com o focinho quebrado e lascado conchoidal do lado direito da cabeça. A caneta pousada no dorso mede 14,5 cm.

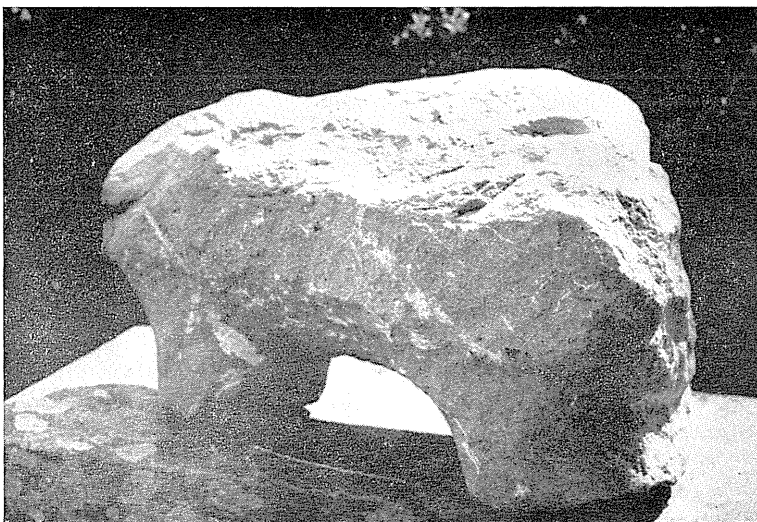


Fig. 6 — Aspecto póstero-lateral mostrando a vasta mutilação do dorso e traseira.

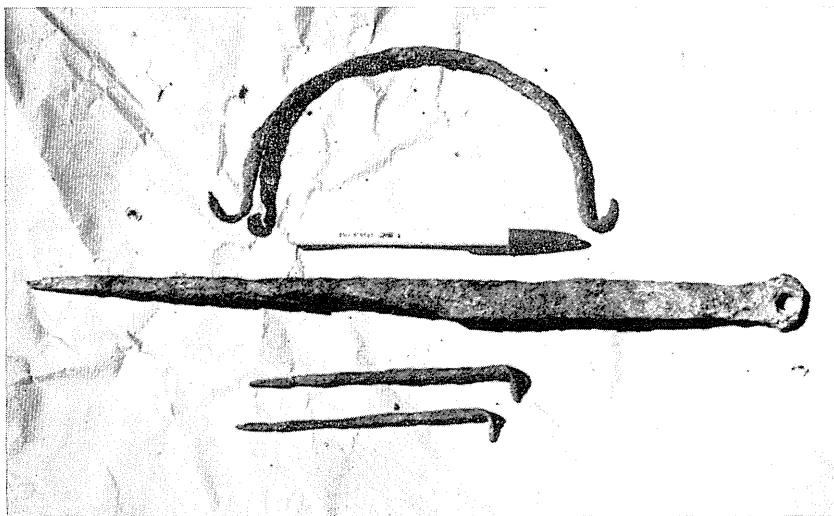


Fig. 7 — Peças de ferro encontradas na casa em meia lua, geminada com a casa rectangular onde estava o berrão. Esta fotografia foi tirada no chão, ao sol, cuja sombra determina a falsa aparência de dois ganchos numa das pontas da asa de caldeirinha. A caneta mede 14,5 cm.

Os ferros, que me foram gentilmente oferecidos, estão tão profundamente oxidados que a ferrugem salta às crostas um tanto espessas (Fig. 7).

Um dos ferros tem 40,4 cm de comprimento e de secção rectangular. As extremidades contrastam: uma é aguçada em ponta, e a outra espalmada em redondo, com orifício mediano de 7 mm de diâmetro. Um pouco antes do meio estreita e vai adelgaçando progressivamente para terminar em ponta. É peça cujo significado ou utilidade não sei atribuir-lhe. Dá a impressão de perna de um grande compasso.

Outro ferro é uma asa, torcida, de caldeirinha com 16 cm de distância entre os dois ganchos terminais.

Os dois outros ferros, que à primeira vista parecem pregos, o maior tem de comprimento 13,9 cm e o outro 13,4 cm, têm as pontas bem aguçadas.

Estes dois ferros que, repito, à primeira vista parecem dois pregos, têm a cabeça espalmada e dobrada em ângulo recto. O espalmado subtriangular, tem a forma do contorno de uma cabaça, e termina em ponta. As pontas bem aguçadas destes dois ferros sugerem que seriam, talvez, para espetar em cabos de pau, e tais ferros serviriam de raspadores.

Tanto à Sr.^a D. Maria Suzel, como a seu marido Sr. Artur Manuel Monteiro, agradecimentos pelas informações gentilmente prestadas, e bem assim pela dádiva dos ferros que terminaram por me oferecer.

CONCLUSÕES

Trata-se de um pequeno berrão de granito, o 54.º dos berrões aparecidos no norte de Portugal, o 23.º de Freixo de Espada-à-Cinta e o 22.º do Castro do Monte de Santa Luzia.

Foi encontrado deitado, dentro de uma casa rectangular com porta rasgada na parede maior, junto do canto ou cunhal com a parede menor, casa geminada com outra redonda ou em meia lua.

Algumas fotografias e desenhos teriam constituído documentação de suma importância.

De qualquer modo, os elementos fornecidos pelo Sr. Artur Manuel Monteiro conferem certo interesse àquele achado, por o berrão ter sido encontrado dentro de uma velha casa a 1,50 m a 1,80 de profundidade. Foi pena que aquele achado, sem dúvida notável, por ser a segunda vez que um berrão é encontrado, digamos, em «su sitio», não tenha podido ser acompanhado por um arqueólogo, que não deixaria de crivar a terra pelo menos do interior das casas, e colher e guardar a cerâmica e o mais que aparecesse.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Fevereiro de 1978

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Antigo Director do Instituto de
Antropologia «Dr. Mendes Correia»
e Presidente da Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

O «Porco de Pedra» de Paredes da Beira

(Berrão Proto-Histórico)

Paredes da Beira é freguesia do concelho de S. João da Pesqueira, distrito de Viseu. É terra bastante antiga ⁽¹⁾ com vestígios e referências a factos que bem atestam o seu passado remoto. Para além de monumentos megalíticos (4 dólmenes) e

⁽¹⁾ Esta terra deve o seu nome, segundo se crê, ao facto de em tempos remotos, existir neste local, grande número de ruínas, paredes velhas.

É controversa a data da sua conquista aos mouros. O P. António Carvalho da Costa na *Corografia Portuguesa*, 1708, Lisboa, T. II, pág. 296, refere que Paredes foi conquistada em 1037 (data já referida por Fr. Ber-

de ruínas de fortificações, muito provavelmente da cultura castreja, existe também uma escultura zoomórfica em granito representando um porco. Dela nos passaremos a ocupar.

Trata-se de mais um exemplar ⁽¹⁾ representante de uma cultura que floresceu no Nordeste de Portugal e terras vizinhas de Espanha.

O berrão de Paredes da Beira era pouco conhecido. Várias pessoas, mesmo de certa idade, naturais da freguesia, deram-nos conta do desconhecimento de tal escultura.

Não abundam também as referências escritas. Apenas Pinho Leal ⁽²⁾ em 1875 alude a este berrão afirmando que «em um campo da família Aguiar Alves, vê-se um porco de pedra, antiqüíssimo. Foi achado no sítio do tanque da Ceara, à entrada da vila. É provavelmente *memória* de algum facto aqui acontecido em tempos remotíssimos, de que não há tradição — ou serviu de termo a alguma propriedade ou território. O povo rústico na sua ignorância diz que era um ídolo dos *mouros*. Todos sabem que os árabes não eram idólatras».

O local onde actualmente se encontra, pequeno terreno murado a cerca de 100 m, para sul, do centro da povoação

nardo de Brito). Mas a data que se afigura como mais provável parece ser 1055, início da Campanha Lusitana, levada a cabo por D. Fernando, o Magno de Leão, que lhe concedeu foral (Grande Encicl. Port. Brasileira, Vol. xx, pág. 398).

Há notícia da confirmação deste foral (foral sem data) por D. Afonso Henriques. D. Sancho I concede novo foral a 15 de Abril de 1198 que é confirmado por D. Afonso II em 4 de Junho de 1218. Em Junho de 1257 D. Afonso III concedeu-lhe outro foral. Mais tarde, em 1512, D. Manuel dá-lhe foral novo a 12 de Dezembro.

⁽¹⁾ Em relação aos berrões portugueses há referências e estudos dispersos por larga bibliografia. Deve-se contudo, ao Prof. Santos Júnior, a descoberta de um grande número destas esculturas. Nos seus trabalhos, *A Cultura dos Berrões do Nordeste de Portugal*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. xxii, Fasc. 4, Porto, 1975, págs. 353 a 516, 131 figs. e *Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes*, in id., Vol. xxiii, Fasc. 1, Porto, 1977, págs. 5 a 18, 26 figs., refere, sistematiza e estuda 54 berrões. O de Paredes da Beira poderá considerar-se como o 55.º.

⁽²⁾ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, 1875, Lisboa, Vol. 6.º, págs. 487 a 493.

(Largo da Praça), contribuiu a nosso ver, juntamente com o facto de estar enterrado até à barriga, para o seu desconhecimento. Mais parecia uma massa roliça, granítica, à semelhança de um banco (Fig. 3).

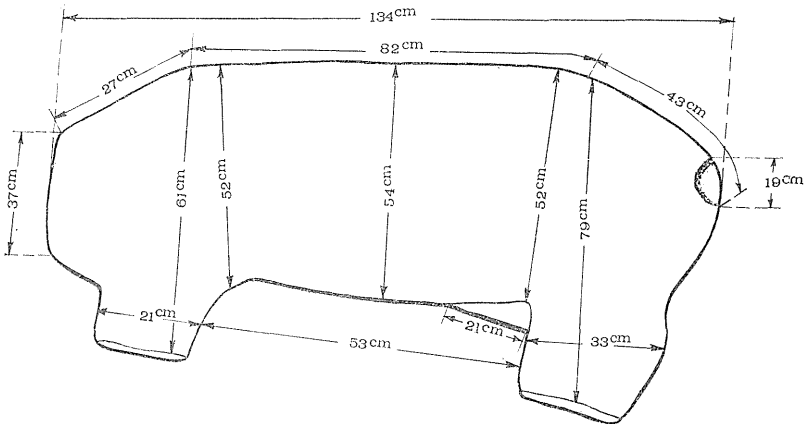


Fig. 1 — Perfil do berrão de Paredes da Beira.
Este desenho e o seguinte de Francisco Coelho de Sousa.

Tivemos dificuldade na recolha de novos elementos ⁽¹⁾. Quase invariavelmente as pessoas interrogadas limitavam-se a descrever os relatos que Pinho Leal fez desta terra, sublinhando que muitas outras coisas se encontravam referidas em *Histórico da Vila de Paredes (Portugal)*, 1932, Livraria Globo, Pará, oferta de João António Gouveia, que é essencialmente transcrição de Pinho Leal. O povo chama a este trabalho «Livro de Paredes da Beira». Ter-se-á esbatido a tradição oral, monopolizando-se nos relatos atrás referidos?

Não se sabe em que data apareceu no local onde actualmente se encontra (terreno que, segundo informações que colhemos, pertenceu em tempos à família Aguiar Alves).

⁽¹⁾ Não corre, na povoação, qualquer lenda relativa a este berrão. Também não colhemos novos elementos sobre o significado que tem sido atribuído a esta escultura.

Pinho Leal, como já referimos, informa que este porco «foi achado no sítio do tanque da Ceara, à entrada da vila» (1).

Não existe memória do tanque da Ceara. À entrada da povoação aparece apenas a fonte da Cigarra. Simples confusão? É bem provável que sim. Conversando com pessoas idosas da freguesia quando falávamos em Ceara, imediatamente corrigiam para Cigarra.

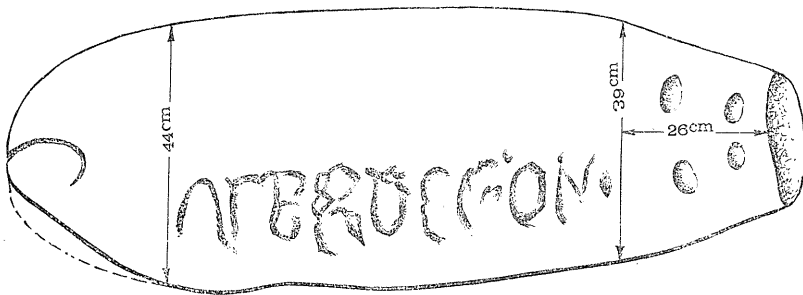


Fig. 2 — Inscrição da face superior do berrão.

Tomando por base a informação de Pinho Leal, não posterior a 1875, pode concluir-se que este berrão se encontra afastado do local onde foi achado, há mais de cem anos.

Para pôr a descoberto a parte que se encontrava enterrada, efectuamos uma pequena escavação (Fig. 4). Nada se encontrou de interesse arqueológico.

(1) O vocábulo villa, teve ao longo dos tempos, significado diferente do que actualmente se lhe atribui. Refere Pinho Leal, ob. cit., Vol. xi, pág. 663, que «desde o tempo de el-rei D. Afonso III se começou a chamar villa a uma povoação grande ou cabeça de concelho na qual se decidiam as causas na 1.ª instância».

Alexandre Herculano, História de Portugal, 1880, Lisboa, Tomo III, 4.ª Ed., pág. 298, saliente que «villa era a denominação genérica tanto de qualquer granja, de qualquer aldeia ou aldeola, como das mais importantes municipalidades, e que corresponde na sua significação vaga ao moderno vocábulo povoação».

Esculpido em granito, com abundância de cristais de quartzo e mica branca, está em certas zonas coberto de líquenes. Encontra-se num estado de conservação que pode considerar-se razoável (senão mesmo bom, em função de outros achados do género).

Não tem base (peanha) e não conseguimos apurar se a possuía quando foi referenciado pela primeira vez. Na sua estrutura geral apresenta mutilações no focinho ⁽¹⁾, na parte posterior direita e nas patas. Simples coincidência, a mutilação que apresenta na parte posterior? Grande número de berrões até agora estudados, apresenta mutilações, particularmente na parte posterior onde aparecem esculpido os órgãos sexuais.

Tem de comprimento 134 cm. A largura bi-escapular é de 39 cm.; a bilfaca de 44 cm. A crista raquidiana, bem visível tem cerca de 82 cm de comprimento (Fig. 1).

Apresenta na cabeça 4 covinhas colocadas simetricamente. Devem representar os ouvidos e os olhos do porco (Fig. 5).

Resta apenas uma pequena parte dos membros anteriores. Os posteriores apresentam também mutilações, se bem que o seu estado de conservação seja bastante melhor, notando-se perfeitamente a sua separação. A largura dos membros posteriores (visto de perfil) é de 33 cm na articulação do joanete. A dos anteriores é de 21 cm. A distância entre os membros é de 53 cm.

No plano médio ventral, na zona das virilhas, mostra um saliente granítico, que o povo interpreta como órgão sexual masculino. Pena é que a parte posterior se encontre parcialmente mutilada. A cauda e o orifício anal apresentam-se bem visíveis.

O corpo alarga da frente para trás. Tem como altura máxima 79 cm (no aprumo das patas posteriores). O perímetro a meio da curvatura abdominal é de 158 cm. Os perímetros axilar e inguinal são, respectivamente de 151 e 168 cm.

(1) Informou-nos a Sr.^a D. Berta Nunes, que há muitos anos, constou na povoação que os trabalhadores do Sr. José Soares (que foi proprietário do terreno onde actualmente se encontra o berrão) tinham quebrado o focinho ao «porco».

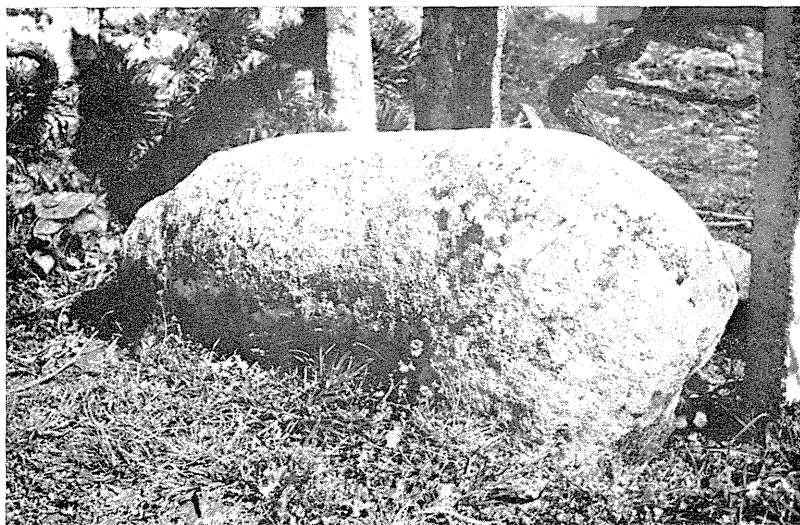


Fig. 3 — O berrão de Paredes da Beira tal como foi encontrado.

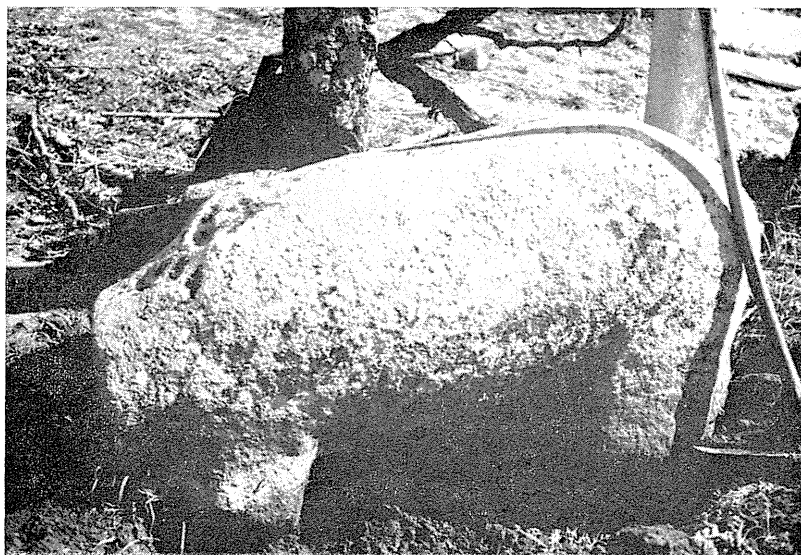


Fig. 4 — O berrão depois de desenterrado.



Fig. 5 — Parte anterior do berrão, mostrando a fractura do focinho e as covinhas da testa.



Fig. 6 — Inscrição na face dorsal.

A face lateral esquerda é abaulada e lisa. Na face direita nota-se uma pequena reentrância.

Apresenta ainda um pormenor curioso e ao mesmo tempo intrigante. No dorso, no lado direito, paralelamente à crista raquidiana encontra-se uma inscrição de tradução e significado que não conseguimos apurar (Figs. 2 e 6).

O Prof. Santos Júnior baseado no conhecimento concreto de que mais de metade dos berrões do Nordeste de Portugal foram achados em castros e o mesmo se sabe de zoomorfias espanholas, admite que a cultura dos berrões é essencialmente castreja.

Não possuímos elementos que nos permitam conhecer a proveniência do berrão de Paredes da Beira. Todavia, não queremos deixar de referir que a pouca distância do local onde foi encontrado pela primeira vez, existem restos de um castro.

A localização deste berrão, fora da zona onde se verifica uma maior concentração destas esculturas, assume particular interesse, aumentando a zona onde floresceu esta cultura.

Queremos referir ainda que por vezes a ignorância, e porque não, a falta de sensibilização para a conservação do património cultural, têm levado à mutilação e mesmo destruição destas esculturas. Este berrão, em nosso entender, merece atenção mais cuidada e conveniente protecção.

AGOSTINHO CAMPOS FERREIRA

MARIA CLARA FIGUEIREDO C. FERREIRA

(Sócios da Soc. Port. de Antropologia e Etnologia)

A estação arqueológica de Vilarelhos e a cabeça de guerreiro lusitano

A Direcção-Geral do Património Cultural, do Ministério da Educação e Cultura, em ofício datado de 20 de Novembro de 1977 comunicou-me ter chegado ao seu conhecimento ter sido encontrado, junto da Capela de Nossa Senhora dos Anúns

cios (freguesia de Vilarelhos e concelho de Alfândega da Fé, um vasto campo de sepulturas, e, em depósito na mesma capela, uma lápide funerária de mármore e um busto de granito de grão fino, ligeiramente fracturado na face. No mesmo officio se me perguntava se eu estaria na disposição de lá efectuar escavações.

Respondi anuindo a este convite, e propus a conveniência de um exame prospectivo dos achados e do cemitério.

Designado pela referida Direcção-Geral a ir a Vilarelhos ver «in loco» o campo onde apareceram as sepulturas, e a lápide e o busto, só lá pude ir em 2 de Outubro de 1977.

Serviu-se de guia, e de excelente informador, o Sr. Padre Acácio Alfredo Anselmo, Reverendo Pároco de Vilarelhos ⁽¹⁾.

Em 26 de Outubro enviei relatório da viagem prospectiva, dando o parecer de que se me afigurava ter interesse ali proceder a escavações.

Abstenho-me de fazer considerações sobre o Monte da Capela de Nossa Senhora dos Anúncios, que é de crer tenha sido um castro, bem como quanto ao campo de sepulturas, e aos ossos humanos que, nos trabalhos de plantação de amendoeirais, a máquina escavadora trouxe à superfície do terreno.

(1) Em 7 e 8 de Abril de 1978 realizou-se em Bragança um Seminário para a Defesa e Conservação do Património Artístico e Cultural dos distritos de Bragança e Vila Real, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura.

A esse Seminário o Sr. P.^o Acácio Alfredo Anselmo apresentou o trabalho *A Necrópole Romana de Vilarelhos*, que foi publicado em «Amigos de Bragança», Boletim de informação e estudos regionalistas, n.º de Abril-Maio-Junho de 1978, 23.º ano, Bragança, 1978, págs. 19-23.

Dá conta das condições em que foram achadas as sepulturas, sua estrutura e contendo esqueletos humanos íntegros, que, infelizmente a máquina retro-escavadora em grande parte destroçou o que ia desenterrando.

Refere as visitas de entidades oficiais que tomaram conhecimento directo do achado arqueológico.

A Direcção-Geral do Património Cultural teve o louvável propósito de avaliar o justo valor daquela estação arqueológica sugerindo uma possível campanha de escavações, convenientemente orientada.

Neste particular limito-me a publicar as duas fotografias (Est. I, Figs. 1 e 2), tiradas pelo senhor Padre Anselmo ao esqueleto que pôs a descoberto numa sepultura que teve ensejo de escavar.

Um grupo de rapazolas assaltaram a sepultura e, estupidamente, quebraram os ossos e esmagaram a caveira.

Muitos ossos quebrados vi-os num sacco que se guardava na capela de Nossa Senhora dos Anúncios.

Se ali se vierem a fazer escavações convenientemente orientadas, não só deverão ser analisados em pormenor estes dois aspectos, morfologia e estrutura castreja do monte, tipo das sepulturas, modo de enterramento e espólio sepulcral, mas também o estudo antropométrico dos esqueletos humanos que forem desenterrados se oferecerem condições para tal estudo, e recolha conveniente de alguns ossos para determinação cronológica pelo carbono 14.

Por agora limitar-me-ei às considerações que seguem sobre a lápide funerária de mármore, e, especialmente, à cabeça de granito, que julgo se pode considerar como cabeça troféu, quebrada a uma estátua de guerreiro lusitano.

A LÁPIDE DE MÁRMORE

A lápide é um bloco de mármore quadrangular, paralelepédica, com 36 cm de largura na face anterior, onde há restos da legenda sepulcral, 31 cm de largura na face lateral e 26 cm de altura na face posterior.

A lápide foi quebrada na porção cimeira, originando uma irregular superfície de fractura inclinada de cima para baixo e de trás para diante (Est. III, Fig. 3).

Na face anterior ainda há letras gravadas, ou, melhor, riscadas por sulco pouco fundo.

A meio da face há dois traços paralelos, riscados ao alto, tendo do lado esquerdo, bem nítidas as letras S T T L separadas por pontos frustes picados a meia altura das letras, as quais são a consagrada legenda S(it) T(ibi) T(erra) L(evis).

Do lado direito vêem-se as letras E.S.T.T. Falta o L final que deve ter sido destruído com o lascado da aresta direita da face, como bem mostra a fotografia da Est. III, Fig. 4.

Esta lápide teria sido pois consagrada a dois mortos.

A ampla mutilação da parte superior destruiu a legenda, que, como habitualmente, indicaria os nomes, idades e filiação dos mortos a quem fora consagrada aquela lápide.

A CABEÇA HUMANA DE GRANITO

Aquela grande cabeça é de granito de grão fino de duas micas (Moscovite e Biotite), em pequenas palhetas.

Aquela cabeça, pelo seu tamanho e certas particularidades, afigura-se-me ter sido decepada a uma estátua de guerreiro lusitano.

A altura total da peça é de 39 cm.

A cabeça é grande e tem as seguintes medidas.

Perímetro máximo no plano fronto-occipital, de contorno elíptico, 75 cm. Diâmetro antero-posterior máximo 26,6 cm. Diâmetro transverso máximo 19,2 cm. Com estes dois valores determina-se o índice cefálico de 71,4; dolicocefalia. Diâmetro frontal máximo 15,1 cm. Altura da face, glabella ao mento, 19,5 cm. Perímetro do pescoço, por cima do torques 54,0 cm.

Norma frontal ou facial

A face é de contorno elíptico.

A testa alta é quase aprumada na vertical.

Olhos bem esculpidos encovados, com o globo ocular em saliente esferoidal, íntegro no olho direito, e ligeiramente esmoucado no olho esquerdo.

O nariz, quebrado quase até ao plano da face, teria o comprimento de 10,2 (?) cm e a largura das asas do nariz seria de 54 (?) ou 55 (?) mm.

Boca marcada por um sulco pouco fundo com 4,4 cm de comprimento. Digamos, boca apenas riscada, nem sequer mostra leves sinais de lábios.

Um pouco por toda a face, e pela nuca, há marcas de mutilações por erosão resultante do rolamento ou arraste da peça. Aliás informaram que aquela cabeça, algumas vezes tem servido de calço à porta da sacristia.

As comissuras da boca não se patenteiam. Pelo que se vê na fenda bucal colhe-se a impressão de que se trata de uma boca pequena.

Queixo largo e robusto, ligeiramente mutilado.

A partir do alto da testa, na região fronto-parietal mediana há um saliente em cordão, uma espécie de poupa, com 10 cm de comprimento por 4,5 cm de largura, marginado por dois sulcos, o do lado direito a todo o comprimento da poupa. Do sulco do lado esquerdo restam atrás, apenas 4 cm. O resto foi mutilado.

Norma lateral ou de perfil

A fotografia em norma lateral direita mostra a face apurada, quase vertical o que corresponde a um ortognatismo perfeito (Fig. 5 C).

Contorno superior da cabeça aplanado (ligeira platicefalia).

Região occipital proeminente em acentuada convexidade.

Na região auricular há uma covinha irregular que poderia talvez, corresponder à abertura do canal auditivo. Tanto à esquerda como do lado direito, a seguir ao alto do ramo montante da mandíbula, vê-se um rebordo que pode ser o lobo da orelha, a que se segue, cerca de 2 cm, o rebordo do antitragus.

Na base da nuca vê-se um saliente em refego com 4 a 5 cm de largura, encimado por outro refego mais estreito, apenas com 1,7 cm de largura.

A porção montante mandibular parcialmente mutilada.

No pescoço salienta um cordão, com 3 cm de largura e cerca de 1 cm de altura, que representa um torques.

Norma occipital

A fotografia da Est. II, Fig. 5 D mostra os dois salientes do refego da base da nuca, o superior estreito com 1,5 cm de

largura, limitado por dois sulcos, dos quais o inferior o separa do saliente mais largo, com 4 a 5 cm de largura. Talvez se possam interpretar estes salientes com um remate da cabeleira.

À roda do pescoço o saliente em cordão que representa nitidamente o torques já referido.

Na parte alta da nuca, junto da linha occípito-parietal vê-se uma saliência irregular com sinais de mutilação erosiva. Recorde-se que aquela cabeça tem servido de calço à porta da sacristia.

CONCLUSÕES

A lápide de mármore, lusitano-romana, permitirá, quer pela sua morfologia, quer pelo tipo de letras, atribuí-la talvez ao século III ou IV d. C.

Registe-se que, em Trás-os-Montes o mármore só aparece no norte do distrito de Bragança, em termo de Miranda do Douro, nas pedreiras de Santo Adrião, em S. Pedro da Silva, e em termo de Vinhais, a distâncias de mais de 100 km da Vila-riça.

A cabeça de granito, em nosso parecer, foi decepada a uma estátua de guerreiro lusitano.

Merece especial realce a existência, em torno do pescoço, do torques já referido, que, na frente, na altura da garganta, termina por dois topos alargados para 3,5 cm. O topo do lado esquerdo está mutilado, o que não permite estabelecer com segurança a distância de separação dos topos que devia ser da ordem, pelo menos, dos 5,5 a 6 cm.

A algumas estátuas de guerreiros lusitanos existentes em alguns dos nossos museus falta a cabeça. Assim sucede, por exemplo, em duas dessas estátuas que se conservam no Museu da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães.

No *Catálogo do Museu de Martins Sarmento — Secção de Epigrafia latina e Escultura antiga*, por Mário Cardoso, 2.^a ed., Guimarães, 1972, a pág. 153 reproduz-se em fotografia as duas estátuas de guerreiros lusitanos decapitadas. Uma trazida por Martins Sarmento do adro da igreja de S. Jorge de Vizela, não



Fig. 1 — Parte do esqueleto posto a descoberto pelo Sr. P.^e Anselmo, Rev.^o Pároco de Vilarelos e por ele fotografado.

Fotografia do Rev.^o P.^e Acácio Alfredo Anselmo



Fig. 2 — A caveira do esqueleto da figura anterior.

Fotografia do Rev.º P.º Acácio Alfredo Anselmo

Fig. 3 — Lápide em cipo de mármore branco, existente na capela da Nossa Senhora dos Anúncios (Vilarelhos — Alfândega da Fé). A caineta mede 14,5 cm.



Fig. 4 — Resto da legenda da lápide funerária, consagrada a dois mortos.

Fotografias do autor

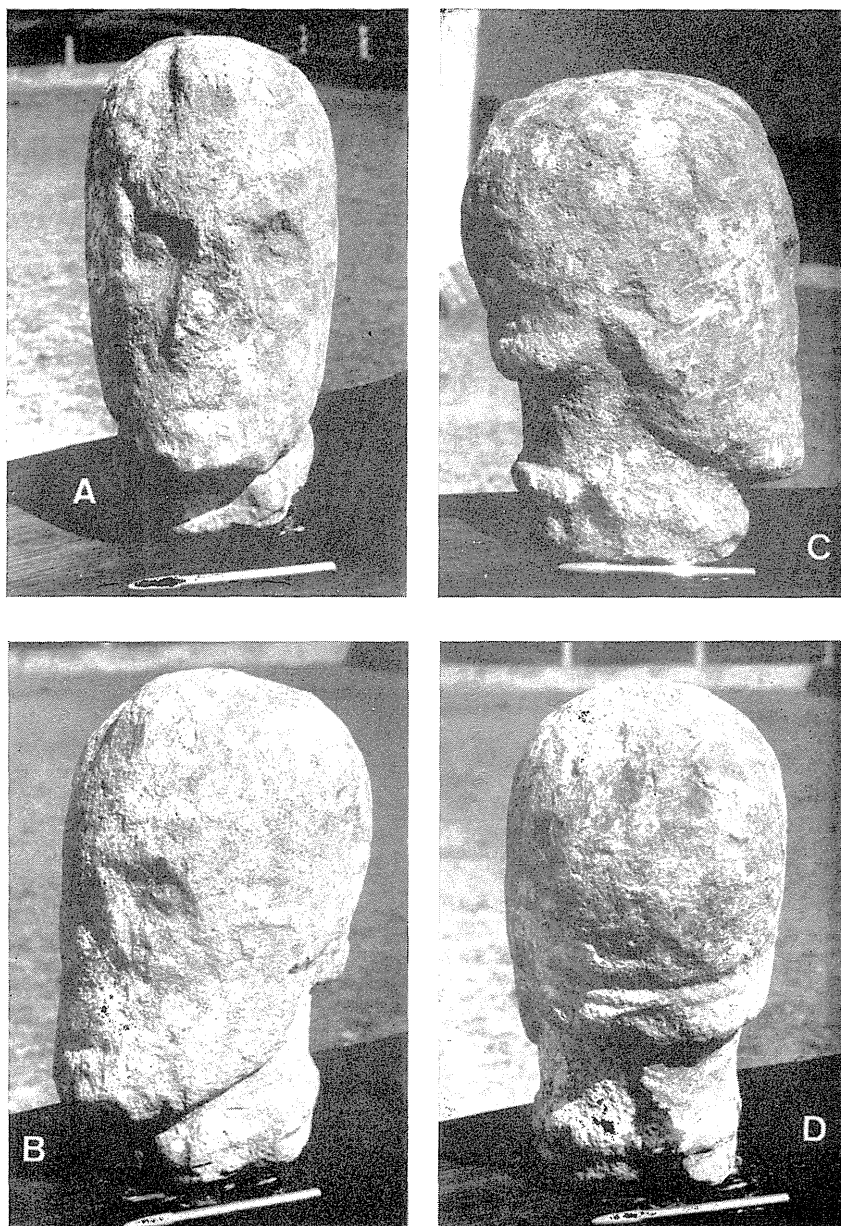


Fig. 5 — Cabeça de granito do Monte de N.^a Senhora dos Anúncios (Vilarelhos — Alfândega da Fé). As fotografias B, de perfil, e a D, em norma occipital mostram bem o torques e o rebordo nucal da cabeleira. A caneta mede 14,5 cm.

só lhe falta a cabeça como tem as pernas partidas pelo meio da canela. Segundo Mário Cardoso, antes de sofrer a mutilação, aquela estátua deveria atingir a altura de 2,40 m. A outra veio de Santo Ovídio (Fafe). Não tem cabeça e tem as pernas cortadas pelos joelhos. É mais robusta que a anterior. Antes de mutilada a sua altura devia rondar os 2,60 a 2,70 m, se não mesmo mais.

O facto de existirem estátuas de guerreiros lusitanos decapitadas valoriza o nosso parecer de que a cabeça de Vilarelhos teria pertencido, com toda a probabilidade, a uma dessas remotas estátuas, consideradas proto-cristãs, até agora só aparecidas no ocidente peninsular e nomeadamente no entre Douro e Minho.

Não tenho conhecimento de ter aparecido estátua de guerreiro lusitano ou seu fragmento no distrito de Bragança.

A cabeça de guerreiro do Monte de Nossa Senhora dos Anúncios, de Vilarelhos, por si mesma e pela localização do seu achado, tem marcado interesse arqueológico.

Como no Monte da capela da Senhora dos Anúncios deve ter existido um velho castro, poderá pôr-se a hipótese de aquela cabeça ser de origem local. Esta hipótese tem como contradita o facto de não ter aparecido o corpo, que, a ajuizar pelo tamanho da cabeça, devia ser bastante grande. Porém não é de estranhar que o mesmo tenha sido esfarrapado à marretada.

Por outro lado pode admitir-se que aquela cabeça tenha vindo de algures como troféu de guerra, ou simplesmente como índice de fúria iconoclasta.

Enquanto Alfândega da Fé não tiver museu, será conveniente depositar aquela cabeça, e a lápide, num museu regional, que poderá ser o de Vila Flor ou o de Bragança.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Dezembro de 1977

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Antigo Director do Inst. de Antrop. «Dr. Mendes Correia»
Presidente da Soc. Portuguesa de Antropologia

Cabeça — Troféu do Museu Municipal de Chaves

O Museu Municipal de Chaves, cuja fundação se deve ao Dr. Francisco Gonçalves Carneiro Júnior, tem já um conjunto de peças arqueológicas de grande interesse. É boa a colecção de lápides, que foram estudadas pelo distinto arqueólogo Coronel Mário Cardoso (1).

Entre as peças de vários períodos pré-históricos e proto-históricos, ali expostas, avulta a estátua sem braços de Faiões, peça rara que foi estudada pelo Dr. Araújo Jorge, Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que a interpretou como estátua menhir e que bem pode representar um ídolo (2).

Na secção de escultura arcaica do Museu de Chaves existe uma cabeça de granito, que se reproduz na Fig. 1. A face posterior apresenta lascado irregular de desbastes, com 2 grandes lascas na parte mais alta. Parece ter sido lascada à martelada. A natureza do desbaste por lascas leva a crer que teve nuca.

Tem de comprimento 28 cm e de largura 18 cm.

(1) Mário Cardoso, *Algumas inscrições lusitano-romanas da região de Chaves*, ed. da Câm. Municipal de Chaves, Chaves, 1943, 72 págs., 4 Figs.

(2) Estátua sem braços. No esplênido volume *Quetzalcoatlé*, por José Lopez Portillo, Demétrio Sodi e Fernando Diaz Infante, México, 1977, 247 págs., ricamente ilustrado com excelentes gravuras, a pág. 13 vem publicada fotografia de uma grande estátua de pedra sem braços, que na pág. 78 aparece num conjunto de pelo menos cinco estátuas, e na pág. 18 vem reproduzida em desenho diminuto, tendo junto da base escrito *Tolteca*. Suponho que este nome indica que a arte daquela estátua é de origem *tolteca*, ou seja do povo *Tolteca* que, vindo do norte, em épocas remotas, se instalou nos vales centrais do México, depois da caída de Teotihuacan, e de que Tula foi a cidade capital dos toltecas.

Embora não tenha encontrado no livro indicação concreta do significado daquela estátua sem braços, é de crer que seja a representação de um ídolo.

Don José Lopez Portillo, prestigioso colaborador do esplênido volume *Quetzalcoatlé*, é o actual presidente da República do México.

A face é de contorno oval com testa pequena e fugidia; olhos grandes, circulares, com o globo ocular esferoidal; nariz em parte mutilado; do que dele ainda resta colhe-se a impressão de ter sido largo (platirrinia ou pelo menos mesorrinia); boca bem rasgada com 5 cm de comprimento e 2 cm de maior altura; mento ligeiramente acuminado; dos lados, pequenos salientes esboçando orelhas.

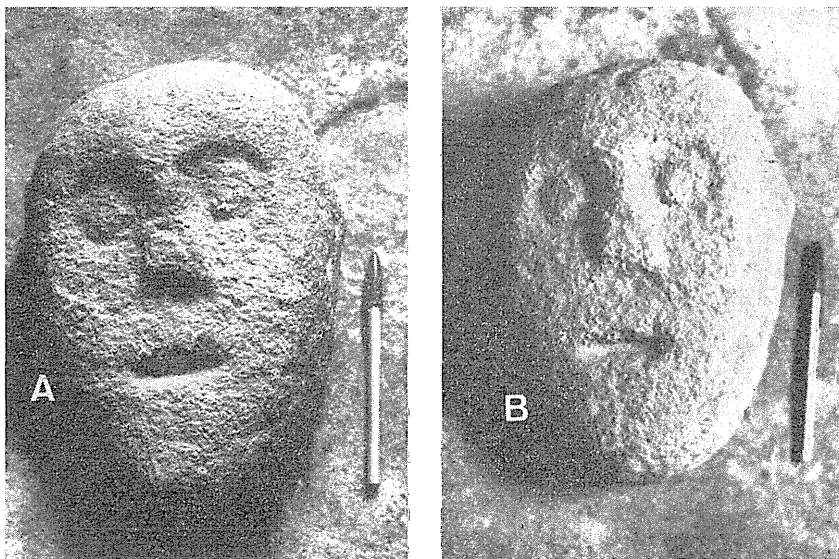


Fig. 1 — Cabeça de granito do Museu Municipal de Chaves. Procedência desconhecida. A — fotografia tirada com luz incidente no vértice da cabeça. B — fotografia com luz de incidência lateral, para corrigir a falsa impressão de sobrancelhas dada pela fotografia A. A caneta mede 14,5 cm.

Considerando os três andares da face, pelo predomínio do andar médio, pode considerar-se aquela face como do tipo respiratório.

A escultura é rude, como se vê em peças similares de averiguada origem castreja.

Não se lhe conhece a procedência. No entanto é lícito considerá-la de tal origem: e, assim, é de crer que tenha vindo de algum dos muitos castros que há na região de Chaves, e julgo não será descabido considerá-la como cabeça troféu, arrancada a estátua ou busto de que faria, muito provavelmente, parte integrante.

Peça semelhante, que me parece ainda mais fruste, vem reproduzida na Fig. 3 do artigo *Por las rutas de la Prehistoria*, de José Guerra Mosquera, in «Boletín de la Comisión Provincial de Estudios Históricos y Artísticos de Lugo», Tomo IX, n.ºs 85-86, Lugo, 1976.

É assim referida: «Tanto el Castro de Barán (Paradela) como el de S. Martín de Cortes (cohors-otis = cohorte!) en Portomarín, han obsequiado a los estudiosos inquiridores del pasado con abundantes restos pre y protohistóricos, tal como le dejó magistralmente registrado nuestro querido D. Manuel Vazquez Seijas, en su obra *Lugo en los tiempos Prehistóricos*.

Entre tais restos destaca uma escultura do Castro de Cortes, «cabeza-trofeo» de que não indica dimensões, e que reproduz na Fig. 3, e acrescenta: ... «a la que debemos sumar otra, recientemente guardada en una casa inmediata a Iglesia de Santa María de Loyo».

Tanto quanto o permite ver a reprodução fotográfica da citada Fig. 3, e o autor o afirma, trata-se de uma *cabeza-trofeo*, o talvez, la representation de un jefe de tribu, divinizado a su muerte, como era frecuente en los tiempos prehistóricos».

A face é de contorno ovalar de queixo acuminado; olhos redondos e profundos, assim o leva a crer a sombra circular dos mesmos; o olho esquerdo, mutilado, mostra-se em semicircunferência de bordo infero-externo rectilíneo; nariz pouco ou nada saliente (mutilado?); boca pequena; não se vislumbram sinais de orelha. Do lado esquerdo vê-se um rebordo, que segue do meio da face até à testa, que pode querer representar o bordo anterior do cabelo.

A cabeça-troféu do Castro Galego de S. Martin de Cortes e a do Museu de Chaves são semelhantes; ambas de granito, do mesmo tipo rude de escultura e de traços fisionómicos similares.

Isto me leva a crer que a cabeça exposta no Museu de Chaves deve ser cabeça-troféu, e, embora de procedência desconhecida, muito provavelmente de origem castreja.

Uma cabeça, também de granito, e esta completa e com pescoço, existente no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães, poderia talvez ser considerada como cabeça troféu.

Tal cabeça foi achada no Castro de Santa Iria, próximo da Citânia de Briteiros e fronteiro ao vale do rio Ave.

O coronel Mário Cardoso reprodu-la em fotografia na pág. 87 do *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento — Secção de Epigrafia e Escultura antiga*, 2.^a edição ilustrada, Guimarães, 1972.

Descreve-a como cabeça humana de granito do Castro de Santa Iria, onde foi encontrada, em 1876, e oferecida a Martins Sarmiento.

Tal escultura que, diz ... «tem o mesmo carácter rude e primitivo das esculturas citanienses. Mede 26 cm de altura desde a base do pescoço». Interpreta-a como «ídolo (?)».

Aquela cabeça do Castro de Santa Iria tem, como a de Chaves, e como realçou Mário Cardoso, o mesmo carácter grosseiro e rude da arte escultural castreja.

Comparando as duas esculturas verifica-se que a de Santa Iria tem pescoço, enquanto que este falta na de Chaves, a qual, pelo aspecto da ampla mutilação da parte posterior da cabeça e inferior da mesma, parece ter sido acintosamente quebrada, decapitando a estátua ou busto a que provavelmente teria pertencido.

Além de que a cabeça do Castro de Santa Iria tem olhos bem esculpidos em amêndoa, com sobranceiras, tem orelhas e boca amplamente rasgada.

A face inferior do pescoço, tanto quanto mostra a fotografia, parece ser plana. Se de facto essa face inferior não mostra sinais de quebraçura, tal cabeça deve ter sido esculpida tal como se nos apresenta, e, sendo assim, a hipótese posta por Mário Cardoso de se tratar possivelmente de um ídolo, tem mais visos de veracidade do que se tratar de singela cabeça-troféu, hipótese que, no entanto, também poderá pôr-se, pelo facto de os ídolos, por via de regra, terem ampla representação somática.

Como troféus também podem ser consideradas algumas cabeças de porcos de granito («berrões proto-históricos») do norte de Portugal ⁽¹⁾, e ainda uma cabeça de guerreiro lusitano de que nos ocupamos noutro artigo deste mesmo fascículo.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Outubro de 1978

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente da S. P. A. E.

O terreiro comunitário da Aboadela

(Amarante — Marão)

Aboadela é um velho povoado, hoje freguesia e uma das mais ricas do concelho de Amarante.

O *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e insular*, de Américo Costa, vol. I, pág. 28 e seguintes, trata da Aboadela e diz: «Esta antiga freguesia, que o Padre Carvalho chama Santa Maria de Bobadela, fazia parte da Honra de Ovelha, con-

⁽¹⁾ J. R. dos Santos Júnior, *A cultura dos berrões no nordeste de Portugal*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. xxii, fasc. 4.º, págs. 353-515, 31 desenhos e LIII Est. com figs. 32 a 131.

juntamente com a freguesia de S. Pedro de Canadelo, e era da Coroa, com Juiz ordinário e de órfãos e com vereadores e procuradores eleitos pelo povo, com confirmação do corregedor de Guimarães».

A comarca foi também designada Honra de Ovelha do Marão. Foi vila e couto, e era uma das 10 beatrias do reino ⁽¹⁾.

D. Sancho I deu foral a Hermelo e a Ovelhinha (Ovelha do Marão), em Guimarães em Abril de 1196.

D. Afonso II o confirmou em Santarém, em Março de 1212.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, em 3 de Junho de 1514.

Está situada ao fundo da vertente ocidental da Serra do Marão, num fértil vale onde corre o rio Ovelha, que ali é atravessado por uma ponte romana de 4 arcos e com faixa de rodagem de 3,40 m.

Por aquela ponte passava a velha estrada romana, no troço de Amarante a Vila Real.

No topo da ponte assente na margem esquerda do rio Ovelha existem dois monumentos: dum lado o pelourinho, e do outro lado a cruz do perdão ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Beatrias eram as povoações que antigamente tinham especiais privilégios. Assim os proprietários não tinham nenhum encargo para com a coroa, excepto o serviço militar em condições restritas; o povo escolhia o senhor, digamos, o governador, com inteira liberdade, e até sem ser necessária a confirmação régia. A beatria era pois aquela espécie de senhorio em que os vassallos elegiam por senhor a pessoa do seu agrado, já sem limitação alguma, já entre os pertencentes a determinada linhagem. Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. iv, pág. 417.

⁽²⁾ A razão do nome de *cruz do perdão* corre na tradição ter sido a seguinte. Determinado criminoso foi condenado à morte por enforcamento, que seria um labéu, mancha infamante a estender-se sobre a família do criminoso.

Para se libertarem de tal desonra induziram o criminoso a suicidar-se na prisão.

Deste modo os parentes do condenado conseguiram o perdão da afrontosa desonra que sobre eles cairia se o parente criminoso fosse justificado pelo enforcamento, e mandaram erguer aquela cruz junto da casa que foi tribunal e cadeia.

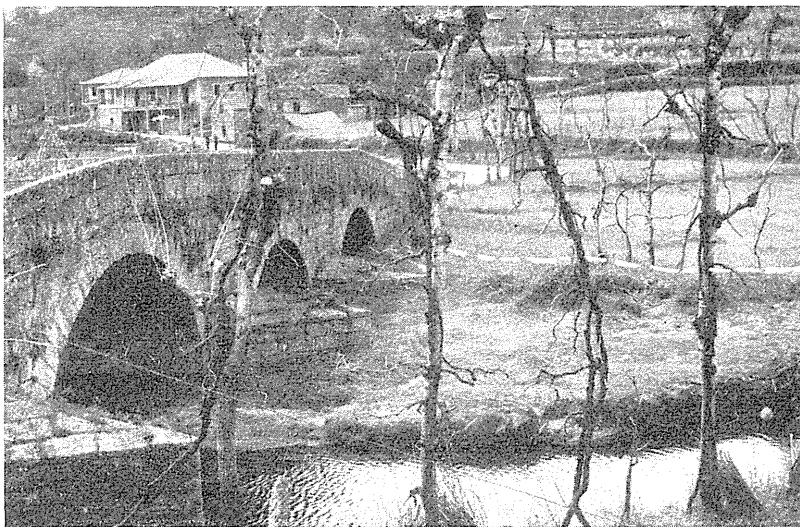


Fig. 1 — Aspecto parcial do terreiro do cabo da ponte, que se estende mais uma dezena de metros para a direita. A grande casa no segundo plano é a velha estalagem do tempo dos almocreves.

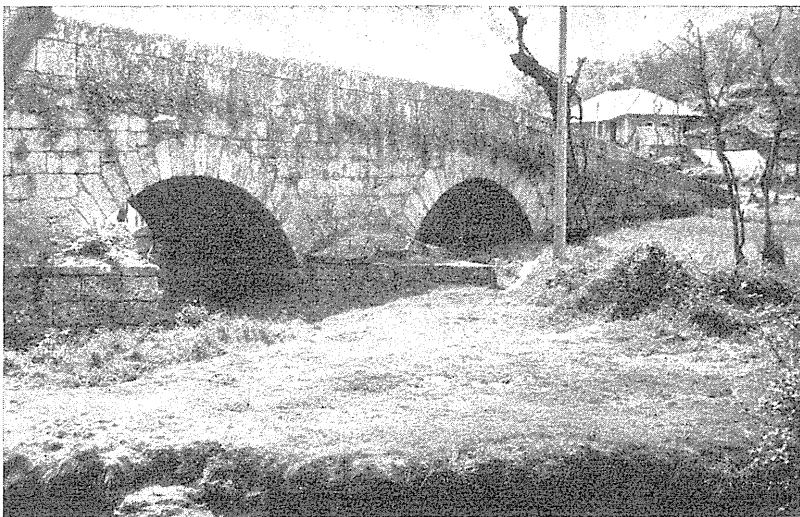


Fig. 2 — Porção do terreiro comunitário, ainda relvado, mas já invadido por silvas para a direita das quais cresce uns 15 metros.

No outro topo, margem direita do rio, há um pequeno terreiro, triangular e relvado, que bordejia o rio numa extensão de cerca de 30 m.

Ao correr da ponte o terreiro abrange dois quebra-mares e tem de comprimento apenas 15 m.

Do lado poente o actual limite do terreiro está marcado por uma fiada de choupos à borda do campo confinante, e tem de comprimento 22 m. Parece que antigamente o limite do terreiro ia além da relativamente recente fiada de choupos.

Este pequeno triângulo relvado é do povo.

Por ficar ao lado e junto do topo ocidental da ponte é chamado o *terreiro do cabo da ponte*.

É tradição que aquele terreiro foi sempre comunitário e local de congregação social.

É bem sabido que a tradição é fonte pujante de relato de ocorrências remotas, transmitidas oralmente de geração em geração, trazidas até à actualidade, em fervor saudosista, tantas vezes aureoladas pelo encanto e valor do seu significado, cheio de altruismo ou de valentia, ou de nobre sentido patriótico, ou de abnegação, ou de amplo sentido social congregante, como parece ter sido o justo significado daquele terreiro comunitário.

Aquele terreiro era juntoiro da mocidade, que ali passava tardes inteiras em danças e cantares.

Diz-se, e é bem possível que assim fosse, que ali se juntavam os homens bons e grados, bem conceituados por todos os vizinhos — os chamados homens de respeito — para decidirem como resolver tantos problemas de interesse colectivo.

Consta que ali se ajustavam casamentos. Em tais casos pode dizer-se que tais ajustes tinham penhor social.

Os homens de respeito, com a assistência de maior ou menor número de vizinhos, combinariam a oportunidade, e como, se fariam certos serviços de interesse comum. Como se sabe o mesmo sucedia em muitas povoações de Trás-os-Montes.

Naquele terreiro se combinaria a reparação de caminhos e calçadas, a limpeza das fontes, a exploração ordenada dos maninhos, pelo pastoreio, pelo corte de árvores e de matos, e, dum modo geral, todos os assuntos de interesse colectivo.

Assim aquele terreiro comunitário, em manifestações de pura democracia, teria sido assembleia de resoluções em prol do bem comum, decididas pelos homens de respeito, em serviços que todos os vizinhos aprovavam e em que todos participavam animosamente.

Quinta do Carregal — Aboadela — Amarante
Agosto de 1978

MÁRIO DE MORAIS PEIXOTO
Professor primário aposentado

A lenda da Fraga Nédia — Marão

A Fraga Nédia é uma pequena e agreste escarpa rochosa, logo a seguir à ponte da Fraga Nédia sobre o rio Olo, na borda da estrada florestal que vai da Sapinha a Fridão.

O rio Olo nasce nas Lamas de Olo. Ao passar nos Cabris forma a majestosa queda de água, em cujo despenhadeiro as águias fazem, ou faziam, os seus ninhos.

É tão agreste aquele recanto da Fraga Nédia, de margens tão alcantiladas e pedregosas, que corria nos povos das redondezas o seguinte dizer. — No dia em que ali passar uma estrada, está o mundo a chegar ao fim.

A montante da ponte, a mata é muito densa e impenetrável. Há quem julgue aquele pedaço de mata resto da primitiva cobertura florestal do Marão.

A aspereza e o empinado das margens do rio, e a anexa mata espessa e impenetrável, com a fiada rochosa da Fraga Nédia, a que a abertura da estrada cortou um pedaço, são impressionantes, e, sem dúvida, prestam-se à criação da lenda que considerou aquela Fraga como coito do Diabo.

Conheci, quando menino, o Sr. Manuel Alves, afamado pescador à chumbeira e frequentador do rio Olo, que ele conhecia, pode dizer-se, como as suas mãos.



Fig. 1 — Troço da estrada de Sapinha a Fridão com a ponte da Fraga Nédia sobre o rio Olo. Em pano de fundo a mata silvestre talvez primitiva.

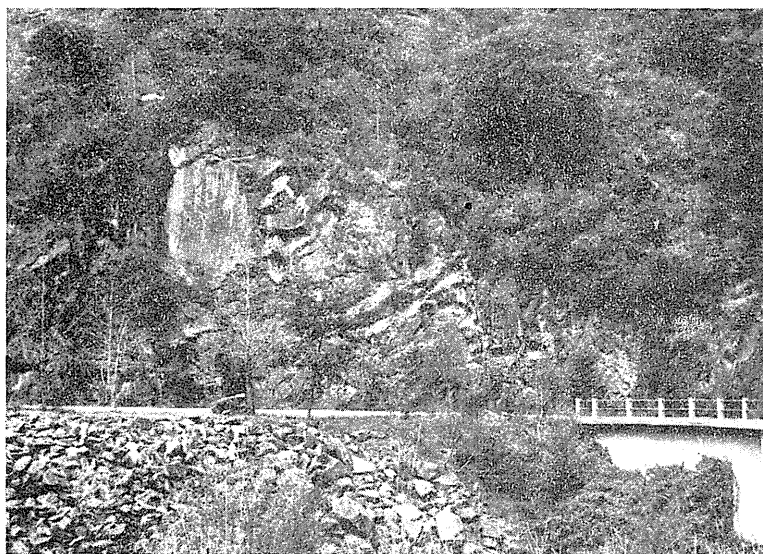


Fig. 2 — Logo à saída da ponte vê-se a escarpa rochosa da Fraga Nédia.

Ora o Sr. Manuel Alves e seu filho José, que hoje tem a linda idade de 85 anos, foram uma noite aos peixes, como tantas vezes acontecia.

Nessa noite, luarenta e sossegada, a pesca começou no Buchal, perto da Fraga Nédia.

Chegados ao local próprio, tirou a chumbeira do saco, ajeitou-a de modo conveniente e lançou-a num poço, com aquela maestria que lhe era peculiar.

Ficou porém, surpreso e admirado quando ouviu, perto e distintamente, o ruído característico, bem conhecido dele, de outra chumbeira que caía na água, em tempo quase simultâneo. Olhou, mas não viu ninguém.

Colheu a chumbeira e chamou o Zé para o ajudar a tirar o peixe da rede. Não foi preciso, pois a chumbeira veio sem nada.

Um pouco desconcertado, pois aquele poço costumava dar sempre peixe, por estar próximo do moinho Rasgado, que sempre deixa cair uns grãozitos, que o peixe procura sobretudo de noite, seguiu rio acima.

Fez um lanço no açude do Jorge. Tudo se passou como no Buchal. O mesmo ruído de chumbeira lançada perto e sem vislumbrar quem a tivesse lançado. Ao colher a rede, nem um peixinho para amostra.

Passou pelo poço do Regado e fez lanços em todos os pontos em que, doutras vezes, fizera abundantes colheitas. Naquela noite nada.

Era o enguiço que o perseguia com o bater na água daquela chumbeira fantástica, que mão misteriosa lançava, e que ele não via, mas cujo baque ele sentia distintamente.

Ao chegar ao poço do Barril, tirou o chapéu, fez o sinal da cruz, levantou os olhos ao céu e disse. — Isto só por arte do diabo!

Ouviu-se um ruído estranho, um leve cheiro a enxofre queimado, e tudo voltou ao silêncio pesado.

O emérito pescador afirmava, convicto, que o diabo saíra da Fraga Nédia e para lá voltara escorraçado pelo esconjuro feito de olhos postos no céu.

Dali até ao Açude do Povo, término da pescaria, passando pelos poços do Tapado, da Ponte e do Boqueiro, todos os lanços deram muito peixe, e graúdo. Encheu o cabaz e ainda uma pequena saca de merenda, onde deitou uma boa dúzia de peixes que não couberam no cabaz.

Na Fraga Nédia, às vezes vêem-se luzes misteriosas, que o povo atribui a almas penadas.

Uma noite, em recuados tempos, apareceram uns clarões, observados por várias pessoas, de tal intensidade que dava a impressão de que a serra estava a arder.

Grande admiração foi, ao outro dia, ao verificarem que a serra conservava a mesma verdura. Do fogo da véspera nada mais restava do que a lembrança daquele grande incêndio fantástico, que aterrara várias pessoas, e cuja natureza era de explicação difícil.

Um meu velho amigo, falecido há pouco, disse-me que por várias vezes observara essas luzes estranhas e misteriosas. Mais me disse que tendo perguntado a um seu velho tio, o Padre das Casarolas, o que era aquilo, este lhe dissera: — Aquilo são *colmeeiros*.

Os *colmeeiros* eram as almas penadas das pessoas que em vida tinham roubado colmeias, para cujo crime não havia perdão.

Após a morte, as almas dessas pessoas, que não tinham lugar nem no céu nem no inferno, ficavam transformadas em fantásticas luzes, vagueando pelo mundo, até à consumação dos séculos.

É de Teixeira de Pascoais, esta referência à Serra do Marão, de que ele foi enamorado. «Num cerro do Marão, estranha luz meus olhos deslumbrou».

Conta-se que, também há muitos anos, certo mocetão, de fole às costas e vara de pau na mão, foi uma noite ao moinho das Figueiras, para moer a fornada como tantas vezes tinha sucedido.

Cerca da meia-noite o mocetão veio cá fora para despejar a bexiga.

Pela encosta da serra deslizava errante uma vultuosa luz, que no seu palor oscilante, magicamente translúcido, dava uma nota de sobrenatural e de mistério.

O mocetão, na sua irreverência juvenil, e na petulância de rapaz valente, gritou a plenos pulmões. — Ó *colmeeiro* anda alumiar-me para eu mijar.

Imediatamente a luz deixou o seu vaguear errante e partiu célere na direcção do atrevido rapaz. Este mal teve tempo de fechar a porta do moinho, e ouviu o som característico duma forte botefata na porta, como se fosse dada por mão de ferro. Nessa noite não voltou a sair cá fora.

Ao outro dia ficou seriamente admirado ao ver na porta, marcada a fogo, a mão que naquela noite tinha batido fortíssima palmada.

Fui ao moinho das Figueiras. A velha porta, arruinada e gasta pelo uso de muitos anos, tinha sido substituída por porta nova.

Com o desaparecimento da velha porta desapareceu o testemunho da tremenda bofetada dada com mão de fogo.

Afirma-se que durante muitos anos muita gente viu a mão estampada a fogo na porta do moinho.

O nome do mancebo valentão perdeu-se no decorrer dos anos.

O moinho lá está.

A história da bofetada de fogo mantém-se na lenda que acabamos de expor, e vai sendo transmitida de pais a filhos.

Quinta do Carregal — Aboadela — Amarante
Agosto de 1978

MÁRIO DE MORAIS PEIXOTO
Professor primário aposentado

Subsídios concedidos para a publicação de trabalhos

A Direcção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e da Investigação Científica, concedeu à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia o subsídio de 130.000\$00 para publicação deste fascículo do Vol. 23 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da nossa Sociedade.

Ao Senhor Director-Geral do Ensino Superior são devidos justos e bem merecidos agradecimentos por haver patrocinado a nossa petição de subsídio, despachado por sua Excelência o Secretário do Estado do Ensino Superior e Investigação Científica em 30 de Outubro de 1978.

*

A benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, que à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia tem prestado muitos e valiosos auxílios, concedeu em 1977 um subsídio 30.000\$00 para publicação de trabalhos, que não pôde então ser aplicado. Valeu-nos agora como complemento do subsídio concedido pela Direcção-Geral do Ensino Superior, e para a distribuição do fascículo pelos nossos sócios e pelas cerca de 500 entidades nacionais e estrangeiras com que permutamos a nossa revista.

*

Aproveito o ensejo para também apresentar agradecimentos à Direcção-Geral do Património Cultural, que tem estimulado e amparado tarefas de pesquisas e de investigações científicas levadas a cabo pela Sociedade de Antropologia. Recordarei apenas que o fascículo anterior, o 1.º deste 23.º Vol. da nossa revista, foi subsidiado em 1977, por esta Direcção-Geral com 155.000\$00.

À Direcção-Geral do Património Cultural testemunho, mais uma vez, os agradecimentos da Sociedade de Antropologia e meus pessoais, pela solicitude com que sempre atendeu os nossos pedidos.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente da S.P.A.E.



Lutuosa

Dr. António da Costa e Almeida

O nosso consócio Dr. António Correia da Costa e Almeida, natural do Porto, onde nasceu a 10 de Agosto de 1891 e ali faleceu em 20 de Novembro de 1978.

Foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Esta Sociedade, que foi fundada em 26 de Dezembro de 1918 e tem em publicação o seu 23.º volume da sua revista, deveu-se a condicionalismos de vária ordem, e, sobretudo, à vontade decidida do meu querido Mestre Prof. Mendes Correia, que soube agregar à sua volta um grupo de homens superiores, Aarão de Lacerda (pai), Luís Viegas e Bento Carqueja, três distintos Professores da Universidade do Porto, que com Mendes Correia constituíram o núcleo inicial da Sociedade.

A estes quatro Professores se juntou um notável grupo de sócios fundadores (vd. Vol. XXI desta nossa revista, págs. 38-40) que criaram um excelente condicionalismo ao nascimento vivo doiro da Sociedade de Antropologia.

Foram 30 os sócios fundadores e entre eles os seguintes, que então eram, ou vieram a ser Professores universitários: Leite de Vasconcelos, Eusébio Tamagnini, Baltasar Osório, Abel Salazar, Bento Carqueja, Aarão de Lacerda e Luís Viegas.

Ao lado deste grupo de universitários esteve também como sócio fundador o Dr. António Correia da Costa e Almeida, que era licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, e onde também tirou o curso de Letras.

Costa e Almeida foi Conservador do Registo Civil no concelho de Valongo, de cuja Câmara foi Presidente durante alguns anos.

Substitui seu pai como Contador dos processos na 4.^a Vara do Tribunal de S. João Novo. Depois passou a Chefe da Secretaria Central do Segundo Juízo Cível do Tribunal de S. João Novo.

Foi professor, e distinto, de Português, Geografia e História no Colégio de Ermesinde, durante 20 anos, e, depois, nos Colégios Almeida Garrett e Universal.

Era homem de vasta cultura geral, de um aprumo de conduta exemplar e duma simplicidade cativante.

Era o sobrevivente do notável grupo dos 30 sócios fundadores da nossa Sociedade Portuguesa de Antropologia.



REVISTA BIBLIOGRÁFICA

FRANCISCO JORDA CERDA — **Restos de un Culto al Toro en el Arte Levantino?** — Sep. de «Zephyrus», xxvi-xxvii, Barcelona, 1976, pág. 187 a 216, 35 Figs.

O A., distinto Professor de Arqueologia na Universidade de Salamanca, logo de entrada se refere aos trabalhos de Caro Baroja, Alvarez Miranda e Blanco Freijeiro que estudaram o touro como elemento religioso, ao longo de várias etapas culturais e sobre abundante material.

Na análise dos materiais proto-históricos relacionados com o touro ocorreu-lhe a necessidade de reunir os elementos conhecidos das pinturas rupestres da arte levantina naturalista e da arte esquemática — esta, em seu parecer, de possível maior antiguidade do que a levantina —, e, em face da documentação reunida, procurar possíveis associações das representações proto-históricas do touro com práticas religiosas.

Numa justa separação de valores o A. repartiu os abundantes materiais pictóricos da arte levantina por cinco temas: A) Figuras de touros isolados; B) Touros entre várias figuras mas sem formar cena de conjunto; C) Touros em grupo ou manada; D) Touros em relação com figuras humanas; E) Representações simbólicas relacionadas com o touro.

Passa em revista cerca de 100 representações táuricas na série de 36 abrigos e «cuevas», que foram descobertas e estudadas por vários arqueólogos, entre os quais, Obermaier, Cabré, Breuil, Almagro, Beltran, Ripoll.

No capítulo final «Los rasgos de un posible culto al toro» alude às possíveis interpretações ou significado dos vários conjuntos pictóricos, que se podem relacionar com «actividad gana-

dera», com «juegos» ou divertimentos com touros, digamos tauromaquia, que considera versão hispânica das tauromaquias ou *taurokathpsaii* cretenses, com a caça e com danças.

No abrigo IV de «Cingle de la Gasulla» aparece uma figura humana em atitude de dançante, que o autor considera em posição inclinada e reverente perante uma figura humana com cornos abertos, figura que, segundo o A., por «revestida com os atributos táuricos, poderíamos considerar provisionalmente como un dios-toro». Outras pinturas levam o A. à mesma interpretação.

Termina por concluir que a arte levantina fornece uma série de elementos que permitem admitir um possível culto ao touro, como divindade.

Esta hipótese formulada pelo A. é plausível.

É de admitir que grande número de pinturas de touros na arte levantina, sejam manifestações de velho culto zoolátrico, no qual certos animais eram considerados sagrados, possuindo, seguramente, mágico poder tutelar.

A veneração e conseqüente adoração dos animais, deve ter começado, naturalmente, por uma atitude de reconhecimento pelos benefícios por eles prodigalizados.

Ora o touro era animal que fornecia aos homens primitivos abundante e excelente carne, óptima e resistente pele e mais os chifres e os ossos. Daí o natural reconhecimento do homem pelos benefícios recebidos. O reconhecimento dos predicados do animal benéfico, origina, naturalmente, sentimentos de gratidão, o que levaria os homens de rude grau de cultura, à veneração, ao culto e adoração do touro como divindade benfazeja.

O mesmo disse dos porcos de pedra ou «verracos», no meu trabalho *A cultura dos berrões no nordeste de Portugal* publicado no fasc. 4.º do vol. xxii dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, págs. 353 a 515 e 131 Figs.

Suponho poder aplicar-se ao touro aquilo que averigüei quanto às estátuas de pedra de porcos de cobrição, os chamados *berrões* ou *verracos*, que devem ter sido consagrados ao deus-porco.

O deus-touro e o deus-porco são, seguramente, manifestações do homem de eras remotas no culto zoolátrico a animais benfazejos.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

JULIAN BECARES — **Pinturas del Corral de Morcilla** (LAS BATUECAS), Sep. de «Zephyrus», XXVI-XXVII, Barcelona, págs. 225 a 232, 6 Figs.

Em Novembro de 1973, o Prof. Dr. Jordá descobriu o novo abrigo com pinturas no Corral de Morcilla, nas Batuecas, e encarregou o A. do seu estudo.

Trata-se de um abrigo com cerca de 10 m de comprimento com um saliente cimeiro ou pala protectora, abrigo que era aproveitado para recolha de gado, e daí o nome de curral. As superfícies lisas foram aproveitadas para nelas pintar a vermelho e a ocre acastanhado dois conjuntos de 37 sinais. No conjunto da esquerda, pintado a vermelho, há umas 15 ou 16 figuras humanas esquemáticas. No conjunto ou grupo da direita há também umas 10 figuras humanas esquemáticas, do mesmo tipo das do grupo da esquerda, traços e pontos, e um pequeno axadrezado, com 35×20 cm formado por quatro traços horizontais cortados por oito traços verticais, que, pelo seu entrecruzamento, originam pelo menos 15 rectângulos ou quadrados, axadrezado que o A. interpreta como um tectiforme.

O A. descreve pormenorizadamente cada uma das pinturas indicando as respectivas medidas.

O trabalho remata com o capítulo «Características, Paralelos e Cronologia».

Nas conclusões acentua, e bem, o predomínio de figuras humanas com ausência de figuras femininas, «claramente diferenciadas», o que é certo neste particular.

No entanto, as figuras 4 e 5 do conjunto da parte esquerda do abrigo (estendido da Fig. 6) podem representar, ao menos

assim as interpreta, o casal, *le couple* dos franceses, em que a Fig. 4 seria a mulher, pois na Fig. 5 está bem patente o órgão sexual masculino.

Quanto ao axadrezado, que, como o autor indica tem sido considerado como cabanas, vivendas ou cercas (Pilar Acosta) ou como choças ou trenós (Breuil), considera-o como tectiforme, sem dizer as razões que o levam a considerá-lo como tal. O axadrezado do Corral de Morcilla poderá ser considerado como representando uma jangada.

Na pág. 232 o A. alude às *Pinturas do Cachão da Rapa* que tive a sorte de redescobrir em 1930 e publiquei no Vol. VI dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Porto, 1933, págs. 185 a 222, 11 Figs., um estendido e IX Est. com mais 9 Figs.

Os axadrezados do Cachão da Rapa, como no trabalho referido indiquei, são sobreponíveis às placas ídolos, tão abundantes nos espólios dolmênicos do sul de Portugal e da Espanha.

No meu trabalho considerei os sinais axadrezados do Cachão da Rapa como ídolos e o mesmo como um santuário rupestre do eneolítico ou da Idade do Bronze. Anati, como o autor refere, atribui-lhe a cronologia de 1500 a 900 a. C., período avançado da Idade do Bronze.

Quanto ao enxadrezado da *Pedra Escrita de Ardegães*, a que o A. se refere também na pág. 232, por mim descoberta no lugar de Ardegães, da freguesia de Águas Santas e concelho da Maia, a cerca de 4 km a norte do Porto, o mesmo é complexo e considero-o como um conjunto idoliforme.

O grosso bloco de granitos, em cuja face aplanada foi gravado o complexo enxadrezado de Ardegães, fi-lo transportar para a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto onde se encontra.

Pelo que acabo de expor, quer as pinturas do Cachão da Rapa, quer as gravuras de Ardegães, em nosso parecer, não se prestam como elementos de comparação com o enxadrezado do «Corral de Morcilla».

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

VOL. XXIII — FASC. II e III

SUMÁRIO:

FLÁVIO VELLINI FERREIRA:
Sobre algumas correlações crânio-faciais

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:
As gravuras rupestres do Outeiro Machado (Val d'Anta — Chaves)

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:
Estação arqueológica do Olival das Fragas — Quinta da Terrincha — Vilarça — Moncorvo

ADÉRITO MEDEIROS FREITAS:
As pias dos Mouros — Argeriz — Carrazedo de Montenegro

P.e ADOLFO MAGALHÃES, DR. ADÉRITO MEDEIROS FREITAS
E PROF. J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:
O Castro de Curralha — 4.^a campanha de escavações — 1977

ANTÓNIO MARIA MOURINHO:
Ponte romana no rio Tuela e hipótese das vias e pontes romanas no Nordeste Trasmontano

P.e ANTÓNIO DA EIRA E COSTA:
Notas etnográficas de Quintã — Campeã — Vila Real

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:
O jogo do chincalhão em Trás-os-Montes

Vária: — 27.^a Campanha de escavações no castro de Carvalhelhos (1977), (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 323 a 333); Mais um berrão da zona do castro do Monte de Santa Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta), (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 333 a 340); O «Porco de Pedra» de Paredes da Beira (Berrão Proto-Histórico), (AGOSTINHO CAMPOS FERREIRA e MARIA CLARA FIGUEIREDO C. FERREIRA) (págs. 340 a 345); A estação arqueológica de Vilarelhos e a cabeça de guerreiro lusitano (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 345 a 351); Cabeça-troféu do Museu Municipal de Chaves (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 352 a 356); O Terreiro Comunitário da Aboadela (Amarante — Marão), (MÁRIO DE MORAIS PEIXOTO) (págs. 356 a 360); A lenda da Fraga Nédia — Marão, (MÁRIO DE MORAIS PEIXOTO) (págs. 360 a 364); Subsídios concedidos (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (pág. 365).

Lutuosa: — Dr. António da Costa e Almeida (págs. 366 e 367).

Revista bibliográfica: — FRANCISCO JORDA CERDA (369); JULIAN BECARES (371).